

MÚSICA

Barão rompe silêncio no Rio



Banda reúne formação original na Farmasi Arena, no Rio. Repórter do **DM** acompanha retorno. [Página 11](#)

INFRAESTRUTURA

68% das rodovias estão em ótimas condições

Levantamento da Fieg aponta avanço da infraestrutura viária goiana desde 2019. [Página 08](#)

Diário da Manhã



Desde 1980 - O jornal do leitor inteligente - www.dm.com.br - R\$ 2,50

QUARTA-FEIRA

ANO: 47 | Nº 13.599 22H30 - EDITOR-GERAL: WELLITON CARLOS

29 DE ABRIL DE 2026

CRIME

Polícia Civil apura fraude de R\$ 294 milhões no setor têxtil de Goiás

Polícia Civil de Goiás, por meio do Grupo de Recuperação de Ativos (GRA) e do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), deflagrou na terça-feira (28) operação em Goiânia. Ação investiga fraudes tributárias e lavagem de capitais no setor têxtil, com prejuízo superior a R\$ 294 milhões aos cofres públicos. [Página 03](#)

ESPORTES

Daniel reabre autódromo para ciclistas e anuncia centro aquático

Espaço esportivo retoma treinos de ciclismo. Durante liberação da pista, governador Daniel Vilela anunciou novo Centro Aquático em Goiânia com investimento de R\$ 8,8 milhões. [Página 04](#)



Governador Daniel Vilela e atleta olímpica Janildes Fernandes no Autódromo Internacional de Goiânia

LULA

STF torna Gayer réu por injúria

Primeira Turma do STF tornou o deputado federal Gustavo Gayer (PL) réu sob acusação de injúria contra o presidente Lula (PT). [Página 10](#)

COPA DO MUNDO

Seleção tem dúvidas em várias posições

Faltam 43 dias para o início da Copa do Mundo 2026 e a Seleção Brasileira ainda não tem claro os jogadores que disputarão a competição. Dúvida sobre a ida de Neymar permanece. [Página 05](#)

SENADOR CANEDO

Clínica Teia completa um ano com 40 mil atendimentos



Unidade atende crianças com TEA, amplia serviços e prevê expansão. Clínica é fruto de parceria entre a prefeitura e a Agir. [Página 03](#)

OPINIÃO PÚBLICA

Quando o petróleo sobe, a passagem aérea dispara - **Luiz Antônio**

A força da continuidade - **Gilson Romanelli**

[Página 15](#)





ROTA 190

aulusrg@hotmail.com

ÁULUS RINCON

Mãe permitiu que padrasto colocasse veneno que matou criança, conclui PC



Responderá por omissão a mãe de duas crianças que foram envenenadas pelo padrasto no final do mês passado em Alto Horizonte, na região norte de Goiás. O filho dela de nove anos sobreviveu, mas Wesley Rosa Lima, que tinha oito anos, não resistiu.

Os dois irmãos passaram mal na noite do último dia 27 de março logo após jantaram junto com a mãe, Nábila Rosa Pimenta, e com o companheiro dela Ronaldo Alves de Oliveira. A menina morreu poucas horas depois, mas o irmãozinho dela, internado por quase duas semanas, sobreviveu.

Uma perícia realizada na casa constatou que o arroz que havia sido preparado por Ronaldo Alves de Oliveira tinha vários resquícios de um veneno conhecido como "chumbinho". O padrasto das crianças também passou mal e precisou ser atendido em um hospital, mas foi liberado na madrugada seguinte.

Em depoimento, Nábila Rosa disse que sempre teve medo que o companheiro envenenasse seus filhos, e que vez ou outra fazia com que ele expe-

rimentasse a comida e bebida, antes de servi-la. Mesmo assim, a Polícia Civil entendeu que ela não tomou as devidas precauções para que as crianças não fossem envenenadas.

"Ela mesmo contou que recebeu vários sinais claros de que o companheiro pretendia atentar contra a vida dos filhos dela, mesmo assim manteve a relação, e diante de tudo o que foi colhido, decidimos indiciá-la, também", destacou o delegado responsável pelo caso, Domênico Rocha.

Dois crimes

Ronaldo Alves, que está preso desde a semana seguinte à morte da menina, foi indiciado por feminicídio e tentativa de homicídio. Já Nábila Rosa responderá pela omissão em liberdade.

Durante as investigações, a polícia descobriu que o casal, que viviam juntos há cinco anos, tinham uma relação aberta, e bastante conturbada. Em algumas oportunidades, segundo a mãe das crianças, o companheiro falou que uma hora ou outra faria uma besteira com ele mesmo, e com outras pessoas.

Tornozelado roubou joias de residência em Itumbiara

Agentes do Grupo Especial de Repressão a Crimes Patrimoniais (GEPATRI) de Itumbiara foram procurados no início desta semana por um morador de Itumbiara que contou ter tido todas as suas jóias, avaliadas em mais de R\$ 50 mil, desaparecidas depois que ele contratou um inquilino, que chamou um conhecido para retirar entulhos da residência. Em depoimento, ele contou que quando percebeu o sumiço das peças, abor-

dou um dos prestadores de serviço, que, após se negar a mostrar os bolsos, fugiu correndo a pé do condomínio.

Quando localizado pelos policiais civis, o suspeito negou o furto, mas diante de várias contradições acabou confessando o delito, e devolveu parte das joias aos policiais. O restante, mostrou ele, havia sido escondido em um buraco, aberto por ele na parede da casa da vítima.

Três assassinatos são registrados em uma só noite

A violência marcou a noite do primeiro dia útil da última semana de abril no interior de Goiás. Em Valparaíso, no Entorno do Distrito Federal, um homem morreu esfaqueado após discutir na Vila Guaira com um casal e com uma outra mulher, que foram presos em flagrante. Quatro homens também foram presos após assassinarem Kessiley Cardoso com pancadas na cabeça e com um tiro em Buriti Alegre. Ainda não foram presos, ou identificados, os dois homens que mataram Thiago Pereira Dias, 26, com cinco tiros em Simolândia, no nordeste goiano.

Homem que agrediu mulheres em escola zomba da justiça

"Vocês já me prenderam outras vezes e eu saí, e agora a justiça vai me soltar de novo". Estas foram as palavras ditas por um homem de 36 anos a policiais militares que o detiveram após uma série de agressões, ameaças e danos em Goiatuba, na região sul de Goiás. Antes de ser abordado, ele danificou o carro da ex-companheira, que foi ameaçada, e agrediu duas funcionárias de uma escola pública que tentaram acalmá-lo. A identidade do agressor, que já acumulava três passagens com base na Lei Maria da Penha, não foi revelada.

Preso dono de kitnet que matou inquilino em Anápolis

Militares da Companhia de Policiamento Especializado (CPE) localizaram e prenderam, em Nerópolis, o proprietário de uma kitnet que no domingo assassinou um de seus inquilinos na Vila Jaiara, em Anápolis. Quando abordado, o acusado, que não teve a identidade revelada, entregou aos policiais o revólver que usou para assassinar Diego Carvalho Mendes, 21. A motivação do crime ainda está sendo apurada.

ABUSO SEXUAL

Preso homem por armazenar imagens

Investigação apura a realização e o armazenamento de arquivos contendo imagens e vídeos de crianças



Homem foi preso em flagrante com pornografia infantil

DMOnline

A Polícia Civil de Goiás, por meio da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Cibernéticos (Dercc), cumpriu na terça-feira (28) um mandado de busca e apreensão em Goiânia. A investigação apurou a realização e o armazenamento de arquivos contendo imagens e vídeos de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual na internet.

A ação é decorrente de investigação que identificou o armazenamento de material ilícito. Durante o

cumprimento da ordem judicial, os policiais localizaram, no telefone celular do investigado, arquivos contendo cenas pornográficas envolvendo crianças, armazenados na memória de um aplicativo.

O autor foi preso em flagrante pela prática do crime previsto no artigo 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. O telefone celular apreendido será submetido à análise pericial. A ação integra a Operação Proteção Integral IV, desenvolvida em parceria com a Polícia Federal.

ESTELIONATO

Promessa de freezer vira golpe com Pix em Aparecida



Investigado solicitava pagamentos via Pix após oferecer freezer

DMOnline

Um homem acusado de aplicar golpes na venda fictícia de freezers foi preso nesta terça-feira (28/04), em Aparecida de Goiânia. A ação foi conduzida por agentes da 2ª Delegacia Distrital, que também cumpriram mandado de busca e apreensão ligado ao caso.

De acordo com a Polícia Civil, o suspeito se passava por vendedor de uma empresa inexistente. Ele apresentava orçamentos e materiais com aparência profissional, enviados por aplicativos de mensagens, para ganhar credibilidade junto às vítimas.

Após convencer os clientes, o investigado solicitava pagamentos via Pix. Assim que o valor caía na conta, ele cortava qualquer co-

municação e desaparecia, ao deixar prejuízo financeiro para quem acreditava na negociação.

Durante a apuração, os policiais verificaram que o homem acumulava passagens desde 2008. Entre os registros, constam crimes como estelionato, apropriação indébita, roubo qualificado, falsa identidade e ameaça.

Segundo a corporação, a repetição dos delitos e o padrão contínuo de fraudes justificaram a prisão preventiva. A medida visa garantir a ordem pública e interromper a sequência de crimes patrimoniais.

No cumprimento dos mandados, equipes recolheram dispositivos eletrônicos e outros materiais considerados relevantes para fortalecer as evidências contra o suspeito.

SONEGAÇÃO

Polícia Civil apura fraude de R\$ 294 mi no setor têxtil

Ação investiga fraudes tributárias e lavagem de capitais no setor têxtil, com prejuízo superior a R\$ 294 milhões aos cofres públicos em Goiânia

DMOnline

A Polícia Civil de Goiás, por meio do Grupo de Recuperação de Ativos (GRA) e do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), deflagrou nesta terça-feira (28/04) operação em Goiânia.

A ação investiga fraudes tributárias e lavagem de capitais no setor têxtil, com prejuízo superior a R\$ 294 milhões aos cofres públicos.

Foi cumprido mandado de prisão preventiva e realizados mandados de busca e apreensão. Justiça também determinou o bloqueio de valores de até R\$ 294,7 milhões para assegurar a recuperação dos recursos desviados.

O principal alvo é um empresário de 38 anos, apontado como líder do esquema. As investigações indicam que o empresário estruturou um esquema de crimes contra a ordem tributária, com supressão



Justiça determinou o bloqueio de valores para assegurar a recuperação dos recursos desviados

de tributos e vendas sem emissão de documentos fiscais.

Foram identificados mecanismos contábeis

fraudulentos, como a criação de passivos fictícios para reduzir artificialmente o lucro das empresas.

SENADOR CANEDO

Clínica Teia completa um ano com 40 mil atendimentos



Evento na Clínica Teia teve a presença do prefeito Fernando Pellozo e gestores

Redação

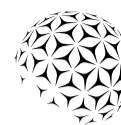
A Prefeitura de Senador Canedo realizou nesta terça-feira (28) evento pelos 12 meses de funcionamento da Clínica Teia, voltada ao atendimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Participaram o prefeito Fernando Pellozo, a secretária de Saúde, Verônica Saviti, e autoridades locais.

Em um ano, a unidade registrou 40 mil atendimentos, média de 4.800 por mês, e atende atualmente cerca de 140 crianças mensais. Também passou a oferecer acompanhamento nutricional.

A clínica é resultado de parceria entre a prefeitura e a Agir e se consolidou como serviço especializado no estado. Durante o evento, houve apresentações de crianças atendidas.

O prefeito destacou o volume de atendimentos e o envolvimento das equipes e famílias. A secretária afirmou que o serviço contribui para o desenvolvimento das crianças e o suporte aos responsáveis.

Um pai de paciente relatou a importância do atendimento. Durante a cerimônia, foi informado que o município estuda ampliar o serviço para crianças acima de 7 anos com TEA.



AXIA ENERGIA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS SA - ELETROBRAS

CNPJ: 00.001.180/0001-26

AVISO

RECEBIMENTO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1694/2026

A ELETROBRAS (atual AXIA Energia) torna público que RECEBEU do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a Licença de Operação (LO) nº 1694/2026, referente às linhas de transmissão do Estado de Goiás e do Distrito Federal, pertencentes ao Lote 4 do IBAMA, no âmbito do Processo nº 02001.003905/2014-61.

ANA AMÉLIA PASTOR MENDONÇA DA SILVA
Gerência de Meio Ambiente da Operação Sudeste -
OOISEMB

AGRO GALAXY

AGRO GALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.

Em Recuperação Judicial

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 52.300.048.907

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2026

1. **Data, hora e local:** Realizada em 20 de abril de 2026, às 10:00 horas, de modo exclusivamente à distância e digital, considerada como realizada na sede social do AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), localizada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua T-37, esquina com a T-12, nº 35, salas nº 2301 a 2311, 23º andar, Condomínio Comercial Connect Park Business, Anexo B, Setor Bueno, CEP 74.230-025, nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81").

2. **Convocação:** O Edital de Convocação desta assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia") foi publicado na forma dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), no jornal "Diária da Manhã", nas edições digital e impressa de 20, 23 e 24 de março de 2025, nas páginas 17, 18 e 17, respectivamente.

3. **Publicações:** O Edital de Convocação foi devidamente publicado, conforme informado no item 2 acima, e todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previstos na Resolução CVM 81, foram disponibilizados aos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia (ri.agrogalaxy.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br).

4. **Presença:** Nos termos da Resolução CVM 81, esta Assembleia foi realizada exclusivamente na forma à distância e digital por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia. Nesse sentido, compareceram, de forma remota, em primeira convocação, acionistas da Companhia representando 66,75% (sessenta e seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) do capital social total da Companhia, conforme (a) lista de acionistas que participaram da Assembleia digitalmente, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81; e (b) mapa de votação sintético consolidado disponibilizado pela Companhia em 18 de abril de 2026, preparado nos termos do artigo 46-C, inciso II, da Resolução CVM 81 ("Mapa Sintético Consolidado"). Em atenção ao disposto no artigo 134, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, estiveram presentes também, de forma remota, o Sr. Luiz Gabriel Piovezani Silva, Diretor Presidente. 5. **Mesa:** Presidente: Sr. Luiz Gabriel Piovezani Silva; e Secretário: Sr. Leonardo Assis França.

6. **Leitura de documentos e lavatura da ata:** (i) dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, uma vez que são do inteiro conhecimento dos acionistas; e (ii) autorizada a lavatura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

7. **Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (ii) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) transformar o Comitê de Auditoria Estatutário em Comitê de Auditoria não Estatutário, com a consequente reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; (ii) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e abstenções, sem ressalvas, a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027, a saber: (a) Sr. Ruy Flaks Schneider, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (b) Sr. Luiz Arthur Cury e Silva, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração; (c) Sr. Jean-Marc Benaron, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração; Os acionistas aprovaram a designação do Sr. Luiz Arthur Cury e Silva e do Sr. Jean-Marc Benaron como membros independentes do Conselho de Administração, tendo em vista que, após a análise das declarações fornecidas, de seus currículos e históricos profissionais, restou verificado o enquadramento dos critérios de independência estabelecidos nos termos do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 e artigo 6º, Anexo K, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 80"). Os membros do Conselho de Administração acima eleitos serão empossados em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio, declarando, sob as penas da lei, não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no artigo 147, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 80. Não houve eleição de membros para o Conselho de Administração por meio de processo de voto múltiplo, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações. (ii) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e abstenções, sem ressalvas, a eleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato unificado de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, a saber: (a) Sr. Luiz Guilherme Dias, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente o Sr. Renato Mansur; (b) Sr. Eric Franco dos Santos, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente o Sr. Paulo Henrique Gomes da Silva; e (c) Sr. Cleusa da Silva, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente o Sr. Marcelo Actis de Freitas. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados na forma da lei e declararam, para os fins do disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94 e no artigo 147, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e na Resolução CVM 80, não estarem incursos em qualquer dos crimes previstos em lei ou nas demais restrições legais que os impeçam de exercer administração de sociedade mercantil. (iii) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e abstenções, sem ressalvas, a transformação do Comitê de Auditoria Estatutário em Comitê de Auditoria não Estatutário, com a consequente reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que segue como Anexo I à presente ata. 9. **Mapa de votação:** A Companhia informa que, em cumprimento ao artigo 22, parágrafo 5º, da Resolução CVM 80, bem como ao artigo 48, parágrafo 6º, inciso I, da Resolução CVM 81, os números de votos a favor, contra e abstenções para cada uma das matérias objeto da ordem do dia acima deliberadas constam do Mapa de Votação anexo à presente ata, como seu Anexo II. 10. **Encerramento e lavatura da ata:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente concedeu a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavatura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente e pela Sr. Secretária, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81, os acionistas cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia. **Mesa presente via participação digital, nos termos do artigo 28, parágrafo 5º, da Resolução CVM 81:** Luiz Gabriel Piovezani Silva (Presidente); e Leonardo Assis França (Secretário). *Confere com a original lavrada em livro próprio.* Goiânia, 20 de abril de 2026. Luiz Gabriel Piovezani Silva - Presidente, Leonardo Assis França - Secretário.

Diário da Manhã

dm.com.br

UNIGRAF UNIDAS GRÁFICAS E EDITORA LTDA
CNPJ: 00.424.275/0001-52

Fundado em 12 de março de 1980

Av. Anhanguera, 2.833, Setor Leste Universitário, CEP: 74.610-010 Goiânia-Goiás Caixa postal: 103

Fábio Nasser Welliton Carlos Júlio Nasser
Fundador Editor-Geral Presidente

Departamento Comercial - (62) 3267-1000 - comercial@dm.com.br

Redação - online@dm.com.br

Circulação | Assinaturas - (62) 3267-1000

Preço das assinaturas - R\$ 49,90/mês | R\$ 598,00/ano
Vendas avulsas - Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias úteis: R\$ 2,50 | Domingo: R\$ 3,50

SUDOESTE DE GOIÁS

Daniel Vilela reforça integração regional a partir da criação do Codevas

Conselho regional une municípios para articular demandas estratégicas, ampliar investimentos e fortalecer o desenvolvimento econômico de uma das regiões mais produtivas do estado

Redação

O governador Daniel Vilela participou, nesta terça-feira (28/4), em Rio Verde, do lançamento do Conselho de Desenvolvimento Regional Vale do Sudoeste (Codevas), nova entidade criada para integrar municípios da região em torno de projetos comuns voltados ao crescimento econômico. Durante o evento, ele ressaltou a relevância da iniciativa para consolidar ainda mais o protagonismo do Sudoeste goiano na economia estadual e nacional, destacando que o conselho deve atuar em colaboração direta com o poder público para impulsionar ações estratégicas.

Fruto da união entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rio Verde (Coderv) e o Con-

selho de Desenvolvimento Econômico de Jataí (Codeja), o Codevas nasce com o objetivo de ampliar a cooperação regional, fortalecer setores produtivos e estimular políticas conjuntas entre os municípios. Daniel enfatizou a força econômica da região, especialmente pela importância do agronegócio, e afirmou que o novo modelo representa uma articulação inteligente para potencializar oportunidades e consolidar avanços estruturais.

Empossada presidente do Codevas, Wanessa Cruvinel destacou o caráter pioneiro da iniciativa e a meta de expandir a criação de conselhos municipais para outras cidades do Sudoeste goiano. Segundo ela, a proposta busca construir uma agenda



Daniel Vilela durante lançamento do Conselho de Desenvolvimento Regional Vale do Sudoeste

unificada para geração de empregos, atração de investimentos e desenvolvimento regional. Wanessa também ressaltou o apoio do Governo de Goiás em demandas importantes, como a melhoria na distribuição de energia, considerada essencial para garantir competitividade

econômica à região.

Entre as prioridades do novo conselho estão pautas como infraestrutura, energia e articulação institucional junto aos governos estadual e municipal. Lideranças locais defenderam o conselho como instrumento estratégico para transformar deman-

das regionais em projetos concretos, contribuindo para soluções mais ágeis e eficientes. A proposta é consolidar o Vale do Sudoeste como referência em desenvolvimento colaborativo, fortalecendo ainda mais sua posição de destaque no cenário econômico goiano.

ESPORTES

Autódromo de Goiânia reabre para ciclistas

Redação

O governador Daniel Vilela reabriu, na terça-feira (28/4), o Autódromo Internacional de Goiânia

Ayrton Senna para treinos de ciclismo, marcando a retomada das atividades esportivas no local após as obras realizadas para receber o MotoGP 2026. Duran-

te a cerimônia, também foi assinada a ordem de serviço para a construção de um novo Centro Aquático, reforçando a proposta de transformar o espaço em

um polo esportivo multifuncional voltado tanto ao alto rendimento quanto à prática esportiva da população.

Com cerca de R\$ 250 mi-

lhões investidos na reforma do autódromo, o complexo passou por requalificação completa da pista, melhorias de segurança e ampliação de sua estrutura.

BRASIL TERRENOS HOLDING S.A.		CNPJ: 20.961.867/0001-10	
RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025.			
22 de abril de 2026			
1. IDENTIFICAÇÃO E CONFORMIDADE LEGAL			
A Brasil Terrenos Holding S.A., com sede em Goiânia-GO, apresenta o resumo de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparativamente ao exercício de 2024. Esta publicação é realizada em estrita observância ao disposto no Art. 289, II, da Lei 6.404/1976 (redação dada pela Lei 13.818/2019), que faculta às companhias a publicação resumida de suas demonstrações em jornais de grande circulação, garantindo a transparência e o acesso à informação aos acionistas e ao mercado em geral.			
2. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO			
(Valores expressos em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	
ATIVO			
Circulante	2.416.402	1.804.170	
Caixa e equivalentes de caixa	420.268	169.925	
Contas a receber	929.554	758.468	
Estoques	1.044.918	862.534	
Demais ativos circulantes	21.662	13.243	
Ativo Não Circulante	5.635.060	4.665.682	
Contas a receber	5.230.866	4.347.888	
Demais ativos não circulantes	404.194	317.794	
TOTAL DO ATIVO	8.051.462	6.469.852	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	105.244	237.189	
Repasso à terrenos	247.280	204.797	
Demais obrigações	138.717	130.739	
Passivo Não Circulante	2.928.832	1.896.518	
Empréstimos e Financiamentos	1.163.127	350.938	
Repasso à terrenos	797.687	575.818	
Demais obrigações	968.018	969.762	
Patrimônio Líquido	4.631.389	4.000.609	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.051.462	6.469.852	
3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA			
(Valores expressos em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2025	2024	
Receita Operacional Líquida	1.534.833	1.947.290	
Custos dos Imóveis Comercializados	(406.366)	(411.295)	
LUCRO BRUTO	1.128.467	1.535.995	
Despesas Gerais e Administrativas	(181.991)	(146.817)	
Despesas Comerciais	(60.116)	(47.812)	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	228.482	(410)	
Resultado Financeiro Líquido	(90.316)	(32.330)	
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	1.024.526	1.308.626	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(45.481)	(62.342)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	979.045	1.246.284	
4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
(Valores expressos em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2025	2024	
Caixa gerado pelas atividades operacionais	153.156	352.991	
Caixa gerado pelas atividades de investimento	(50.023)	415.705	
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	147.210	(627.745)	
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	250.343	143.008	
5. NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS			
5.1. Reconhecimento de Receita			
A Brasil Terrenos Holding S.A. e suas controladas reconhecem a receita proveniente de contratos de incorporação imobiliária e loteamento ao longo do tempo, utilizando o método do custo incorrido (POC - Percentage of Completion), conforme as diretrizes do OCPC 04 e do CPC 47. O reconhecimento está vinculado à evolução financeira das obras e ao cumprimento das obrigações de desempenho contratuais.			
5.2 Bases de Apresentação e Conformidade			
As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), harmonizados com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A presente publicação resumida atende integralmente aos requisitos da Lei nº 13.818/2019.			
6. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES			
As demonstrações financeiras da Brasil Terrenos Holding S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes. Os auditores emitiram relatório de auditoria com opinião sem ressalvas declarando que as referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data.			
7. INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
O conjunto completo das demonstrações contábeis, incluindo notas explicativas detalhadas, relatório da administração e o parecer integral da auditoria, encontra-se disponível para consulta na sede social da Companhia e no portal de Relações com Investidores www.ri.btsa.com.br .			
7.1. Administração e Contabilidade			
Conselho de Administração: Moises Carvalho Pereira (Presidente).			
Diretoria Executiva: Sidney Guimarães Penna (Presidente).			
Gestão Contábil: Pablo Pereira Neves (Contador, CRC/GO 014718/O-2)			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Moises Carvalho Pereira Brasil Terrenos Holding S.A.			
DIRETORIA EXECUTIVA			
Sidney Guimarães Penna Brasil Terrenos Holding S.A.			
GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.			
CRC/GO-001.661/F-9 Daniel Menezes Vieira Contador CRC 1MG-078.081/O-1			
Goiânia, GO, 31 de março de 2026.			
Referência Legal: Publicação efetuada nos termos da Lei 13.818/2019. As informações financeiras completas estão disponíveis no site institucional da companhia.			
Documento elaborado em 22 de abril de 2026.			

COPA DO MUNDO

Seleção Brasileira segue indefinida e mantém dúvidas em várias posições

Faltam 43 dias para o início da Copa do Mundo 2026, e a Seleção Brasileira ainda não tem claro os jogadores que disputarão a competição

Leonardo Carvalho

Faltam 43 dias para o início da Copa do Mundo 2026, e a Seleção Brasileira repete um roteiro que já virou tradição indigesta: talento disponível, escolhas questionáveis e uma teimosia institucional que insiste em ignorar o óbvio.

No gol, o problema é concreto e mensurável. Alisson e Ederson, os dois nomes mais consolidados da posição, chegam ao ciclo final de preparação para a Copa sob desconfiança. Não por falta de qualidade técnica, mas por algo ainda mais preocupante em torneios curtos: disponibilidade. O histórico recente pesa. Alisson soma três cortes por lesão no período, enquanto Ederson acumula cinco ausências, além de convocações em que sequer teve condições de jogar.

Ainda assim, são tratados como pilares por Carlo Ancelotti, que mantém a preferência ao lado de Bento, numa aposta que parece mais baseada em hierarquia do que em desempenho recente ou confiabilidade física. E é nesse ponto que a crítica deixa de ser pontual e passa a ser estrutural.

A Seleção Brasileira de Carlo Ancelotti entra na reta final de preparação sem resolver o básico. Em Copas do Mundo, isso costuma custar caro. Não é apenas sobre quem joga, é sobre quem está disponível quando realmente importa. E, neste momento, o Brasil parece mais preocupado em sustentar nomes do que em garantir soluções.

Neymar vai ou não?

Enquanto isso, a inter-



Dúvida sobre sua ida de Neymar à Copa do Mundo permanece. Histórico de lesões pode deixar jogador fora do Mundial

minável discussão sobre a presença de Neymar beira o desperdício de energia. A dúvida sobre sua ida à Copa do Mundo já deveria estar superada há muito tempo. Mesmo com histórico recente de lesões, trata-se do principal jogador brasileiro da última década, decisivo em cenários grandes e capaz de alterar o rumo de uma partida como poucos no futebol mundial. Insistir nesse debate, a esta altura, revela mais insegurança coletiva do que análise técnica. Neymar, em

condições mínimas, não é opção, mas necessidade.

O injustiçado

Enquanto a comissão técnica insiste em nomes instáveis, um dos goleiros mais regulares do futebol brasileiro segue ignorado: Fábio. Aos 40 anos, o jogador do Fluminense continua entregando atuações de alto nível. A mais recente vitrine foi o Mundial de Clubes 2025, onde voltou a demonstrar reflexo, posicionamento e liderança — exatamente os atributos

que costumam decidir jogos grandes.

A ausência de Fábio não é apenas uma escolha técnica questionável, mas um símbolo de como a Seleção Brasileira frequentemente despreza consistência em nome de projeções ou status consolidado. Trata-se, possivelmente, do maior injustiçado recente da posição — um goleiro que atravessou gerações mantendo rendimento e nunca teve sequer a oportunidade de disputar uma Copa do Mundo.

GOIÁS SEGUE EM FRENTE NO CAMINHO SEGURO.

Somos o estado número 1 do Brasil por vários motivos:

- Redução de mais de 90% na criminalidade
- IA contra o crime: tecnologia inédita no país
- Menor taxa de homicídios da história
- O estado mais seguro do Brasil

Goias encontrou o rumo certo e vai seguir em frente. No caminho seguro.

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO



Café da manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com

Novo

Professor e escritor, Adriano Furtado publica seu quarto livro em e-book pela Vox Letter Editora Digital, hoje disponível na plataforma Amazon.

Folia

O livro traz estudo sobre a devoção, fé e atuação das famílias que formam os tradicionais e quase centenários grupos de Folia de Reis, de Damolândia e região.

Prelo

A edição do livro físico (esse de papel) está no prelo e logo estará disponível.

Clima

Pelo jeito, de agora em diante, é só sol e frio e algumas chuvinhas para acabar a temporada do ano.

Pedra

O Ministro da AGU, Jorge Messias pode virar ministro do STF hoje. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pelo jeito, não quer vê-lo ministro. Ou quer?!

Caneta

Manoel Gomes, o homem da 'Caneta Azul', quer ser deputado federal pelo Avante... A pergunta é: você votaria nele?!

Não sabe

Em um programa de televisão, sendo sabatinado, Manoel Gomes não soube dizer qual é o papel do deputado. Mas quer ser deputado. O que você me diz?!

Cães

O Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL), unidade do Governo de Goiás, gerida pelo Instituto Sócrates Guanaes, promove amanhã ação do Abril Azul com cães terapeutas do C.U.R.A.A. e oito crianças com TEA, atendidas pela unidade.

Bem-estar

A atividade usa a terapia assistida por animais para a interação, o bem-estar e o desenvolvimento emocional, auxiliando na socialização, comunicação e coordenação motora das crianças.

Kassab defende Caiado e diz que eleitor quer mudar



Presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab é categórico. Nem Lula, nem Flávio Bolsonaro vence as eleições. Para ele, a rejeição dos dois é grande. O eleitor não estaria disposto a eleger nenhum deles. 'Fico imaginando como é que pode, ainda em ambiente de 1º turno, um candidato que tem mais de 40% de rejeição, o Lula, e outro candidato, Flávio Bolsonaro, estarem na frente', disse. Kassab lembra que nem ele, nem o partido, nem o candidato do partido

à presidência, Ronaldo Caiado, estão preocupados com a escolha do vice do PSD. Tem muito tempo pela frente, já que as convenções ainda acontecem em julho. Para Kassab, o forte desejo de mudança do brasileiro favorece Caiado. 'Temos condições de mudar o Brasil se tivermos um bom governo e um governante com autoridade moral e que faça as reformas necessárias'. E esse candidato, segundo ele, é Caiado.

Jantar beneficente do Terra Livre

O Instituto Terra Livre realiza hoje, às 19h, o 8º Encontro de Empresários Parceiros do Terra Livre, com jantar beneficente. Faz parte da campanha de arrecadação para a construção da sede do Instituto. O evento será na casa da empresária Jaci Dias, fundadora e sócia do Grupo Natureza. A obra de 767 metros quadrados será construída em área total de 2.243 metros quadrados, na Rua Tamboril, entre as ruas do Pequizeiro e da Gameleira, no Residencial Caraíbas, em Aparecida de Goiânia.

Curso de capacitação para médicos

As inscrições para o Curso de Capacitação de Médicos de Pronto-Socorro, promovido pela Associação dos Hospitais Privados de Alta Complexidade de Goiás, foram prorrogadas até hoje. Inédito em Goiás, o curso visa à capacitação de médicos e de formandos em Medicina para atuar na urgência e emergência. Essa é uma resposta inovadora às avaliações do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica, que revelaram deficiência na formação de novos médicos.

✓ Já está disponível, na plataforma da Escola Fundação Itaú, o curso online e gratuito 'Relação Escola, Família e Comunidade'. Voltada a professores, gestores escolares e profissionais da educação, a formação oferece ferramentas práticas e baseadas em evidências para fortalecer o engajamento entre escola, família e território.

✓ A rusga entre Virgínia e Luana Piovani parece que não tem hora para acabar. Na essência do que disse, em suas redes sociais, Piovani não está toda errada. Pelo contrário. Faz uma reflexão sobre quem ganha hoje com esses jogos do 'tigrinho' e quem perde no Brasil.

EM CALDAS NOVAS

Justiça veta nomeação de sobrinho de prefeito para cargo na prefeitura

Decisão viu prática de nepotismo e determinou a exoneração imediata de Rafael Marra e Silva



Prefeito Kleber Marra terá que exonerar seu sobrinho de cargo na prefeitura

Redação

A Justiça de Caldas Novas declarou nula a nomeação de Rafael Marra e Silva para a presidência do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Demae), após ação civil pública do Ministério Público de Goiás. A decisão reconheceu a prática de nepotismo e determinou a exoneração imediata do nomeado, com multa diária de R\$ 5 mil em caso de descumprimento. A investigação apontou que Rafael é sobrinho do prefeito Kléber Luiz Marra, o que configura vínculo proibido pela Súmula Vinculante nº 13 do STF.

Além de anular a nomeação, a sentença considerou inconstitucional a emenda à Lei Orgânica municipal que havia equiparado o cargo de diretor-presidente do Demae ao

de secretário, numa tentativa de dar caráter político à função. O MPGO sustentou que a mudança legislativa buscou apenas conferir aparência de legalidade à nomeação, já que o mesmo servidor havia sido exonerado anteriormente após questionamentos semelhantes e, meses depois, reconduzido ao cargo com base na nova regra.

Ao analisar o caso, o juiz Vinícius de Castro Borges destacou que as atribuições do cargo são essencialmente administrativas, o que impede seu enquadramento como função política para afastar a vedação ao nepotismo. A decisão reforça que a reclassificação formal de cargos não pode burlar princípios constitucionais como moralidade e impessoalidade, previstos na Constituição.

SALÁRIOS

Após rejeição popular, Câmara de Rubiataba veta aumento de vereadores

Redação

O presidente da Câmara de Rubiataba, Márcio do Rubim (PSD), solicitou ao prefeito Padre Weber (PSD), no último sábado (25/04), o veto a um projeto aprovado recentemente pelo Legislativo municipal. A proposta previa a concessão de gratificação de 30% a vereadores que ocupassem cargos na Mesa Diretora e presidências de comissões, mas acabou gerando forte repercussão negativa entre moradores.

De autoria de todos os parlamentares, o texto tramitou no fim de março e estabelecia pagamento adicional para funções consideradas além das atribuições comuns do mandato. Embora a medi-

da tenha respaldo jurídico, segundo a Câmara, e seja considerada legal pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), a reação nas redes sociais foi determinante para a mudança de posição.

Após reunião com o prefeito, Márcio afirmou que o pedido de veto foi motivado pela insatisfação popular e pelo respeito à sociedade. Em manifestação divulgada nas redes, a Câmara destacou que, apesar da legalidade da proposta, a decisão demonstra compromisso com o interesse coletivo e alinhamento com os anseios da população, reforçando a necessidade de prudência no exercício do mandato público.

SUCESSÃO 2026

Apoio de prefeitos amplia o capital político de Schreiner na briga pela vice

Encontro superou expectativas e demonstrou força de mobilização do grupo ligado ao agro e ao municipalismo: gestores do Norte e do PL

DM Online

Um almoço realizado ontem (28/04), em um restaurante no Setor Sul, em Goiânia, reuniu mais de 106 prefeitos e diversas lideranças políticas em apoio ao nome do ex-deputado federal e presidente licenciado do Sistema Faeg/Senar, José Mário Schreiner, como pré-candidato a vice-governador de Goiás na chapa encabeçada pelo governador Daniel Vilela (MDB) nas eleições de 2026.

O encontro, que inicialmente previa a participação de 60 a 80 gestores municipais, superou as expectativas e demonstrou a força de mobilização do grupo ligado ao agronegócio e ao municipalismo. A presença expressiva de prefeitos da região Norte de Goiás e também do Partido Liberal (PL), sigla do pré-candidato ao governo de Goiás, senador Wilder Moraes, chamou atenção e reforçou a capilaridade política da articulação no interior do Estado.

A iniciativa teve como objetivo aglutinar apoio ao nome de Schreiner dentro da base governista, em um momento em que a definição do candidato a vice-governador segue em aberto e deve ocorrer apenas no período das convenções partidárias, entre

julho e agosto.

Durante o evento, prefeitos destacaram o perfil técnico e a trajetória do ex-presidente da Faeg, além de sua atuação junto aos municípios goianos.

O prefeito de Cavalcante, Vilmar Kalunga (PSB), ressaltou a representatividade do apoio demonstrado no encontro e a ligação de José Mário com diferentes segmentos produtivos. “Hoje estamos reunidos com mais de 100 prefeitos apoiando o Schreiner. Ele representa tanto o pequeno quanto o grande produtor e tem preparo para dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido no estado de Goiás”, afirmou. Segundo ele, que também é o primeiro gestor municipal quilombola do Brasil, o movimento tende a se manter até a definição oficial da chapa, sem perda de força ao longo dos próximos meses.

Já o prefeito de Flores de Goiás, Altran Avelar (União Brasil), enfatizou o caráter municipalista do pré-candidato e a sua presença em todas as regiões do estado. “Zé Mário representa o agro, mas também representa os municípios. Conhece Goiás de ponta a ponta e tem serviços prestados. Esse movimento deve crescer ainda mais, com a adesão de novos apoiadores”, disse.



José Mário Schreiner mobiliza dezenas de prefeitos e fortalece posição

AGM

O presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM) e prefeito de Hidrolândia, Zé Délio (União Brasil), também participou do encontro e destacou a importância do diálogo entre o pré-candidato e os gestores municipais. Ele afirmou que Schreiner é reconhecido como parceiro das prefeituras e que o evento serviu para ampliar a discussão sobre propostas e caminhos para o desenvolvimento regional.

A articulação em torno do nome de Schreiner ocorre em meio às conversas políticas conduzidas pelo governador Daniel Vilela e pelo ex-governador Ronaldo Caiado

(PSD), que é pré-candidato à Presidência da República. O próprio Schreiner confirmou que tem dialogado com as principais lideranças do grupo sobre a possível composição da chapa.

“Estamos dialogando e, se entenderem que nosso nome possa agregar à chapa, estou pronto para atender este chamado. Temos muito a somar pela nossa trajetória e por toda a parceria que já realizamos em diversas áreas”, afirmou Schreiner.

Ele também destacou a atuação do Sistema Faeg/Senar em diferentes frentes, como saúde, educação, segurança pública e infraestrutura, além do papel estratégico do agrone-

gócio na economia goiana.

A disputa pela vaga de vice-governador envolve outros nomes dentro do grupo político, como Adriano da Rocha Lima e Bruno Peixoto (UB). A definição deve ocorrer por meio de consenso entre as lideranças, levando em consideração fatores políticos, eleitorais e a capacidade de articulação regional dos pré-candidatos.

O evento desta terça-feira reforça o avanço da pré-candidatura de Schreiner e amplia a pressão interna dentro da base governista, ao evidenciar apoio expressivo de prefeitos de diferentes regiões do estado, especialmente do Norte goiano.

FORMAÇÃO

AGM realiza workshop sobre licitações, manutenção veicular e uso de marketplace no sistema de compras

Meyrithania Michelly

A Associação Goiana de Municípios (AGM) promoveu um workshop voltado à capacitação de gestores públicos, com foco em licitações, manutenção veicular e uso de marketplace nas administrações municipais. A iniciativa foi realizada em parceria com o Portal de Compras e a Assolari & Advogados Associados.

O evento reuniu gestores, servidores, primeiras-damas, vice-prefeitos e lideranças municipais. Entre as autoridades presentes estavam os prefeitos Vil-

mar Kalunga (Cavalcante), Édio Navarini (Bom Jardim de Goiás) e Arlúrio Antônio (Aruanã).

Na abertura, o presidente da AGM, José Délio, destacou a relevância do tema para a rotina das prefeituras. Segundo ele, a manutenção de frotas é uma das áreas que mais geram dúvidas e, em alguns casos, problemas administrativos para os gestores, o que reforça a necessidade de qualificação técnica.

Desafios

O tema “Contratação de Manutenção Veicular” foi

apresentado pelo advogado Guilherme Barreto, que alertou para a obrigatoriedade de aplicação rigorosa da nova legislação de licitações. De acordo com ele, trata-se de um dos serviços mais sensíveis dentro da gestão pública, exigindo atenção redobrada dos administradores.

Inovação

Outra palestra abordou o uso do sistema de compras via marketplace, considerado uma inovação no setor público. O conteúdo foi ministrado pelo advogado Bruno Tulim, que explicou

os benefícios da ferramenta na redução de burocracia e no ganho de agilidade nos processos.

Apesar das vantagens, o especialista ressaltou que o modelo não se aplica a todas as situações, sendo necessário avaliar criteriosamente cada caso antes da utilização.

A realização do workshop integra a agenda da AGM de promover capacitações contínuas, com o objetivo de fortalecer a gestão municipal e ampliar o acesso a informações técnicas por parte de prefeitos e equipes administrativas.



Presidente da AGM, José Délio, durante workshop voltado para gestores

INFRAESTRUTURA

Goiás amplia em 68% extensão de rodovias em boas e ótimas condições

Levantamento realizado pela Fieg, com base em dados da CNT, aponta avanço da infraestrutura viária goiana após bilhões em investimentos estaduais ocorridos desde 2019

Redação

Os investimentos realizados pelo Governo de Goiás na malha rodoviária estadual resultaram em um crescimento de 68% na extensão de trechos considerados bons ou ótimos entre 2024 e 2025, conforme aponta o Relatório de Infraestrutura de Transporte 2026, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) com base na Pesquisa CNT de Rodovias 2025. O total de quilômetros avaliados nessa categoria passou de 2.140 para 3.592, refletindo melhorias significativas em pavimentação, geometria e sinalização.

Ao todo, foram analisados 7.684 quilômetros de rodovias pavimentadas em Goiás, incluindo vias estaduais e federais, sendo que 60% da malha

está sob responsabilidade da Goinfra. Desde 2019, o Estado já aplicou mais de R\$ 12 bilhões em obras e manutenção, com quase R\$ 4 bilhões destinados somente em 2025. Os recursos financiaram pavimentações, duplicações, restaurações e intervenções estruturais em milhares de quilômetros, além da construção de pontes, viadutos e ações permanentes de conservação.

Oportunidades

O governador Daniel Vilela destacou que os resultados reforçam a importância estratégica da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social de Goiás. "Estrada boa reduz custos, salva vidas, melhora o escoamento da produção e aproxima oportunidades das pesso-



Rodovias goianas registram avanço na qualidade após recuperação e manutenção promovidos pelo Governo

as", afirmou.

Para representantes da Goinfra e da Fieg, a modernização da malha vi-

ria fortalece não apenas a segurança no transporte, mas também a competitividade industrial e logís-

tica do Estado, ampliando sua capacidade de atrair investimentos e consolidar polos produtivos.

VILA NOVA FUTEBOL CLUBE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Balanco Patrimonial Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2025	2024	Patrimônio social	Avaliação Patrimonial	Total	
Circulante				Saldos em 31 de dezembro de 2023	(118.957)	60.965	(57.992)
Caixa e equivalentes de caixa	3	16	312	Déficit do exercício	(5.370)	-	(5.370)
Contas a receber	4	5.851	-	Ajustes de avaliação patrimonial	-	3.905	3.905
Tributos e contribuições a recuperar		81	31	Saldos em 31 de dezembro de 2024	(124.327)	64.870	(59.457)
Outros créditos		19	11	Déficit do exercício	(2.842)	-	(2.842)
Estoque		6	48	Saldos em 31 de dezembro de 2025	(127.169)	64.870	(62.299)
		5.973	402	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Não circulante				Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
Outros créditos		1.450	2.646	Déficit do Exercício		(2.842)	(5.370)
Depósitos judiciais	12	995	185	Itens que não afetam o caixa operacional			
Imobilizado	5	97.314	79.482	Provisão para riscos processuais		(3.372)	3.737
Intangível	6	6.719	3.945	Juros provisionados sobre empréstimos		359	9.299
		106.478	86.258	Baixas por venda de ativos		721	223
				Amortização de atletas		12.077	5.618
Total do ativo		112.451	86.660	Depreciação de ativos		813	85
				Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		12.129	15.165
Passivo e Patrimônio social				Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Circulante				(Aumento)/ diminuição nas contas a receber		(5.851)	-
Fornecedores		264	775	(Aumento)/ diminuição impostos a recuperar		40	(24)
Empréstimos e financiamentos	7	1.688	1.050	(Aumento)/ diminuição estoques		42	(23)
Contas a pagar com a transferência de jogadores	8	7.975	5.065	(Aumento)/ diminuição de outros créditos		1.188	2.767
Obrigações trabalhistas e sociais	9	29.054	27.574	(Aumento)/ diminuição nos depósitos judiciais		(811)	-
Obrigações tributárias	10	9.501	9.182	Aumento/(diminuição) em fornecedores		(511)	(2.151)
Outras contas a pagar	11	7.022	214	Aumento/(diminuição) em contas a pagar com a transferência de jogadores		2.910	3.401
Provisões para riscos processuais	12	5.533	8.905	Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias		1.800	3.385
Acordos civis e trabalhistas a pagar	12	1.125	905	Aumento/(diminuição) em acordos processuais trabalhistas		219	(1.958)
		62.162	53.669	Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar		5.437	(3.824)
Não circulante				Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		12.129	15.165
Empréstimos e financiamentos	7	2.271	90	Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Subvenções recebidas	13	19.330	-	Aquisição de imobilizado		(35)	(7.572)
Outras contas a pagar	11	90.987	92.358	Aquisição de direitos econômicos de atletas		(14.850)	(8.133)
		112.588	92.448	Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(14.885)	(15.706)
Patrimônio social	14			Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Déficits acumulados		(127.169)	(124.327)	Captação de empréstimos		4.490	870
Avaliação Patrimonial		64.870	64.870	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e juros		(2.029)	(389)
		(62.299)	(59.457)	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		2.461	481
Total do passivo e do patrimônio líquido		112.451	86.660	Reduções líquidas de caixa		(296)	(60)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Caixa no início do período		312	372
				Caixa no final do período		16	312
				Reduções líquidas de caixa		(296)	(60)
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	2025	2024		2025	2024	
Receita operacional líquida	15	38.356	40.385	Déficit do Exercício	(2.842)	(5.370)	
Custo das atividades sociais e esportivas	16	(35.518)	(25.758)	Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado Bruto		2.838	14.627	Total do resultado abrangente do exercício	(2.842)	(5.370)	
Despesas com pessoal	17	(3.244)	(2.612)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Despesas com atividades gerais	18	(12.732)	(12.280)				
Outras receitas, líquidas	19	13.837	8.647				
(=) Superávit operacional antes do resultado financeiro		699	8.382				
Resultado financeiro	20						
Despesas financeiras		(4.804)	(14.377)				
Receitas financeiras		1.263	625				
(=) Resultado financeiro líquido		(3.541)	(13.752)				
(=) Déficit do Exercício		(2.842)	(5.370)				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							



Fio Direto

CLOVES REGES

clovesreges@gmail.com

Efeito

Os ataques do ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema ao STF surtiram os efeitos que ele esperava. Ele ganhou centenas de milhares de seguidores nas redes sociais.

Visibilidade

Zema foi alçado ao topo das buscas digitais depois que o ministro do STF Gilmar Mendes pediu que ele fosse investigado por crime contra a honra dos integrantes da Suprema Corte.

Pesquisa

Novo levantamento BTG Pactual/Nexus de intenção de voto para presidente da República indica cenário estagnado, com Lula empatado tecnicamente com Flávio Bolsonaro, Caiado e Zema numa eventual disputa de 2º turno.

Mabel

A juíza de direito Fabíola Fernanda Feitosa, do 1º Juizado Especial Cível, concedeu tutela de urgência em ação proposta pelo prefeito Sandro Mabel e mandou retirar do ar postagem ofensiva ao prefeito de Goiânia.

Ação

A ação foi proposta por Mabel contra o vereador de Goiânia Igor Franco, que teria divulgado em rede social montagens produzidas por IA associando Mabel a elementos vexatórios, segundo o próprio prefeito.

Motivação

Para Mabel, as postagens de Igor Franco extrapolam os limites da crítica legítima e configuram abuso do direito de manifestação, razão pela qual requereu a remoção dos conteúdos ofensivos.

Vem mais

A defesa do prefeito Sandro Mabel, patrocinada pelo advogado Rannieri Lopes, disse que continuará reagindo judicialmente a conteúdos e abordagens consideradas criminosas contra o prefeito.

Radicalização eleitoral transforma STF em inimigo político



A escalada retórica contra o Supremo Tribunal Federal (STF) deixou de ser mero discurso ideológico para se consolidar como estratégia eleitoral calculada. Em ano eleitoral, setores da extrema-direita passaram a tratar a Corte não apenas como adversária institucional, mas como alvo preferencial de mobilização política. O movimento é sintomático: ao transformar o Judiciário em inimigo público, pré-candidatos buscam capturar a insatisfação difusa de parcelas do eleitorado e convertê-la em capital político imediato. Na esteira desse movimento, o pré-candidato à Presidência Romeu Zema (Novo) intensificou ataques diretos à Corte e seus ministros, adotando um discurso de confronto como ferramenta de visibilidade eleitoral. A estratégia não parece acidental: ao tensionar a relação com o STF, Zema se posiciona como porta-voz de um eleitorado que vê nas

decisões judiciais — especialmente aquelas envolvendo figuras da direita — um suposto excesso de poder. Trata-se de uma aposta clara na radicalização como atalho para ganhar tração nas pesquisas. No fundo, o que se observa é a conversão do ataque ao Judiciário em ativo eleitoral. Criticar — ou mesmo achincalhar — o STF tornou-se um gesto simbólico de alinhamento com segmentos mais radicalizados, funcionando como senha de pertencimento político. Nesse cenário, pouco importa a complexidade das decisões judiciais ou o cumprimento estrito do devido processo legal. O que prevalece é a narrativa. E, para alguns pré-candidatos, sobretudo ao Senado, quanto maior o embate com a Suprema Corte, maior a chance de colher dividendos eleitorais junto a um público que vê no conflito institucional não um problema, mas uma virtude política.

Cruzada anti-STF

O ponto de inflexão recente foi o desfecho da CPI do Crime Organizado, relatada pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE). Ao apresentar um relatório de viés abertamente anti-STF — com sugestão de indiciamento de ministros —, o parlamentar abriu uma frente institucional que extrapola o campo investigativo e adentra o terreno da disputa política. A iniciativa, considerada controversa por diversos analistas, acabou por legitimar um tipo de enfrentamento que, até então, orbitava mais nas redes sociais do que nas estruturas formais do Estado.

Ambiente de pressão

A reação veio do próprio Supremo. O decano Gilmar Mendes saiu em defesa da instituição e expôs o paradoxo enfrentado pela Corte: quando decide, é acusada de interferir; quando se abstém, é taxada de omissa. A observação revela o ambiente de pressão permanente ao qual o STF está submetido, frequentemente instrumentalizado por atores políticos que operam na lógica do desgaste institucional.

CRISE

Mabel impõe derrota a Igor e Justiça manda retirar vídeos das redes

Vereador usou IA para criticar prefeito: terá que excluir os vídeos com conteúdos manipulados



Prefeito Sandro Mabel aciona Justiça contra Igor Franco

Redação

O vereador Igor Franco (Podemos) sofreu um revés na Justiça de Goiânia após decisão favorável ao prefeito Sandro Mabel (União Brasil), que determinou a retirada imediata de vídeos publicados nas redes sociais com uso de Inteligência Artificial para atacar a imagem do chefe do Executivo. A liminar reconheceu indícios de abuso no uso de conteúdos manipulados digitalmente e fixou prazo de 48 horas para exclusão das postagens, sob pena de multa de R\$ 1 mil em caso de descumprimento.

Na decisão, a juíza Fabíola Fernanda Feitosa de Medeiros Pitangui apontou que há elementos que indicam associação indevida da imagem do prefeito a situações inexistentes, com potencial de induzir a população ao erro e ampliar a desinformação. Segundo ela, o conteúdo divulgado

“ÍCONE DA CORRUPÇÃO” Justiça manda Renan Santos excluir vídeo contra Wesley Safadão

Redação

O Tribunal de Justiça do Ceará determinou que o pré-candidato à Presidência Renan Santos (Missão) remova de suas redes sociais publicações com críticas ao cantor Wesley Safadão. A decisão atende a ação movida pelo artista após a divulgação de um vídeo, publicado em março, no qual ele é chamado de “novo ícone da corrupção”. Além da exclusão do conteúdo, Santos fica proibido de fazer novas postagens com teor semelhante, sob

ultrapassou os limites da crítica política legítima, especialmente por utilizar recursos capazes de simular voz e imagem, o que não se justifica mesmo diante da maior exposição de agentes públicos.

A magistrada também proibiu o parlamentar de republicar ou compartilhar conteúdos semelhantes em plataformas como Instagram, TikTok, Facebook, Telegram, YouTube e WhatsApp. Além da retirada das publicações, Sandro Mabel pede indenização por danos morais, em processo que ainda está em tramitação e no qual Igor Franco poderá apresentar defesa. A decisão é considerada relevante por estabelecer limites ao uso de Inteligência Artificial no debate político e reforçar o entendimento de que crítica institucional não pode ser confundida com desinformação.

pena de multa diária de R\$ 5 mil, e a plataforma Instagram também foi notificada para retirar o material.

A ação judicial foi motivada por declarações em que o pré-candidato criticava os cachês recebidos por Safadão em apresentações contratadas por prefeituras de pequenos municípios.

No vídeo, Santos afirmou que o cantor lideraria um esquema que exploraria cidades pobres, mencionando contratos que somariam milhões de reais entre 2024 e 2025.

PROCESSO

STF torna Gayer réu sob acusação de injúria por ligar Lula a Hamas

Em fevereiro de 2024, o parlamentar publicou uma montagem de Lula segurando um fuzil e com símbolos do nazismo e do grupo Hamas

Folhapress

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) tornou ontem (28/04) o deputado federal bolsonarista Gustavo Gayer (PL-GO) réu sob acusação de injúria contra o presidente Lula (PT). A abertura da ação penal foi tomada por unanimidade.

Em fevereiro de 2024, o parlamentar publicou uma montagem de Lula segurando um fuzil e com símbolos do nazismo e do grupo Hamas.

A partir de agora, passa a tramitar uma ação penal contra o bolsonarista na corte. A turma do STF também determinou a comunicação da decisão à Câmara dos Deputados.

A pena para Gayer, caso condenado, pode ser fixada de três meses a um ano de detenção e multa, e pode ser aumentada pelo agravante de a injúria ter sido cometida contra presidente da República, pes-

soa com mais de 60 anos e por meio de redes sociais.

Votaram nesse sentido o relator Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin. A Primeira Turma está com quatro integrantes desde a mudança de Luiz Fux para a Segunda Turma.

A publicação de Gayer foi feita no contexto de críticas de Lula ao governo de Israel, quando o presidente disse que o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, está usando a guerra no Oriente Médio para se vingar dos palestinos e permanecer no poder.

A Presidência levou a representação ao MPF (Ministério Público Federal), que ofereceu uma denúncia à corte.

Os ministros analisaram o recebimento da denúncia, etapa na qual o juiz observa se há indícios de autoria e de materialidade da conduta apontada.

Com a confirmação, a



Gustavo Gayer é réu em processo no STF por injúria contra Lula

corde dá início à instrução penal para o julgamento definitivo, com a coleta de provas, depoimentos, interrogatórios.

O relator do caso, ministro Flávio Dino, afirmou, no julgamento, que a adulteração da imagem feita pelo deputado não pode ser caracterizada como abarcada pela imunidade parlamentar.

"Tal montagem ou tal falseamento, adulteração,

não se inserem no âmbito protetivo de opiniões, palavras e votos. Na minha perspectiva, nesse instante, ela não abrange montagem, falseamento da imagem alheia, sobretudo, reiterando, em termos de tempos de inteligência artificial", disse.

Na mesma sessão, o colegiado rejeitou uma queixa-crime de Gayer sob acusação de calúnia e injúria contra o colega José

Nelto (União Brasil-GO). Neste caso, houve um empate e, dessa forma, a decisão deve ser a mais favorável ao envolvido.

O caso começou a ser analisado em junho passado, quando a relatora, ministra Cármen Lúcia, votou pelo recebimento da denúncia. Dino acompanhou em parte, para que o processo tenha andamento apenas na parte sobre calúnia.

ATAQUES

STF torna Silas Malafaia réu por injúria contra generais do Exército

Redação

A 1ª Turma do STF decidiu ontem (28/04) tornar o pastor Silas Malafaia réu por injúria contra o Alto Comando do Exército. Os ministros analisaram denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que atribuía ao pastor os crimes de calúnia e injúria em declarações durante ato na Avenida Paulista, quando chamou generais de quatro estrelas de "cambada de frouxos", "covardes" e "omissos".

Os ministros Alexandre de Moraes, relator da ação, e Flávio Dino votaram pelo recebimento integral da denúncia. Cristiano Zanin, porém, abriu divergência e defendeu o prosseguimento da ação apenas no trecho relativo à injúria.

No voto, Zanin afirmou que a declaração atribuída a Malafaia é reprovável e ofensiva, mas não configura calúnia. Segundo o ministro, a PGR não demonstrou os elementos necessários para esse tipo penal, que exige a imputação falsa de um fato definido como crime a pessoa determinada.

Para Zanin, a manifestação teve caráter genérico, tanto em relação aos integrantes do Alto Comando do Exército quanto à descrição de um fato específico que pudesse ser tratado como crime. Por outro lado, o ministro entendeu que estavam presentes os requisitos para o recebimento da acusação por injúria.

A ministra Cármen Lúcia acompanhou integralmente a divergência. Com o empate, prevaleceu a solução

mais favorável ao acusado, como prevê o Regimento Interno do STF. Com isso, a imputação de calúnia foi afastada, e Malafaia responderá apenas por injúria.

Em janeiro, a defesa do pastor havia pedido a rejeição da denúncia. Na petição, os advogados afirmaram que as falas tiveram caráter genérico, sem citação direta a Tomás Paiva, que protocolou a denúncia junto à PGR, e sustentou que se tratou de crítica, não de ofensa.

Os advogados também alegaram que Malafaia não tem foro privilegiado e disseram que ele já teria se retratado. Moraes negou o pedido. O pastor também requereu o adiamento da análise do mérito até que o STF ocupasse a vaga aberta na 1ª Turma, pedido que também foi negado.

PARA O STF

Governo faz ofensiva final por indicação

Folhapress

O governo Lula (PT) intensificou, nos últimos dias, as negociações para garantir a aprovação da indicação de Jorge Messias ao STF (Supremo Tribunal Federal), que será votada nesta quarta-feira (29).

Emissários do petista tentam melhorar o humor do Senado, presidido por Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), negociando indicações da Casa para agências reguladoras e também o empenho de emendas RP2, indicadas por parlamentares, mas pagas de acordo com a vontade do Executivo.

Essa ofensiva é comandada pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães (PT). Ele assumiu a articulação política do governo no último dia 14 com expectativa de melhorar a relação com Alcolumbre, que resiste ao nome de Messias.

O presidente do Senado dificulta a aprovação do advogado-geral da União, pois preferia que Lula tivesse indicado o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ao STF.

Políticos do Planalto e do Congresso afirmaram à Folha de S.Paulo, sob reserva, que as negociações de cargos e emendas acontecem para melhorar a relação entre governo e Senado em termos gerais. A ajuda na indicação de Messias, nessa conta, seria uma consequência desse novo momento.

Interlocutores relatam que Guimarães e Alcolumbre têm conversado constantemente e negociam a divisão dos cargos de agências reguladoras.

Eles estariam chegando a um entendimento sobre quantas vagas seriam preenchidas por nomes do governo e quantas seriam indicadas pelo Senado.

DM Revista

EDITOR DMREVISTA

MARCUS VINÍCIUS BECK

mvbeck20@gmail.com

 diariodamanhaoficial

  diariodamanha

 dmtvgoiania

PEDRO DIMITROW

ENCONTRO

Barão rompe silêncio no Rio

Banda reúne formação original na Farmasi Arena, no Rio de Janeiro, amanhã, às 22h. Confirmada em Brasília, turnê pode chegar à Goiânia

Marcus Vinícius Beck Do Rio de Janeiro (RJ)

É apenas rock'n'roll, mas gostamos. O Barão Vermelho vai romper o silêncio na Farmasi Arena, no Rio de Janeiro, nesta quinta-feira (30/4), a partir das 22h, com sua formação original. Durante o show "Encontro", a banda pretende revisitar versos e riffs clássicos.

Será a reunião de Guto Goffi (bateria), Maurício Barros (teclados), Dé Palmeira (baixo) e Roberto Frejat (voz e guitarra). Esses quatro músicos, com Cazuza nos vocais, fizeram no início dos anos 1980 um rock cru, de letras densas, diferente dos outros sons da época.

"Essa formação é o nosso Big Bang", define Goffi, enquanto ensaia para a estreia da turnê.

Frejat concorda: "É um momento superemocionante, né? Estarmos os quatro juntos, amigos, e podendo tocar esse repertório que a gente começou lá atrás e foi atravessando décadas."

No estúdio, o guitarrista fala sobre o instante em que o Barão virou um quinteto. "Guto e Maurício se conheciam, mas eu, o Dé e o Cazuza, a gente nunca tinha se visto antes. Então

tem o encontro dos cinco. E tem o meu encontro como parceiro do Cazuza", explica.

Frejat não imita ninguém. Frejat é Frejat. Já Dé, dono de levada funky, segura tudo no baixo.

Não alardeia, prefere groovear. Guto, com aquela pegada stoneada, suja no tom certo, põe pra cima a energia roqueira. Maurício, elegante, adiciona um piano esfumado ao som.

É um veneno antimonotonia, essa música. Em 1982, uma fita cassete doméstica caiu nas mãos do jornalista e produtor Ezequiel Neves. "Que rock safado", disse Zeca, entregue à fúria do Barão. "E essa banda é do caralho, vai atrás desse cara uivando, gritando!"

Som & fúria

Na extinta revista "Som Três", o crítico apresenta tal esporro para o mundo. "É um rock demolidor costurado por uma guitarra crispante e teclados que não devem nada ao soberbo Nicky Hopkins. E há a voz de Cazuza cuspidando fogo em doses avassaladoras", escreve Zeca.

Lançado em 27 de setembro de 1982, o LP "Barão Vermelho" começa com "Posando de Star". A

música, feita por Cazuza, acabou alvejada pelo Departamento de Censura Federal, sob a justificativa de que os "versos obscenos" contrariavam as "normas censórias".

O rock é atitude, transgressão. Daí, o volume ser alto — faz parte do recado. Jorrando espontaneidade, o primeiro disco vendeu 15 mil cópias. No ano seguinte, em 1983, os barões voltaram ao estúdio. "Barão Vermelho 2" tinha tudo para pegar. Não pegou. Não de cara.

Apesar disso, o LP foi bem recebido por jornalistas. Na revista "Veja", em 17 de agosto de 1983, o cronista Joaquim Ferreira dos Santos celebrou o casamento improvável entre o som visceral dos Rolling Stones e as imagens românticas e violentas de Lupicínio Rodrigues.

Era energia bruta, lapidada, gasolina a eletrificar manhãs sem sono, a traçar planos e viagens pouco óbvias. À frente da banda, Cazuza lembrava Jim Morrison, o vocalista do The Doors: instituiu um ritual dionisíaco, etílico. Parecia uma panela de pressão prestes a explodir.



Roberto Frejat (ao centro) reencontra antiga banda para série de shows



Barão Vermelho fabricou hits que entraram para galeria do rock brasileiro

Banda deixou Ney Matogrosso enfeitiçado nos anos 80

Ex-Secos e Molhados, Ney Matogrosso, convidado para a estreia da turnê "Encontro", nesta quinta-feira (30/4), no Rio de Janeiro, ficou maluco ao ver o Barão. Se era tão bom, por que as rádios o ignoravam? Ney, então, colocou em Zeca Jagger: "Bota na minha mão pra eu dirigir."

O produtor queria a paternidade da banda só para ele. Mas Ney estava enfeitiçado, curtia aquele rock simples. Foi até a casa em que Cazuza morava com os pais, no Leblon. Eufórico, informou que iria gravar "Pro Dia Nascer Feliz". Cazuza relutou, Ney in-

sistiu. Deu certo.

Para Frejat, a presença de Ney nos shows no Rio e em São Paulo, no dia 23 de maio, é uma celebração. "Foi o cara que chegou para o mercado da música e disse: 'eu tô gravando um música desses caras. Virou hit e não é possível que esses caras não estejam acontecendo'."

De repente, as rádios sacaram o Barão e começaram a tocá-lo. Então, pintou o convite para a canção-tema do filme "Bete Balanço", de Lael Rodrigues. A dupla Frejat-Cazuza fabricou um sucesso dançante e latino, cuja guitar-

ra arremessa slides, bends e vibratos para as galáxias.

Sucesso

Nesse pique, veio o terceiro LP. O Barão, enfim, chegou ao sucesso: "Maior Abandonado" foi disco de ouro e levou o grupo à consagração no Rock in Rio. O tecladista Maurício Barros conta que, nessa época, o grupo acabou preso por posse de drogas em São Paulo.

"O Fleury, delegado Fleury, foi lá no Hilton [hotel de São Paulo] e esculachou", afirmou ao podcast "Corredor 5". "Ficamos esperando o escrivão

chegar. Daqui a pouco chega o escrivão: 'porra, eu estava em Santos.' E ele com os discos do Barão embaixo do braço."

Sem maconha naquele dia, Maurício lembra do que o policial falou: "Vocês vão ser a maior banda de rock do mundo". O músico achou bizarro: "A gente ficou meio assim... dentro da delegacia? Mas, de fato, aumentou o interesse de uma galera mais maldita, mais marginal."

Pouco tempo depois, o cenário mudou. Cazuza saiu do Barão, que passou a dançar na lama.

Ainda assim, a história seguiu em frente, dessa vez com Frejat nos vocais. Até o fim dos anos 1980, a banda adicionaria mais power ao seu som, embora sem dispensar a sutileza bluesy.

"A gente seguiu e teve tantas formações, mantivemos o espírito da banda", relembra Frejat, que atacou como vocalista pela primeira vez no LP "Declare Guerra", de 1986. "Eu acho que é uma história muito particular [a do Barão]. Eu tenho muito orgulho dela." Pense e dance.



Etiqueta

Adelita Costa

Situações embaraçosas à mesa

Educados, fingem não notar deslizes alheios, isso é prova de sofisticação. O mestre na arte de conviver é aquele que torna o ambiente bem mais humano



A etiqueta contemporânea, ao contrário do que muitos pensam, não é um conjunto de regras obsoletas destinadas a criar barreiras sociais. Pelo contrário, em sua essência, o protocolo moderno funciona como um facilitador da convivência, um lubrificante que suaviza as engrenagens das relações humanas. O objetivo principal de saber portar-se não é demonstrar superioridade, mas garantir que todos ao redor sintam-se confortáveis. Ter boas maneiras hoje é, acima de tudo um exercício contínuo de empatia e inteligência emocional, onde a harmonia social prevalece sobre a vaidade individual.

Acidente físico, como derramar vinho na mesa. A regra de ouro é a naturalidade. O drama costuma ser mais perturbador do que a mancha em si. Peça desculpas de forma breve e sincera, ajude a conter o líquido com o guardanapo e solicite auxílio ao garçom ou anfitrião para a limpeza. Evite lamúrias excessivas ou tentativas de limpar o tecido com produtos improvisados; aceite a ajuda e retorne à conversa.

Assuntos indigestos. Em reuniões sociais, é comum surgirem assuntos polêmicos ou perguntas invasivas. A solução diplomática não reside no confronto, mas no "pivô". Se a conversa tomar um rumo desconfortável utilize uma frase de transição neutra: "É uma perspectiva interessante, mas

confesso que hoje meu foco está voltado para algo mais leve, como...". Mudar o foco com uma pergunta aberta sobre outro tópico é a forma mais elegante de encerrar um impasse sem causar mal-estar.

Resfriado fora de hora. Lidar com um resfriado fora de hora exige discrição máxima. Se precisar espirrar ou tossir, utilize sempre o lenço descartável. Se a indisposição for persistente, a etiqueta do respeito dita que o melhor é retirar-se momentaneamente ou até cancelar o compromisso. Em um mundo pós-pandemia, zelar pela saúde alheia tornou-se um dos pilares mais respeitados da boa educação.

Guardanapo caiu no chão. Na residência de alguém recolha-o discretamente. Caso esteja sujo, peça um novo. Já para o talher no chão, a conduta muda conforme o ambiente. Em um restaurante, nunca tente limpar o talher na toalha, deixe-o onde caiu e peça a substituição ao garçom.

Folhinha no dente. A caridade deve superar o receio. Se você notar algo incômodo na aparência de alguém, avise discretamente. Use o sinal do "espelho" (apontando para o seu próprio dente) ou sussurre de forma que ninguém mais perceba. O silêncio, nesses casos, permite que a pessoa continue em uma situação vexatória, o que é o oposto do que prega a etiqueta.

Restrições alimentares. Comunicar alergias alimentares deve ser um ato preventivo e nunca um anúncio dramático à mesa. Informe o anfitrião com antecedência. Se estiver em um restaurante, mencione ao garçom de forma direta. A elegância está em não transformar sua restrição em pauta principal do evento, garantindo que sua segurança alimentar seja mantida sem exigir atenção excessiva dos demais convidados.

O celular à mesa. O smartphone tornou-se o maior desafio da etiqueta moderna. A regra de ouro é a ausência visual. O aparelho jamais deve repousar sobre a mesa, mesmo virado para baixo. Se aguarda uma ligação urgente, peça licença previamente e mantenha-o no vibrar. Caso precise atender, retire-se do ambiente. Priorizar quem está fisicamente presente é a maior prova de presença e elegância.

Por fim, a regra máxima que coroa qualquer manual de comportamento é a etiqueta do perdão. A pessoa verdadeiramente educada é aquela que finge não notar os deslizes alheios. Ignorar um erro de protocolo de outra pessoa é a prova cabal de sofisticação. Afinal, o protocolo existe para servir às pessoas e não o contrário. O verdadeiro mestre na arte de conviver é aquele que através de sua presença, torna o ambiente mais leve, seguro e acima de tudo, humano.

HISTÓRIAS

Gil do Vigor questionou sexualidade nos EUA

Ex-BBB diz que ansiedade e preocupação mexeram com seu lado emocional: "Medo"



Gil do Vigor é ex-BBB: relatos de vida

Folhapress

O ex-BBB e apresentador Gil do Vigor, 34, contou no Papo de Segunda (GNT) que durante o período em que morou nos Estados Unidos, questionou a própria orientação sexual.

Conforme relato, os conflitos internos começaram a assombrá-lo a ponto de fazê-lo duvidar se ser um homem gay seria aceito por Deus.

Gil tem uma formação cristã e passou 20 anos frequentando a igreja antes de se tornar nacionalmente conhecido por sua partici-

pação no BBB 21 (Globo).

A ansiedade e a preocupação excessiva mexeram com seu lado emocional. "Aquilo me deixou muito preocupado, comecei a marcar encontro com meninas novamente. Eu estava com muito medo de fato", contou.

Foi em meio a uma crise muito forte, então, que ele conseguiu conectar os pensamentos e conviver melhor com o que sentia. "Não estava mais me reconhecendo durante o período de PhD. Eu começo chorar, vou à igreja e falo: 'eu sou gay, e não aguento mais'", disse.

ERAM HOSTIS

Lisa Kudrow revela os bastidores de 'Friends'

Folhapress

A atriz Lisa Kudrow, 62, conhecida por interpretar Phoebe em "Friends", afirmou ter enfrentado "coisas maldosas" por parte de roteiristas -em sua maioria homens- durante os dez anos de gravações da série, entre 1994 e 2004. O relato foi feito em entrevista ao jornal britânico The Times.

Segundo Kudrow, os episódios ocorriam nos bastidores das gravações, realizadas diante de uma plateia ao vivo de cerca de 400 pessoas. "Se você errasse uma das falas desses roteiristas ou se ela não tivesse a resposta perfeita, eles podiam dizer algo como: 'Será que a vadia não sabe ler? Ela nem está tentando. Ela f**** com a minha frase'", lembrou, ao citar alguns dos comentários ofensivos que

recebia quando não atingia o tom esperado pelos roteiristas.

Ela também afirmou que, na sala de roteiristas, eram frequentes conversas de teor sexual envolvendo as colegas de elenco Jennifer Aniston e Courteney Cox. "Eles ficavam discutindo fantasias sexuais com as duas. Situações lamentáveis", disse.

Apesar disso, Lisa Kudrow afirmou que a maior parte dos comportamentos ocorria a portas fechadas. "Ah, podia ser brutal, mas esses caras, e eram majoritariamente homens ali, ficavam sentados até as 3 da manhã tentando escrever o programa, então minha atitude era: 'Digam o que quiserem sobre mim pelas costas, porque aí não importa'", contou.



Geleia Geral

LUIZ AUGUSTO PAMPINHA LUIZAUGUSTOPAMPINHA@GMAIL.COM



Flávio Ricco

Colaboração: José Carlos Nery

Globo estuda a volta do Melhores do Ano

Em vez do final de março, como foi desta última vez, existem grandes chances do “Melhores do Ano”, do “Domingão”, do Huck e da Globo, voltar a ser realizado em dezembro.

Muito melhor. E já a partir do próximo. Pode ter certeza que serão muito os votos de todos.

As premiações sempre, tanto no caso do “Melhores do Ano” quanto do “Troféu Imprensa”, se referem ao ano anterior,

nada nada mais natural, portanto, que aconteçam dentro dele ou mais tarde, comecinho do outro.

Premiações também dependem do timing e estão sempre muito ligadas à memória recente do público, ao calor dos acontecimentos e à repercussão ainda viva. Fora desse contexto, tudo soa mais distante.

A defasagem em relação ao período avaliado deve ser evitada, porque enfraquece a proposta.

TV TUDO

A propósito

Em se tratando do “Domingão”, neste próximo terá a estreia do “Isto é Inacreditável”, um híbrido de entrevistas com imagens em Inteligência Artificial.

São histórias reais, contada pelos próprios personagens e suas respectivas reconstituições, com total utilização desses recursos.

Fora dessa

Deborah Secco, certamente, seria a protagonista dos sonhos de “Elas Que Lutem”, novela de Daniel Ortiz e Victor Atherino para a fila das sete.

O problema é que a Deborah, em várias entrevistas, já declarou que não quer mais saber de novelas.

Outro lado da Copa

O canal Goat, do YouTube e 2311 da Samsung TV, vai para a Copa do Mundo apostando em uma abordagem completamente diferente da de outros veículos.

Nada de transmissão de jogos, mas tentar mostrar o que ninguém mostra, com o auxílio de um motorhome pilotado por Magno Navarro, rodando os Estados Unidos por 35 dias.

Nos detalhes

“Vamos mostrar a real experiência da Copa do Mundo”, afirma Ricardo Taves, CEO da Goat.

“Não vamos para lá ficar debatendo. Para isso, as pessoas assistem ESPN, Sportv, Globo etc.”

Duas coisas

Ontem, na entrevista ao nosso programa, Ro-

drigo Bocardi confirmou conversas com o SBT. Mas nada conclusivo ainda.

Outra é que a sua Boca-TV, no ar a partir do próximo dia 17, terá programação 24h, 12h ao vivo.

Por acaso

Coincidência? Claro que não. Amanhã, na “Sessão da Tarde”, a Globo tem programada a exibição de “O Diabo Veste Prada”.

Também nesta quinta, à noite, “O Diabo Veste Prada 2” estreia nos cinemas.

Cronograma

O diretor Ricardo Waddington marcou para setembro o início de gravações da novela “Avenida Brasil - Parte 2”, no Rio de Janeiro.

Há uma expectativa enorme em relação aos atores que estarão na continuação. Porém, “ainda é cedo para falarmos do elenco da novela”, diz RW à coluna.

Gravações encerradas

Foram concluídas as gravações da novela vertical “O retorno do atacante desaparecido”, trabalho do diretor Rudi Lagemann para a ReelShort.

Agora, edição e finalização. Mharessa Fernanda, Cris Carniato, Fernando Pavão e José Victor Pires estão no elenco.

Mudanças da Disney

A chegada da executiva Monica Albuquerque já foi anunciada.

Assim como também é confirmada a saída da executiva Cecília Mendonça, após 24 anos, que despachava da Argentina.

FERNANDA SIERRA,
miss, loira, leve,
bonita e sensual



LEITURA DINÂMICA

- » - Bom dia! Que sejamos gratos pelo dia de hoje e abençoados no dia de amanhã. Feliz quarta-feira!
- » - Nos Estados Unidos um transplante de coração pode custar R\$ 8 milhões. No Brasil, graças ao SUS, o valor é zero.
- » - Daniel Paulista, técnico do Goiás, se diz incomodado com a fase ruim. Os torcedores muito mais e querem providências.
- » - "Das lembranças que eu tenho na vida, você é a saudade que eu gosto de ter". -Roberto Carlos.

- » - Goiás e Aparecida têm alvos de operação que mira contratos de prefeituras para lavar dinheiro pelo PCC
- » - Daniel Vilela: "Goiás vai continuar sendo o estado mais seguro do Brasil. Nossa polícia está preparada e não vai dar brecha aos criminosos"
- » - O primeiro de maio, Dia do Trabalhador, é mais um feriadão para alegria dos funcionários públicos e de quem tem conta azul nos bancos.
- » - "Mude, mas mude devagar, porque a direção é mais importante que a velocidade" - (Clarice Lispector)

MÚSICA

Sucessos de Michael Jackson voltam às paradas globais

Repercussão do filme fez com que faixas lançadas há mais de quatro décadas voltassem a figurar entre as mais executadas atualmente. Cantor passou, pela primeira vez, a integrar o grupo dos 10 artistas mais ouvidos do Spotify



Cinebiografia "Michael" retrata a carreira e o impacto cultural de Michael Jackson

Aline Drumond

O lançamento da cinebiografia "Michael", que retrata a carreira e o impacto cultural de Michael Jackson, impulsionou o desempenho das músicas do artista nas plataformas de streaming em todo o mundo. O cantor passou, pela primeira vez, a integrar o grupo dos 10 artistas mais ouvidos do Spotify, alcançando a 7ª posição no ranking global no último domingo (26).

A repercussão do filme fez com que faixas lançadas há mais de quatro décadas voltassem a figurar

entre as mais executadas atualmente. "Billie Jean", um dos maiores sucessos do artista, atingiu um novo pico e entrou no Top 10 global.

Outros clássicos também registraram aumento expressivo nas reproduções, incluindo "Beat It", "Smooth Criminal", "Don't Stop 'Til You Get Enough", "They Don't Care About Us", "Rock With You", "The Way You Make Me Feel", "Thriller", "Human Nature", "Dirty Diana" e "Chicago", que passaram a integrar a lista das 200 músicas mais ouvidas da plataforma.

No Brasil, o movimen-

to se repetiu. "Billie Jean" e "Beat It" entraram no Top 100 do país, enquanto "Smooth Criminal" também apareceu entre as 200 faixas mais reproduzidas, refletindo o impacto do longa-metragem sobre o catálogo do artista.

Desempenho nas bilheterias

O lançamento da cinebiografia "Michael", que retrata a trajetória de Michael Jackson, também teve forte impacto nas salas de cinema. Na estreia nos Estados Unidos, o longa registrou arrecadação

superior a 40 milhões de dólares no primeiro fim de semana, alcançando um desempenho inédito para produções do gênero.

Com o resultado, o filme superou a marca obtida por Oppenheimer, que havia arrecadado cerca de 33 milhões de dólares no mesmo período em seu lançamento.

No cenário global, a produção já acumula mais de 217 milhões de dólares em bilheteria, impulsionada pela repercussão internacional e pelo interesse do público na história do artista.

POLÊMICA

Virginia Fonseca reage a críticas de Luana Piovani

Após Luana Piovani compartilhar um story no Instagram com comentários sobre os filhos de Virginia Fonseca, a empresária publicou um desabafo sobre as críticas. Na publicação, Luana afirmou que a influenciadora e os filhos corriam risco de serem alvos de uma "maldição" por conta do envolvimento de Virginia com jogos de apostas.

"Como ela fala isso dos filhos de outra pessoa? Quer falar de mim, fala. Fala o que você quiser, como sempre falou. Para mim, dane-se o que você pensa. Agora dos meus filhos?", disse Virginia Fonseca, enquanto chorava. A publicação gerou grande repercussão nas redes sociais.

A troca de farpas entre Virginia e Luana Piovani reacendeu a rivalidade antiga entre as duas. Fãs e seguidores se dividiram, defendendo um lado ou outro, enquanto a polêmica segue repercutindo na internet.

DEFESA

Cantor Zé Felipe rebate atriz: "falso moralismo"

O cantor Zé Felipe se manifestou nas redes sociais após a repercussão de comentários feitos por Luana Piovani que envolveram seus filhos com Virginia Fonseca. A declaração da atriz, publicada na segunda-feira (27/04), ampliou o debate nas plataformas digitais.

Na manhã de terça-feira (28/04), o artista publicou uma sequência de vídeos no Instagram com críticas diretas ao comportamento de usuários nas redes. Ele afirmou que há excesso de hipocrisia e classificou o ambiente digital como dominado por julgamentos e discursos incoerentes.

Durante o desabafo, o cantor contestou o que chamou de "falso moralismo", ao citar pessoas que defendem causas sociais, mas, segundo ele, adotam posturas contraditórias. As falas incluíram críticas contundentes ao que considera uma busca por superioridade moral na internet.

Zé Felipe também direcionou ataques a perfis que, em sua visão, tentam aparentar intelectualidade nas redes sociais. Ele questionou a legitimidade dessas posturas e afirmou que parte desse público reproduz opiniões sem profundidade.

Horóscopo Diário



Áries

Hoje a energia te impulsiona, busque decisões rápidas, evite conflitos e mantenha a calma.



Touro

Estabilidade emocional favorece finanças, cuide da saúde, valorize rotina e paciência.



Gêmeos

Comunicação flui, encontros inesperados trazem ideias novas, cuidado com a dispersão mental.



Cancêr

Sensibilidade alta, procure conforto familiar, evite sobrecarga emocional e organize sentimentos.



Leão

Oportunidades sociais surgem hoje, demonstre liderança sem arrogância escute outros.



Virgem

Detalhes importam hoje, revise tarefas, pratique autocuidado e evite críticas excessivas.



Libra

Harmonia das relações exige diálogo sincero hoje, busque equilíbrio e evite indecisões constantes.



Escorpião

Intensidade revela verdades profundas e transforma medos em força e coragem.



Sagitário

Explore novos caminhos de aprendizado e mantenha foco e responsabilidade nesta quarta.



Capricórnio

Discipline resultados, planeje metas realistas, evite rigidez e permita momentos descanso.



Aquário

Inove, conecte-se com amigos, compartilhe ideias e mantenha autenticidade sempre nesta quinta.



Peixes

Siga a intuição hoje, confie em sentimentos, evite ilusões e concentre-se no presente.

Opinião Pública

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

Quando o petróleo sobe, a passagem aérea dispara



Luiz Antônio

Especialista em aviação e manutenção aeronáutica

O querosene de aviação (QAV) segue como um dos principais fatores de custo operacional das companhias aéreas. Em um setor de margens estreitas, pequenas variações no preço do combustível podem significar lucros ou prejuízos. Em 2026, além das oscilações tradicionais do mercado de petróleo, eventos geopolíticos, como as tensões no Estreito de Ormuz, voltam a pressionar a cadeia da aviação global, já que se trata de uma das rotas marítimas mais estratégicas do planeta, provocando elevação no preço do barril, aumento dos custos operacionais das



companhias e encarecimento das passagens em nível mundial.

Estima-se que o combustível represente entre 25% e 40% dos custos operacionais de uma companhia aérea. Isso ocorre porque, diferentemente de outros insumos, seu consumo está diretamente ligado à atividade principal do setor: voar.

Outros custos têm menor peso ou maior previsibilidade. Despesas com pessoal, manutenção e áreas administrativas costumam variar entre 15% e 25% dos custos totais. Leasing e financiamento de aeronaves representam cerca de 10% a 20%. Taxas aeroportuárias, serviços de navegação e apoio em solo ficam entre 5% e 15%, enquanto a manutenção gira entre 10% a 15%, conforme a idade da frota.

Uma aeronave comercial em voo de longa distância pode consumir dezenas de milhares de litros em poucas horas. Em uma rota entre São Paulo–Nova York, por exemplo, aeronaves modernas podem ultrapassar 40 mil litros de consumo. Esse volume evidencia o impacto direto do combustível no custo por assento.

O Brasil possui produção nacional de QAV, mas insuficiente para atender toda a demanda. A produção concentra-se em refinarias como a de Henrique Lage e a de Paulínia, em São Paulo, além da Refinaria de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Ainda assim, o país depende de importações, principalmente dos Estados Unidos e do Oriente Médio, o que mantém o preço atrelado ao dólar e ao mercado in-

ternacional.

O consumo de combustível também está ligado à eficiência das aeronaves. Modelos mais modernos, como o Airbus A350, o Boeing 787 e a família E2 da Embraer, foram projetados com foco em eficiência energética, reduzindo o consumo por passageiro. Ainda assim, o impacto no preço das passagens é inevitável em períodos de crise energética. O custo do combustível é repassado, direta ou indiretamente, ao passageiro. Quando o petróleo sobe, as companhias aéreas tendem a ajustar suas estratégias: aumentam tarifas, reduzem promoções, revisam rotas menos rentáveis, ajustam frequências de voos e aceleram a incorporação de aeronaves mais eficientes.

A aviação comercial

vive, portanto, um dilema constante: expandir sua conectividade mantendo preços competitivos, ao mesmo tempo em que enfrenta a volatilidade do combustível. As soluções passam por três caminhos principais: investimento em aeronaves mais eficientes, uso crescente de combustíveis sustentáveis e otimização de rotas e operações.

Enquanto o petróleo manter protagonismo, eventos geopolíticos seguirão influenciando o valor das passagens. O combustível não é apenas um insumo, mas o eixo econômico do setor. Em um mundo cada vez mais conectado, compreender esse impacto ajuda a explicar por que o preço de voar varia tanto e tão rapidamente.

A força da continuidade



Gilson Romanelli

Jornalista e Analista Político

O cenário político de Goiás para as eleições de 2026 começa a ganhar contornos de definição precoce, e o nome que centraliza essa estabilidade é o do governador Daniel Vilela (MDB). Mais do que o peso de uma sigla histórica, Vi-

lela carrega hoje o trunfo da continuidade administrativa, um fator que, historicamente, o eleitor goiano valoriza quando os resultados batem à porta. Os dados mais recentes da Paraná Pesquisas, divulgados em 7 de abril de 2026, não deixam margem para dúvidas sobre o favoritismo do atual gestor. No cenário estimulado, Daniel Vilela lidera com folga, alcançando 43,4% das intenções de voto. A distância para o segundo colocado, Marconi Perillo (24,4%), é de expressivos 19 pontos percentuais. Mesmo no cenário espontâneo — onde o eleitor cita o nome sem estímulos — Daniel aparece na frente com 13,1%, superando todos os adversários somados. Esse fenômeno é explicado pela simbiose política com o ex-governador Ronaldo Caiado. Com uma aprova-

ção de 84,7%, o legado de Caiado é o alicerce sobre o qual Vilela constrói sua viabilidade. Como bem pontuou o cientista político Paulo Melo, o eleitor demonstra uma confiança sólida na manutenção deste projeto de estado. Para além das pesquisas, a força de Daniel Vilela reside na entrega pragmática. O recente lançamento do programa Goiás em Movimento Estruturas (GME) é um exemplo claro de como a gestão estadual tem municipalizado o desenvolvimento. Com um investimento de R\$ 95 milhões do Tesouro Estadual apenas nesta primeira etapa, o programa atende a uma demanda histórica do interior: a substituição de pontes de madeira por estruturas de concreto e bueiros celulares.

"São obras que dão a Goiás uma condição de

competitividade ainda maior, reduzindo o custo do frete e do insumo logístico, essencial para o setor produtivo", destacou o governador Daniel Vilela. Ao investir em 212 obras espalhadas por 44 municípios — sem custo algum para as prefeituras — o governo estadual retira um fardo financeiro imenso dos prefeitos e garante segurança para o escoamento da produção agropecuária. A análise do quadro atual sugere que Daniel Vilela deve ser mantido no cargo por três pilares fundamentais: Eficiência Logística: O foco em micro-infraestrutura (pontes e bueiros) resolve problemas cotidianos do produtor rural e do cidadão do interior, garantindo trafegabilidade o ano todo. Apoio Municipalista: Ao integrar o Goiás em Movimento Estruturas com o

braço de pavimentação urbana (Goiás em Movimento Municípios), o governo cria uma rede de proteção e desenvolvimento que alcança todas as regiões. Estabilidade Política: Vilela representa a segurança de que Goiás não voltará a modelos de gestão do passado, mantendo o rigor fiscal e a alta taxa de investimento que marcam a era atual. O levantamento reflete mais do que um momento; reflete a satisfação de um estado que se vê no rumo certo. Se a gestão continuar entregando resultados como os R\$ 56 milhões adicionais já previstos em novas licitações de infraestrutura, o caminho de Daniel Vilela rumo à vitória parece não apenas pavimentado, mas concretado com a confiança do povo goiano.

PUBLICIDADE LEGAL

comercial@dm.com.br
(62) 3267-1000

PREFEITURA MUNICIPAL DE JESÚPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO ELETRÔNICO N. 001/2026
A Prefeitura Municipal de Jesópolis, Goiás, torna público, para o conhecimento de todos os interessados, que às 14h01min (horário oficial de Brasília/DF) do dia 11 de junho de 2026, no endereço eletrônico www.danielgarcialelos.com.br, estará realizando processo licitatório na modalidade Leilão Eletrônico nº 001/2026, Tipo MAIOR LANCE, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/21, cujo objetivo é a **ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JESÚPOLIS/GO**. O Edital completo poderá ser obtido na sede da Comissão Permanente de Licitação no endereço Praça Luiz de Mattos, nº 100, centro, Jesópolis, GO, ou pelo site www.jesopolis.go.gov.br ou ainda na página oficial do Leiloeiro sendo www.danielgarcialelos.com.br. O processo será conduzido via sistema web pelo leiloeiro oficial sr. DANIEL ELIAS GARCIA, Leiloeiro Público Oficial inscrito na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG – 109/2022. Maiores informações pelo fone/fax (62) 3359-1188, email gmc@jesopolis.go.gov.br, durante o horário das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h. **Celso Henrique Rodrigues De Almeida, Agente de Contratações**

O EMPORIO HENRIQUE BAR LTDA, sob o CNPJ nº 01.265.874/0001-65, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Eficiência – SEFIC, a licença ambiental de instalação e operação, para: 56.11-2-05 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento; 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas; 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente, na ALAMEDA MONDRIAN / 16 / QUADRA61 LOTE 02 / SET GENTIL MEIRELLES / 74.575-270/ GOIÂNIA – GO.

MUNICIPIO DE ARENÓPOLIS
RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026
O condutor de processos do órgão MUNICIPIO DE ARENÓPOLIS-GO, vem comunicar o resultado do processo de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026, Processo Administrativo nº 354/2026 finalizado segunda-feira, 27 de abril de 2026 às 09:16, objeto: Registros de preços para futuras e eventuais aquisição de pneus novo para manutenção da frota de veículo para atender as necessidades do Município. Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas: **REAL PECAS E ACESSORIOSAUTOMOTIVOS EIRELI (27682742000109)** com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 26, 27, 28, 29, 30, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 7, 8, 9, 10, 11, 12 no valor total de R\$921.814,25 (novecentos e vinte e um mil e oitocentos e quatorze reais e vinte e cinco centavos). **LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA (5693364000168)** com os lotes: 19 no valor total de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), totalizando R\$ 947.814,25 (novecentos e quarenta e sete mil e oitocentos e quatorze reais e vinte e cinco centavos). **ARENÓPOLIS (GO), terça-feira, 28 de abril de 2026. HUGO MOREIRA DOS SANTOS - CONDUTOR DE PROCESSOS**

PREFEITURA DE SANTA TEREZA DE GOIÁS - GO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/25
EXTRATO DO EDITAL Nº 10
O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DE GOIÁS - GO, através da Comissão Especial de Concurso Público - CCEP, nomeada pelo Decreto nº 086/2025, torna público que foi divulgado por meio **EDITAL 10 – O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA E DA PROVA DE APTIDÃO FÍSICA 2ª ETAPA DO CONCURSO**. O edital completo estará disponível no placar da Prefeitura e nos sites www.itame.com.br e www.santatereza.go.gov.br. Santa Tereza de Goiás, 28/04/26. **CREUZIA MARIA MENDES - Presidente da CCEP.**

(MADALENA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA) CNPJ – 04.654.790/0001-80, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, Licença Ambiental Licença Prévia e Licença de Instalação (LP, LI), para (68.10-2-02 – Aluguel de imóveis próprios) ENDEREÇO: R. BR-153, QUADRA, ÁREA, LOTE 01, ANEXO 01, SALA 01, CEP 74.982-751 JARDIM RIO GRANDE - CONTINUAÇÃO- Aparecida de Goiânia. O empreendimento não se enquadra na CONAMA nº 001/86.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVÂNIA
AVISO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2025
O Governo de Silvânia, Estado de Goiás, torna público aos interessados a ANULAÇÃO do edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2025. A anulação é decorrente da inviabilidade administrativa e legal, conforme exposto nos autos e justificado pela unidade demandante. Mais informações www.silvania.go.gov.br, licitacoes@silvania.go.gov.br, Santa Tereza de Goiás, 28 de abril de 2026. **VERÔNICA MARTINS DOS SANTOS – Agente de Contratação.**

AVISOS DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE TERESINA (GO)
A Pregoeira do Município de Teresina (GO) AVISA aos interessados que estará realizando a seguinte licitação pública para contratação de EMPRESA, conforme abaixo: PREGÃO ELETRÔNICO (P.E Nº 002/2026) – Às 08h01min do dia 15/05/2026 (sexta-feira), cujo objeto será: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIÁS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. Conforme edital e seus anexos, para atender às necessidades deste município. - Informações (62) 3367-1140 das (7h às 11h) e das (13h às 17h), ou na sede do município localizada na Praça Tiradentes, Nº 43 Bairro – Centro – Teresina (GO), ou pelo site www.teresinadegoias.go.gov.br. Em 28/04/2026. **AKLLA RODRIGUES ALENCAR, Pregoeira**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL Nº 001/2026, DE SELEÇÃO DE ESTUDANTES PARA BOLSA UNIVERSITÁRIA: O MUNICÍPIO DE VILA PROPÍCIO – GO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E SOLIDARIEDADE HUMANA, torna público, para conhecimento dos interessados, que por meio do processo administrativo nº 001648/2026, realizará o CREDENCIAMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA, PARA O RECEBIMENTO DE “BOLSA UNIVERSITÁRIA MUNICIPAL” DO GOVERNO DE VILA PROPÍCIO. As inscrições serão realizadas no período de 05/05/2026 a 15/05/2026, por meio de forma presencial. O edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <https://vilapropicio.go.gov.br/>. Vila Propício, 28 de abril de 2026. **Claudineia Maria Leite Lemos – Secretária Municipal de Promoção Social e Solidariedade Humana.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZA-GO
AVISO DE ERRATA
A Gestora do Fundo Municipal do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZA DE GOIÁS-GO, torna público para conhecimento dos interessados que, que na publicação do dia 23/04/2026, AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 no JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, DOE e no DOU, seção 3 pág. 168, ONDE SE LÊ: Resolução nº 003/2026 - CMS, LEIASE: Resolução nº 004/2026 – CMS. Os demais itens permanecerem inalterados. Santa Tereza de Goiás-GO, 28 de abril de 2026. **ESTER TEÓFILO ALVES CARDOSO - Gestora Fundo Municipal de Saúde**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2026
Processo Administrativo: nº 273/2026. Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 01/2026. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Contratante: Município de São Miguel do Araguaia – GO, CNPJ nº 02.391.654/0001-19. Contratada: CR Construções LTDA, CNPJ nº 33.585.148/0001-94. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais – Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), conforme Termo de Compromisso nº 9740352024 (MCIDAE/CAIXA). Valor Global: R\$ 2.833.973,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e três mil, novecentos e setenta e três reais). Vigência: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato. Dotação Orçamentária: 1-63.08.122.1426.4017.4.4.90.51.00 – Ficha 0428 – Fonte 1.29. Data da Assinatura: 01 de abril de 2026. Signatários: Jerônimo José de Siqueira Neto – Prefeito (Contratante). **CLEIDE MOREIRA DE FREITAS – Representante da Contratada**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025
Processo nº. 270/2025. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO CUMPRIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS. Proponentes Vencedores: ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº: 04.274.988/0002-19, RM HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº: 25.029.414/0001-74, ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº: 27.455.068/0001-11. Valores adjudicados e homologados respectivamente: R\$ 15.480,00, R\$ 3.729,60 e R\$ 1.333,20. Ata de Registro de Preço Pregão nº 016/2025. Data da Ata: 17/06/2025. Regência: Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 838/2022. **IVALDO SOUZA DA CRUZ Secretário Municipal De Saúde**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025
Processo nº. 302/2025. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO- HOSPITALAR. Proponentes Vencedores: HOSPSHOP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº: 07.094.705/0001-64, C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ nº: 26.457.348/0001-04, REMORA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, CNPJ nº: 27.634.076/0001-25, DUMALE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ nº: 28.788.905/0001-97, HDM COMERCIO IMPORT HOSPITALAR EIRELI CNPJ nº: 35.683.070/0001-76, DINIZ HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº: 46.676.293/0001-22. Valores adjudicados e homologados respectivamente: R\$ 46.434,50, R\$ 21.290,00, R\$ 71.143,60, R\$ 27.479,00, R\$ 6.615,00, e R\$ 7.450,80. Ata de Registro de Preço Pregão nº 019/2025. Data da Ata: 01/08/2025. Regência: Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 838/2022. **IVALDO SOUZA DA CRUZ Secretário Municipal De Saúde**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025
Processo nº. 4605 /2025. Objeto: EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE. Proponentes Vencedores: PALOMA ANTONIELLE ARRUDA CARNEIRO LTDA, CNPJ nº: 57.405.254/0001-07. Valores adjudicados e homologados respectivamente: R\$ 71.768,00. Ata de Registro de Preço Pregão nº 013/2025. Data da Ata: 17/06/2025. Regência: Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 838/2022. **IVALDO SOUZA DA CRUZ - Secretário Municipal De Saúde**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2025
Processo nº. 2272 12025. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS. Proponentes Vencedores: PRO REMEDIOS DISTRIB.DE PROD. FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI, CNPJ nº 05.159.591/0001-68, AL RIO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, CNPJ nº 05.763.509/0001-00, BIOTRAN EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, CNPJ nº 08.979.861/0001-75.T.D & P. COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 10.696.932/0001-74, ESFRIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 27.455.068/0001-11, REMORA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI CNPJ nº 27.634.076/000125, INFOKO COMERCIO E SERVIÇOS CNPJ nº 28.790.815/0001-30, MAXIMA DENTAL IMPEX E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ nº 28.857.335/0001-40, PIETRA ODONTO IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIDORA EIEL, CNPJ nº 28.877.319/0001-19, PÉROLA IMPORTADORA DISTRIB. HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 30.888.187/0001-72, DENTAL BH BRASIL COM .DE PRODUTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 31.401.798/0001-07, ONIX FARMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 35.676.420/0001-77, ROSAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 37.676.047/0001-80, DF MEDICAL LTDA, CNPJ nº 44.656.846/0001-50, ALFA MED UNIPESSOAL LTDA, CNPJ nº 45.594.333/0001-25, DENTAL IPO LTDA, CNPJ nº 50.567.060/0001-69, FÍSIO MED EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 52.353.746/0001-82, ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIP. HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 54.322.844/0001-88, ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 54.860.907/0001-50. Valores adjudicados e homologados respectivamente: R\$ 57.331,90, R\$ 68.460,00, R\$ 34.968,00, R\$ 23.680,00, R\$ 129.120,00, R\$ 82.944,04, R\$ 54.254,00, R\$ 281.168,84, R\$ 47.150,00, R\$ 7.280,00, R\$ 7.820,19, R\$ 126.399,00, R\$ 172.453,52, R\$ 28.542,00, R\$ 67.514,86, R\$ 11.328,36, R\$ 30.020,00, R\$ 17.265,00 e R\$ 76.800,00. Ata de Registro de Preço Pregão nº 012/2025. Data da Ata: 27 /06/2025. Regência: Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 838/2022. **IVALDO SOUZA DA CRUZ - Secretário Municipal De Saúde**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2026
Contrato nº. 034/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO COM MOTORISTA. Proponente Vencedor: URBAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ/MF nº 37.899.196/0001-08. Valor adjudicado e homologado respectivamente: R\$ 337.800,00. Contrato do Pregão Eletrônico nº 03/2026. Data do Contrato: 31/03/2026. Regência: Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 838/2022. **ALESSANDRO OTONE BARCELOS - Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026
Processo nº.019/2026. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TIRAS DE GLICEMIA. Proponentes Vencedores: RM HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 25.029.414/0001-74, ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 27.455.068/0001-11. Valores adjudicados e homologados respectivamente: R\$ 100.800,00, R\$ 452.160,00. Ata de Registro de Preço Pregão nº 001/2026. Data da Ata: 17 /03/2026 Regência: Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 838/2022. **IVALDO SOUZA DA CRUZ - Secretário Municipal De Saúde**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2026
Processo nº.014/2026. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (GÁS DE COZINHA). Proponentes Vencedores: ALO GAS LTDA, CNPJ nº: 13.367.535/0001-47. Descontos adjudicados e homologados respectivamente: 11,00 %, 11,00 %, 11,00 %, 4,66 %, 4,66 % e 4,66 %. Ata de Registro de Preço Pregão nº 014/2026. Data da Ata: 27 /04/2026. Regência: Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 838/2022. **ALESSANDRO OTONE BARCELOS - Prefeito Municipal**

UNA ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA LTDA
CNPJ Nº 54.699.329/0001-11
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Ficam convocadas as sócias SUELLEN RODRIGUES DOS SANTOS CAMPIONI, CPF nº 080.844.039-07, e NATIELLY SABADIN, CPF nº 036.017.200-86, para reunião de sócios a realizar-se no dia 15/05/2026 às 19:00 horas, na sede social situada à Rua Luiz de Mattos, nº 390, Quadra 188, Lote 16, Setor Sudoeste, CEP 74.303-010, Goiânia – GO, para deliberar sobre: (i) alteração do contrato social; (ii) reestruturação da composição societária; (iii) redistribuição de quotas; e (iv) assuntos correlatos de interesse da sociedade. Goiânia – GO, 25 de Abril de 2026.

PREFEITURA ITARUMÃ
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: Pregão Presencial nº 014/2026 - TIPO: Menor Preço Por Item
DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 15/05/2026 – 09h00hs
O MUNICÍPIO DE ITARUMÃ/GO, por seu Pregoeiro Weuguer Flávio Ferreira Santos, torna público que fará realizar procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2026, tipo Menor Preço Por Item, para a aquisição de grades e implementos, destinados ao atendimento das demandas do Município de Itarumã/GO, atendendo ao Projeto Institucional de Destinação Articulada de Acordos (DAAMP), Autos Administrativos n. 202500580570, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I e exigências do Edital., no endereço acima, e informações pelo telefone: (64) - 99327-4948 ou no site www.itaruma.go.gov.br. **Itarumã/GO, 28 de abril de 2026. Weuguer Flávio Ferreira Santos.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Goiás, no uso das suas atribuições que lhe confere, CONVOCA os Associados em pleno gozo dos seus direitos sindicais, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 06 de maio de 2026 (quarta-feira), na sede deste sindicato, situado na Rua 5, nº 691, sala 1.311, Edifício The Prime Tamandaré Office, Setor Oeste – Goiânia-GO, às 15:30 horas, em primeira convocação com maioria dos associados e, em segunda Convocação, às 16:00 horas, com qualquer número. Ressaltamos que as condições para o exercício do direito do voto nas Assembleias Gerais estão explicitas nos Artigos 11º, 15º e demais, do Estatuto Social, dentre eles frisamos os seguintes:

- Os Associados poderão ser representados nas Assembleias por um representante legal ou procurador específico.
- Cada procurador poderá representar no máximo duas (2) empresas Associadas.
- Pleno gozo dos direitos sindicais.
- Estar, desde dois (2) anos antes, pelo menos, no exercício efetivo da atividade ou representação econômica e ser associado pelo tempo mínimo de um (01) ano.
- As Associadas constituídas no regime de matriz e filial terão direito a um (01) voto, independente do número de filiais.

PAUTA: Autorizar a Diretoria a Negociar e Firmar Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027, inclusive a responder a dissídio na Justiça do Trabalho, se necessário for, com os seguintes sindicatos: Sindicato dos trabalhadores condutores de veículos de duas rodas do estado de Goiás; Sindicato dos práticos de farmácia e dos empregados no comércio de drogas, medicamentos, produtos farmacêuticos e homeopáticos no estado de Goiás; Sindicato dos empregados no comércio de Anápolis; Sindicato dos empregados no comércio de Jataí; Sindicato dos empregados no comércio de Rio Verde.

Goiânia, 28 de abril de 2026
João Aguiar Neto – Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
Aviso de Licitação - Leilão Eletrônico nº 001/2026
O Município de Santa Terezinha de Goiás, através da Agente de Contratação, torna público que realizará em sessão pública no site eletrônico www.slicx.com.br, na forma da Lei nº 14.133/2021, a seguinte licitação: **Modalidade: Leilão Eletrônico nº 001/2026; Data e Horário: 22/05/2026 às 09h00min;** Objeto: Seleção de Empresa para Cessão de uso Oneroso de Espaço, mediante de pagamento de Aluguel para exploração comercial em quiosque no ramo de alimentação (lancheonete) no Município de Santa Terezinha de Goiás/GO, conforme especificado no anexo I (especificações do objeto), parte integrante do presente edital. Edital e informações na Rua Dona Julia, s/nº, Centro e nos sites: www.santaterezinhadegoias.go.gov.br e www.slicx.com.br.
Santa Terezinha de Goiás/GO, 28/04/2026.
Katia Denise Miranda Evangelista - Agente de Contratação

ADROALDO JULIANI, CPF 428.841.100-97, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Planaltina-GO o Registro de Licenciamento para Agricultura Irrigada por O1 Pivô Central com área de 100,00 hectares e para Agricultura de Sequeiro com área de 256,1524 hectares, localizados na Fazenda Macunaíma Gleba 01, zona rural de Planaltina-GO.
A WINITY S.A., cadastrada sob o CNPJ 34.622.881/0001-02, torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente de Rio Verde - GO, a Licença de Instalação (LI) referente a atividade de ERB – Estação Rádio Base a ser implantada na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, Rodovia BR-060, Km 238, zona rural do município de Rio Verde – GO, CEP 75913-899. GORVD010.

MUNICÍPIO DE CAVALCANTE
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026
O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAVALCANTE -GO, torna público que fará realizar as 08h30min do dia 18 de maio de 2026, pelo sistema LICITANET (<https://www.licitanet.com.br/>), o CONCORRÊNCIA ELÉTRONICA Nº 10/2026, EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DOCENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), Conforme Termo de Referência em anexo. O edital e seus anexos poderão ser examinados ou adquiridos no endereço: Rua Cristá, nº 11, Centro, em dias e horários de expediente ou pelos sites www.cavalcante.go.gov.br e <https://www.licitanet.com.br/>. Informações: licitacao-cavalcante2@gmail.com.
Cavalcante, 29 de abril de 2026.
Vonei dos Santos Moreira - Agente de contratação.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026
O Município de Arenópolis-GO, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pelo Decreto n. 002/2023, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA do tipo menor preço por item, cujo objeto registro de preços para aquisição de equipamento e material permanente para atender as necessidades do Hospital Municipal do Município de Arenópolis-GO. A realização do certame está prevista para o dia 13 de maio de 2026, às 08h00min - horário de Brasília. O Edital completo está à disposição dos interessados nos dias úteis das 07h00min às 11h00min das 13h00min às 17h00min, Obtenção do edital no e-mail: licitacoes@arenopolis.go.gov.br e <https://arenopolis.go.gov.br/licitacao>. Informações: Fone: (64) 92001-3904 – Rua Gabriel Raimundo de Sousa, 555, Centro, Arenópolis - GO. Município de Arenópolis, aos 28 dias do mês de abril de 2026. **HUGO MOREIRA DOS SANTOS - Pregoeiro**

LF PLÁSTICOS LTDA, 06.947.499/0002-06, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Aparecida de Goiânia – (SEMMA), a LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO, para a Fabricação de embalagens de material plástico, Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente e Comércio atacadista de embalagens, no local Rua 15, Quadra 017, Lote 0002, Galpão 01 Polo Empresarial Goiás - Etapa 1 Aparecida De Goiânia – Goiás CEP: 74.985-253. O empreendimento não se enquadra na Resolução CO-NAMA 001/86. **Processo nº: 2025468076**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026. DATA DE ABERTURA: 15 de maio de 2026. Horário: 09h00min. Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE, DESCARTÁVEIS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E OUTROS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES OPERACIONAIS DO DEMAÉ - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CALDAS NOVAS, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.** O Edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações do DEMAÉ ou pelo site: <https://www.demae.go.gov.br/licitacao/pregao.html>. Informações adicionais podem ser obtidas junto à comissão permanente de licitações através do e-mail: licitacao@demae.com.br. Caldas Novas, 29 de abril de 2026. **FERNANDA CRISTE PEREIRA DE ARAÚJO - PREGOEIRA**

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS. O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DEMAÉ, através de sua Pregoeira, COMUNICA aos interessados, que: 1. Tendo em vista o recebimento de questionamentos e a necessidade de revisão dos documentos que compõem o processo de licitação em epígrafe, resolve **SUSPENDER TEMPORARIAMENTE** o referido certame para ulterior deliberação. 2. Após a realização das alterações, uma nova data para realização da sessão será publicada nos mesmos meios do instrumento convocatório. **INFORMAÇÕES:** Estão disponíveis na sede do Departamento de Licitações do DEMAÉ ou pelo site: <https://www.demae.go.gov.br/licitacao/pregao.html>. Informações adicionais podem ser obtidas junto à comissão permanente de licitações através do e-mail: licitacao@demae.com.br. Caldas Novas, 29 de abril de 2026. **FERNANDA CRISTE PEREIRA DE ARAÚJO - PREGOEIRA**

AVISO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2026
A Comissão de Licitação torna público que sagrou-se vencedoras as seguintes licitantes: F AZEVEDO LIMA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.161.531/0001-17, com proposta no valor global de R\$ 652.500,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais), 45.699.078 IANDRA GABRIELLA ABRANTES SILVA, inscrita no CNPJ nº 45.699.078/0001-84, com proposta no valor global de R\$ 220.500,00 (duzentos e vinte mil e quinhentos reais), com valor global do certame de R\$ 873.000,00 (oitocentos e setenta e três mil reais), para contratação de empresa, por registro de preço, para fornecimento de refeições, tipo marmitex, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, Abadiânia, 28 de abril de 2026. **Marcos da Silva Membro da CPL.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA AVISO DE LICITAÇÃO TIPO PREGÃO PRESENCIAL 078/2026
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 078/2026 TIPO: MENOR PREÇO. INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, POR REGISTRO DE PREÇO, PARA O FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FILTROS AUTOMOTIVOS (ÓLEO, AR E COMBUSTÍVEL) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TROCA DE ÓLEO E SUBSTITUIÇÃO DE FILTROS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES E/OU A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ABADIÂNIA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELO (A) GESTOR (A). DATA: 21/05/2026 - HORA: 08:30H MAIORES INFORMAÇÕES: E-MAIL: cplabadiania@hotmail.com ABADIÂNIA, 28 DE ABRIL DE 2026. **CLAUDETE DE SOUZA RAMOS MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA AVISO DE LICITAÇÃO TIPO PREGÃO PRESENCIAL 077/2026
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 077/2026 TIPO: MENOR PREÇO. INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DE ARMARINHO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ABADIÂNIA, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELO (A) GESTOR (A). DATA: 20/05/2026 - HORA: 08:30H MAIORES INFORMAÇÕES: E-MAIL: cplabadiania@hotmail.com ABADIÂNIA, 28 DE ABRIL DE 2026. **CLAUDETE DE SOUZA RAMOS MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO**

Acervos de edições
Diário da Manhã
www.dmacervo.com.br

ESTUDO ALERTA PARA ALTA INCIDÊNCIA DE SUICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA
Autorretratos durante com...
Alcoólic...
O efeito do...
bolsarismo nas...
cidades municipais

O CHORO DOS MUNICÍPIOS
Assassinato de...
fisterapeuta foi...
preso seis vezes
Ronald dialoga...
com PSD, mas lembra: o partido já tem nome

PRIMEIRO AMBATALISTA

Brasil Terrenos Holding S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Brasil Terrenos Holding Ltda.

Goiania - GO
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasil Terrenos Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasil Terrenos Holding S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Práticas contábeis aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.1 e 3.1, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto à aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício Circular/ CVM/ SNC/SEP nº 02/2018. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Auração da receita de incorporação imobiliária

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.1, as receitas resultantes das operações de incorporação imobiliária referentes aos empreendimentos em fase de construção (unidades não concluídas) são apuradas pela Companhia e suas controladas levando-se em consideração os respectivos estágios de execução através do método de percentual de execução ("POC" - percentage of completion), em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Os procedimentos para determinar, mensurar, apurar e contabilizar as receitas oriundas das operações de incorporação imobiliária envolvem, entre outros aspectos, o uso de estimativas sobre os custos orçados e apuração apropriada dos custos incorridos dos empreendimentos para mensuração da evolução das obras e consequente apuração das receitas através do critério de cálculo estabelecido na metodologia denominada de POC. Nesse sentido, os controles, premissas e ajustes utilizados para elaboração dos orçamentos dos projetos em fase de construção, bem como a mensuração dos custos incorridos, podem afetar, de forma significativa, o reconhecimento das receitas da Companhia, impactando seu resultado e respectiva performance.

Este assunto foi, dessa forma, considerado significativo para a nossa auditoria devido as receitas líquidas serem um componente de performance relevante em relação as demonstrações dos resultados e item crítico para o setor de incorporação imobiliária para medição de performance, já que quaisquer mudanças no orçamento das obras, nas margens, o não cumprimento das obrigações de performance, bem como de eventos de distratos não identificados tempestivamente ou não previstos na estimativa de provisão para distratos podem gerar um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Portanto, consideramos esse assunto uma área de risco relevante e um principal assunto de auditoria, tendo em vista que seu reconhecimento está suportado em estimativas baseadas em orçamentos de custos (dentre outras métricas), que podem ter premissas de caráter subjetivo até o final da obra.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

No que diz respeito ao resultado de incorporação imobiliária, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do processo e principais atividades de controle utilizadas pela administração para apuração do resultado de incorporação imobiliária; (b) em base amostral, obtivemos os orçamentos aprovados pela administração e confrontamos com os valores utilizados no cálculo da apuração do resultado de incorporação imobiliária; (c) analisamos as estimativas de custos a incorrer (aprovados pelo Departamento de Engenharia), bem como os resultados entre os custos finais e orçados, obtendo esclarecimentos e examinando as evidências para suportar as variações não usuais; (d) testamos a acuracidade matemática dos cálculos efetuados, incluindo a apuração do POC aplicado para cada empreendimento testado; (e) em base amostral, inspecionamos os contratos de vendas, realizamos de testes de recebimentos subsequentes e recalculamos a atualização do contas a receber em conformidade com os índices contratuais estabelecidos; (f) em base amostral, testamos a documentação suporte dos custos incorridos e pagamentos efetuados, incluindo os custos de aquisição dos terrenos; (g) analisamos os controles existentes para movimentação dos juros capitalizados, avaliando se estão de acordo com os requisitos para serem elegíveis e qualificáveis para capitalização; (h) analisamos as premissas e critérios para qualificação dos contratos de clientes para reconhecimento contábil da provisão para distratos; (i) envolvimento de nossos especialistas internos em engenharia civil, para análise dos controles e processos utilizados para acompanhamento e revisão dos custos a incorrer considerando os estágios de execução dos empreendimentos.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para o reconhecimento de receita e realização das respectivas divulgações, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em

31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiania, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC GO-001.661/F-9

Daniel Menezes Vieira

Contador CRC 1MG-078.081/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Goiania, Dezembro de 2025 - A Brasil Terrenos Holding S.A., empresa referência em planejamento e desenvolvimento urbano no Brasil com presença em 17 estados e 86 cidades e mais de 190 mil imóveis lançados ao longo dos seus 22 anos de operação, apresenta os resultados e demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrar em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pareceres do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Desempenho Financeiro

No ano de 2025, a receita operacional líquida da Brasil Terrenos totalizou R\$ 1.534,8 milhões, redução de 21,2% compara a R\$ 1.947,3 milhões de 2024, variação que reflete o menor volume de receita provenientes da venda de estoque pronto no exercício, bem como o menor acréscimo de correção monetária, decorrente do IGP-M negativo, índice que atualiza aproximadamente 61% da carteira de contratos da Companhia. Em 2024 o IGP-M encerrou o exercício com uma variação de 6,53%.

No exercício de 2025, o lucro líquido totalizou R\$ 979,0 milhões, com margem de 63,8%, ante R\$ 1.246,3 milhões e margem de 64,0% em 2024, por conta do menor volume de receita reconhecida, para um patamar similar de margem líquida.

Tabela 1 - Indicadores Financeiros do 4T25

Indicadores Financeiros	4T25	4T24	Var. 4T25 vs. 4T24	2025	2024	Var. 2025 vs. 2024
Receita Operacional Líquida	571.911	443.392	29,0%	1.534.833	1.947.290	-21,2%
Lucro Bruto	393.435	367.296	7,1%	1.128.467	1.535.995	-26,5%
Margem Bruta (%)	68,8%	82,8%	-1404 bps	73,5%	78,9%	-535 bps
Lucro Líquido	416.577	286.057	45,6%	979.045	1.246.283	-21,4%
Margem Líquida (%)	72,8%	64,5%	832 bps	63,8%	64,0%	-21 bps

Em 31 de dezembro de 2025, o endividamento bruto da Brasil Terrenos totalizou R\$ 1.271,4 milhões, um crescimento de 116,2% em relação ao dezembro de 2024 (R\$ 588,1 milhões), o reflete as emissões de dívida realizadas ao longo de 2025, com foco no alongamento do perfil de vencimentos. Atualmente 92% da dívida está classificada no não circulante ao final do exercício.

Tabela 2 - Endividamento Total

R\$ Mil	4T25	3T25	Var. 4T25 vs. 3T25	4T24	Var. 4T25 vs. 4T24
Empréstimos	197.457	224.847	-12,2%	263.808	-25,2%
Veículos, Máquinas e Equipamentos	22.814	24.702	-7,6%	32.017	-28,7%
CRI / Notas Comerciais	1.048.100	1.063.846	-1,5%	292.302	258,6%
Endividamento Total	1.268.371	1.313.395	-3,4%	588.127	115,7%
Circulante	105.244	101.319	3,9%	237.189	-55,6%
Não Circulante	1.163.127	1.212.076	-4,0%	350.938	231,4%

A dívida líquida encerrou o exercício representando 18,4% do patrimônio líquido consolidado (ante 10,5% em dezembro de 2024), patamar confortável frente ao perfil do negócio e à capacidade de geração de caixa da Companhia. O caixa disponível somou R\$ 420,3 milhões ao final de 2025.

Tabela 3 - Dívida Líquida

Dívida Líquida	4T25	3T25	Var. 4T25 vs. 3T25	4T24	Var. 4T25 vs. 4T24
Dívida Líquida	(851.095)	(715.592)	24,3%	(418.202)	24,3%
Patrimônio Líquido Consolidado	4.631.389	4.333.685	3,0%	4.000.609	3,0%
Patrimônio Líquido Controladora	3.299.918	3.051.951	3,3%	2.874.253	3,3%
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido Consolidado	18,4%	16,5%	186 bps	10,5%	792 bps
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido Controladora	25,8%	23,4%	234 bps	14,5%	1124 bps

O total de recebíveis atingiu R\$ 6.160,4 milhões em 31 de dezembro de 2025, crescimento de 20,6% em comparação ao final de 2024. A evolução dos recebíveis acompanha o forte desempenho de vendas acumulado nos últimos trimestres e evidencia a robustez do backlog financeiro da Companhia.

A qualidade dos recebíveis permanece elevada, tendo os títulos vencidos representado 0,11% do total bruto de recebíveis. Na provisão do distrato encerrou com uma queda de 40,6% em relação a 2024, refletindo a melhora contínua na qualidade da base de clientes e na taxa de rescisão contratual.

Tabela 4 - Contas a Receber por Venda de Imóveis

R\$ Mil	4T25	3T25	Var. 4T25 vs. 3T25	4T24	Var. 4T25 vs. 4T24
Títulos Vencidos	8.303	6.514	27,5%	1.859	346,6%
Acima de 01 ano	32	41	-22,0%	70	-54,3%
Até 01 ano	8.271	6.473	27,8%	1.789	362,3%
Títulos a Vencer	7.578.763	6.955.605	9,0%	6.500.399	16,6%
Até 01 ano	733.090	687.356	6,7%	868.032	-15,5%
Acima de 01 ano	6.845.673	6.268.249	9,2%	5.632.367	21,5%
Contas a Receber por Venda de Unidades Imobiliária	7.587.066	6.962.119	9,0%	6.502.258	16,7%
(-) Vendas a Apropriar	(1.192.344)	(1.004.442)	18,7%	(1.007.344)	18,4%
(-) Adiantamento de Clientes	(18.437)	(19.303)	-4,5%	(24.900)	-26,0%
(-) Provisão para distrato	(215.865)	(269.967)	-20,0%	(363.658)	-40,6%
Total	6.160.420	5.668.407	8,7%	5.106.356	20,6%
Circulante	929.554	768.863	20,9%	758.468	22,6%
Não circulante	5.230.866	4.899.544	6,8%	4.347.888	20,3%

O resultado a apropriar totalizou R\$ 850,6 milhões em dezembro de 2025, crescimento de 9,2% em relação a 2024. A Receita Bruta a Apropriar somou R\$ 1.192,3 milhões no final do exercício de 2025, com margem bruta a apropriar de 71,3%.

Tabela 5 - Resulta a Apropriar (RF)

R\$ Mil	4T25	4T24	Var. 4T25 vs. 4T24	3T25	Var. 4T25 vs. 3T25
Vendas contratadas de imóveis dos empreendimentos em andamento	13.695.153	11.877.762	15,3%	12.919.022	6,0%
Receita bruta apropriada com venda de imóveis	(12.502.809)	(10.870.418)	15,0%	(11.914.580)	4,9%
Receita bruta a apropriar com venda de imóveis	1.192.344	1.007.344	18,4%	1.004.442	18,7%
Custos orçados dos imóveis vendidos	2.666.812	1.897.886	40,5%	2.425.353	10,0%
Custos incorridos	(2.325.070)	(1.669.351)	39,3%	(2.154.327)	7,9%
Compromissos com custos orçados a apropriar	341.742	228.535	49,5%	271.026	26,1%
Resultado de vendas de imóveis a apropriar	850.602	778.809	9,2%	733.416	16,0%
Margem Bruta a Apropriar	71,3%	77,3%	-597 bps	73,0%	-168 bps

Lançamentos

No exercício de 2025, a Companhia lançou 13.235 lotes, totalizando R\$ 2.416,5 milhões de Valor Geral de Vendas.

Tabela 6 - Empreendimentos Lançados em 2025

Produto	Cidade	UF	Região	Data Lançamento	Trimestre	Qtde Terrenos	GVG Total	GVG Brasil Terrenos	Parte BT
Residencial Jardim Ipiranga	Barreiras	BA	Nordeste	mai-25	2T25	616	87.957	61.570	70,0%
Loteamento Burti Garden Premium (Arse 141A)	Palmas	TO	Norte	mai/25	2T25	546	246.475	104.259	42,3%
Condomínio Residencial Burti Garden Premium	Redenção	PA	Norte	mai-25	2T25	927	432.193	432.193	100,0%
Residencial Jardim Europa	Presidente Prudente	SP	Sudeste	jun/25	2T25	385	69.642	29.558	42,4%
Total 2T25						2.474	836.268	627.581	75,0%
Residencial Jardim América	Porangatu	GO	Centro-Oeste	ago-25	3T25	964	122.092	87.210	71,4%
ACSU SO 161	Palmas	TO	Norte	set/25	3T25	49	45.175	27.353	60,6%
Loteamento Ayanda Eco Park	Uberaba	MG	Sudeste	jul/25	3T25	68	50.723	28.985	57,1%
Residencial Cidade Jardim	Ariquemes	RO	Norte	set/25	3T25	2.506	323.789	7.544	2,3%
Total 3T25						3.587	541.779	151.092	27,9%
Residencial Jardim Europa	Palmas	TO	Norte	out-25	4T25	1.284	121.808	73.085	60,0%
Residencial Jardim do Vale	Colatina	ES	Sudeste	nov/25	4T25	1.162	264.708	133.462	50,4%
Residencial Cidade Jardim II	Santarém	PA	Norte	nov-25	4T25	1.543	243.822	243.822	100,0%
Residencial Arso 161	Palmas	TO	Norte	dez/25	4T25	706	125.788	76.164	60,6%
Residencial Jardim América - Tauá	Tauá	CE	Nordeste	dez-25	4T25	1.289	117.619	92.919	79,0%
Residencial Jardim Europa	Guaíba	RS	Sul	dez/25	4T25	1.190	164.677	92.219	56,0%
Total 4T25									

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)					BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)						
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	353.645	119.660	420.268	169.925	Fornecedores	-	1.039	746	20.768	26.336
Contas a receber	5	-	-	929.554	758.468	Empréstimos e financiamentos	13	63.404	186.906	105.244	237.189
Estoques	6	-	-	1.044.918	862.534	Arrendamentos a pagar	12.1	1.431	1.205	1.791	1.799
Adiantamento a fornecedor	-	659	1.002	4.454	3.975	Obrigações trabalhistas	-	2.306	1.981	13.253	11.006
Tributos a recuperar	-	4.183	265	4.460	554	Obrigações tributárias	14	530	33	16.648	15.260
Adiantamentos efetuados para investimentos em outros empreendimentos	8.1.1	-	-	11.014	7.974	Tributos diferidos	15.2	-	-	61.075	50.324
Outros créditos	-	134	66	1.734	740	Adiantamentos recebidos de parceiros	8.2.1	-	-	1.114	1.114
Total do ativo circulante		358.621	120.993	2.416.402	1.804.170	Adiantamento de clientes	16.1	107	23	24.068	24.900
Ativo não circulante						Contas a pagar	16	424	3.607	247.280	204.797
Contas a receber	5	-	-	5.230.866	4.347.888	Total do passivo circulante		69.241	194.501	491.241	572.725
Adiantamentos efetuados para investimentos em outros empreendimentos	8.1.2	12.146	8.474	42.251	28.017	Passivo não circulante					
Partes relacionadas	7.1	607	1.020	23.665	20.376	Empréstimos e financiamentos	13	1.063.949	192.194	1.163.127	350.938
Créditos por venda de investimentos	9.1	343.030	361.071	14.126	13.174	Arrendamentos a pagar	12.1	3.602	4.048	4.452	4.444
Depósitos judiciais	17.2	-	-	1.651	3.052	Tributos diferidos	15.2	-	-	350.330	291.095
Tributos diferidos	15.1	-	-	1.148	1.392	Adiantamentos recebidos de parceiros	8.2.2	7.500	47.500	7.825	47.825
Estoques	6	13.828	8.038	58.294	37.209	Partes relacionadas	7.2	33.558	72.062	58.664	83.129
Investimentos	10	4.260.081	3.434.452	87.183	54.160	Passivo a descoberto em participações societárias	10	1.529	1.669	-	-
Outros investimentos	-	7	-	1.254	-	Obrigações nas compras de investimentos	9.2	418.233	406.696	500.730	500.138
Imobilizado	11	4.163	4.229	168.465	154.224	Provisão para demandas judiciais	17	-	-	46.017	43.131
Intangível	-	13	21	21	32	Contas a pagar	16	100.000	150.629	797.687	575.818
Direito de uso	12	5.034	5.254	6.136	6.158	Total do passivo não circulante		1.628.371	874.798	2.928.832	1.896.518
Total do ativo não circulante		4.638.909	3.822.559	5.635.060	4.665.682	Total do passivo		1.697.612	1.069.299	3.420.073	2.469.243
Total do ativo		4.997.530	3.943.552	8.051.462	6.469.852	Patrimônio líquido					
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.						Capital social	18.1	1.575.575	1.000	1.575.575	1.000
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)						Adiantamento para futuro aumento de capital	18.2	-	1.534.405	-	1.534.405
						Reservas de lucros	18.3	1.724.343	1.338.848	1.724.343	1.338.848
						Total de patrimônio líquido atribuível aos controladores		3.299.918	2.874.253	3.299.918	2.874.253
Receita operacional líquida	19	-	-	1.534.833	1.947.290	Participação de não controladores	-	-	-	1.331.471	1.126.356
Custos dos imóveis comercializados	20	-	-	(406.366)	(411.295)	Total do patrimônio líquido		3.299.918	2.874.253	4.631.389	4.000.609
Lucro bruto				1.128.467	1.535.995	Total do passivo e patrimônio líquido		4.997.530	3.943.552	8.051.462	6.469.852
Despesas gerais e administrativa	21	(42.328)	(35.296)	(181.991)	(146.817)	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.					
Despesas comerciais	22	(188)	(51)	(60.116)	(47.812)	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)					
Resultado de equivalência patrimonial	10	811.892	788.996	41.407	27.908						
Outras receitas e despesas operacionais	-	(8.120)	3	187.075	(28.318)						
Lucro operacional		761.256	753.652	1.114.842	1.340.956	Lucro líquido do exercício	672.389	717.298	979.045	1.246.284	
Resultado financeiro líquido	23	(84.575)	(35.669)	(90.316)	(32.330)	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		676.681	717.983	1.024.526	1.308.626	Resultado abrangente do exercício	672.389	717.298	979.045	1.246.284	
Imposto de renda e contribuição social – corrente	15	(4.292)	(685)	(13.300)	(21.403)	Atribuído ao controlador	672.389	717.298	672.389	717.298	
Imposto de renda e contribuição social – diferido	15	-	-	(32.181)	(40.939)	Atribuído a não controladores	-	-	306.656	528.986	
Lucro líquido do exercício		672.389	717.298	979.045	1.246.284	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.					
Atribuído ao controlador		672.389	717.298	672.389	717.298	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)					
Atribuído a não controladores		-	-	306.656	528.986						
Lucro básico e diluído por ações – (em R\$ por ação)	18.4			0.426758	0.7172980	Capital Social					
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.						Reserva de lucros					
						Reserva legal					
						Patrimônio líquido					
						Participação de não controladores					
						Patrimônio líquido consolidado					
						Em 31 de dezembro de 2023	1.000	1.505.861	920.640	-	2.427.501
						Adiantamento para futuro aumento de capital	-	28.544	-	-	28.544
						Lucro líquido do exercício	-	-	717.298	-	717.298
						Lucros distribuídos	-	-	(299.090)	-	(299.090)
						Movimentação de não controladores	-	-	-	(322.220)	(322.220)
						Em 31 de dezembro de 2024	1.000	1.534.405	1.338.848	-	2.874.253
						Integralização de capital	40.170	-	-	-	40.170
						Adiantamento para futuro aumento de capital	1.534.405	(1.534.405)	-	-	-
						Lucro líquido do exercício	-	-	672.389	-	672.389
						Reserva legal	-	-	(33.619)	33.619	-
						Lucros distribuídos	-	-	(286.894)	-	(286.894)
						Movimentação de não controladores	-	-	-	(101.541)	(101.541)
						Em 31 de dezembro de 2025	1.575.575	-	1.690.724	33.619	3.299.918
						As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.					
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)						DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)					
Receitas		(8.144)		1.789.796	2.019.725	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Vendas de imóveis		-	-	2.139.495	2.424.393	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	676.681	717.983	1.024.526	1.308.626	
Distratos de vendas		-	-	(342.517)	(403.108)	Ajustes para reconciliar o lucro antes do Imposto do Renda e Contribuição social com o fluxo de caixa:					
Outras		(8.144)	-	(7.182)	(1.560)	PIS e Cofins diferidos	-	-	38.447	48.468	
Insumos adquiridos de terceiros	(24.231)	(20.377)	(565.973)	(538.009)	(538.009)	Depreciação de imobilizado, intangível e direito de uso	1.612	1.166	12.126	10.477	
Custos dos imóveis vendidos	-	-	(406.366)	(411.295)	Resultado de equivalência patrimonial	(811.892)	(788.996)	(41.408)	(27.908)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24.254)	(20.382)	(171.855)	(128.651)	Juros sobre empréstimos e financiamentos	127.150	33.141	157.794	45.142		
Recuperação de valores ativos	23	5	12.248	1.937	Juros sobre arrendamentos	304	538	620	1.807		
Valor adicionado bruto	(32.375)	(20.377)	1.223.823	1.481.716	Baixa líquida de ativo imobilizado	-	5	13.041	15.246		
Depreciação, amortização e exaustão	(1.648)	(1.244)	(15.073)	(10.476)	Provisão para distratos de vendas	-	-	(122.345)	50.775		
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(34.023)	(21.621)	1.208.750	1.471.240	Provisão para demandas judiciais	-	-	9.815	(17.936)		
Valor adicionado recebido em transferência	856.407	790.669	118.049	13.567	Ajustes de capital de giro						
Resultado de equivalência patrimonial	811.892	788.996	41.407	27.908	Contas a receber	-	-	(906.271)	(1.240.935)		
Receitas financeiras	44.395	1.675	73.548	22.969	Estoques	(5.790)	15.345	(246.804)	72.718		
Outras	120	(2)	3.094	(37.310)	Tributos a recuperar	(3.918)	(265)	(3.906)	(149)		
Valor adicionado total a distribuir	822.384	769.048	1.326.799	1.484.807	Adiantamento a fornecedores	343	(505)	(479)	3.547		
Pessoal	13.545	11.244	38.047	30.602	Outros créditos	(68)	54	(2.248)	228		
Remuneração direta	11.368	7.706	30.984	20.315	Depósitos judiciais	(7)	-	1.401	(162)		
Benefícios	1.271	2.678	4.487	8.217	Fornecedores	293	(271)	(5.568)	3.511		
FGTS	906	860	2.576	2.070	Obrigações trabalhistas	325	435	2.247	1.052		
Impostos, taxas e contribuições	7.376	3.168	121.379	152.840	Obrigações tributárias	7	12	(652)	(9.584)		
Federais	7.309	3.112	112.632	142.956	Adiantamento de clientes	-	-	(832)	(71.989)		
Estaduais	-	1	585	3.627	Pagamento de demandas judiciais	-	-	(6.929)	(1.977)		
Municipais	67	55	8.162	6.257	Outras contas a pagar	(93.728)	137.347	242.239	183.437		
Remuneração de capitais de terceiros	128.954	37.338	188.208	54.439	Impostos pagos	(3.802)	(685)	(11.658)	(21.403)		
Juros e encargos financeiros	128.954	37.295	163.535	53.045	Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(112.490)	115.304	153.156	352.991		
Aluguéis	-	43	534	831	Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Outras	-	-	24.139	563	Créditos por venda de investimentos	-	-	(952)	(909)		
Remuneração de capitais próprios	672.509	717.298	979.165	1.246.926	Aquisição de imobilizado e intangível	(257)	(843)	(37.485)	(46.048)		
Dividendos	286.894	299.091	286.894	299.091	Participações societárias (adições)	(384.034)	(849.662)	(21.502)	(10.902)		
Lucros retidos	385.615	418.207	385.615	418.849	Participações societárias (baixas)	77.608	598.837	16.327	11.462		
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	306.656	528.986	Recebimento de dividendos	310.590	267.638	13.560	5.529		
Valor adicionado distribuído	822.384	769.048	1.326.799	1.484.807	Adiantamentos efetuados para investimentos em outros empreendimentos	(3.672)	(8.548)	(17.274)	2.131		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.						Obrigações por compra de investimentos	11.537	-	592	415.385	
						(Cessão) recebimento de mútuos de partes relacionadas					

Esse resultado reflete a atuação contínua e estruturada da Companhia na recuperação de créditos e na gestão da inadimplência, por meio de ações de cobrança e renegociação com clientes, contribuindo para a melhoria gradual dos indicadores da carteira.

2. Apresentação das demonstrações individuais e consolidadas e as principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (para a controladora) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (para a controladora e consolidado). Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da Administração da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas e deve ser elaborada de acordo com a Deliberação CVM no 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas em IFRS, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração será apresentada como informação suplementar, apenas nas Demonstrações Anuais, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas às normas em IFRS, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração da Companhia em 31 de março de 2026.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas pela Administração considerando o pressuposto da continuidade normal de suas atividades, estão apresentadas ao custo histórico como base de valor, exceto eventual instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e pelo contas a receber que está a valor presente.

2.3. Moeda funcional e a apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data das demonstrações contábeis, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro são discutidos a seguir:

a) Custos orçados: são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados de acordo com o método contábil mencionado na Nota Explicativa nº 3.5.

b) Tributos e demandas administrativas ou judiciais: a Companhia e suas investidas estão sujeitas no curso normal de seus negócios a fiscalizações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outros. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia e suas investidas, podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado. Com base na sua melhor avaliação e estimativa, suportada por seus consultores jurídicos, a Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de provisão;

c) Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros;

d) Provisões para garantia: mensurado a partir dos gastos históricos com manutenção em empreendimentos concluídos;

e) Perdas esperadas com créditos de clientes e provisão para distratos: A Companhia mensura a provisão para perdas com créditos de clientes e provisão para distratos com base em premissas que consideram o histórico e expectativa de perdas de suas operações correntes e suas estimativas. Exemplos: (a) atrasos no pagamento das parcelas; (b) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão é registrada. Tais premissas são revisadas tempestivamente para considerar eventuais alterações nas circunstâncias e históricos;

f) Avaliação do valor recuperável dos ativos: A Companhia e suas controladas avaliam eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos ativos com vida útil definida. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"), ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As principais rubricas sujeitas à avaliação de recuperação são: "imobilizado" e "Intangível";

g) Avaliação do valor realizável líquido dos imóveis a comercializar: A Companhia e suas controladas avaliam se o custo dos imóveis a comercializar pode não ser recuperável se esses estoques estiverem danificados, se se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. O custo dos imóveis a comercializar pode também não ser recuperável se os custos estimados de acabamento ou os custos estimados a serem incorridos para realizar a venda tiverem aumentado. A prática de reduzir o valor de custo dos imóveis a comercializar para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda.

2.5. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre esta. As informações contábeis de controladas são incluídas nas informações contábeis da Companhia a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Controladas

Quando existem operações que gerem alteração de controle, a Companhia reconhece ou desconhece os ativos e os passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela alteração de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou no prejuízo do exercício e em outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou o controle conjunto deixa de existir.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrup, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrup, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A reversão do reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide Nota Explicativa nº 25). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- A estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto.

Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de: (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida; e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com a NBC TG 25 (IAS 37) e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na Nota Explicativa nº 25.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais não existem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento.

3.3. Contas a receber e provisão para perdas de crédito esperadas

Os créditos correspondem principalmente às contas a receber de clientes compradores de unidades imobiliárias em loteamentos e são reconhecidas no momento da venda do lote pelo valor nominal das parcelas pactuado nos contratos, são registrados pelas prestações nominais, acrescidas pelo IGP-M e juros. As parcelas vencidas são registradas pelos valores nominais, acrescidas pelo IGP-M mais juros, além dos encargos moratórios previstos nos contratos.

Dessa forma, considerando que as parcelas estão sujeitas a encargos pós-fixados, as carteiras de recebíveis são demonstradas e reconhecidas nas demonstrações contábeis pelos seus valores presentes de realização. Os créditos recebíveis após o período de (01) ano, estão registrados no ativo não circulante.

A administração considera que as contas a receber de clientes não ensejam perdas potenciais, uma vez que por determinação do contrato padrão de compromisso de compra e venda, quando detectada incapacidade de pagamento por parte dos compradores, os lotes ora vendidos são reintegrados, fato pelo qual não há provisões para perdas esperadas.

3.4. Distratos de vendas

Em virtude de deterioração do crédito por parte dos compradores entre a data da venda e o andamento do financiamento, determinados contratos vêm sendo objeto de cancelamento (distratos), motivo pelo qual as seguintes provisões vêm sendo constituídas para fazer face a margem de lucro apropriada de contratos firmados que:

- Por ocasião do reconhecimento da receita, para aqueles contratos que apresentam evidências objetivas de cancelamento de contratos de vendas, afetando as rubricas de Contas a receber/Receita e Estoques/Custo das vendas realizadas; e
- Após o reconhecimento da receita, uma provisão é constituída para distratos que, muito embora não apresentem evidências objetivas de cancelamento, são esperados para os próximos 12 meses, levando em consideração, entre outros, as experiências passadas, afetando as rubricas de Contas a receber/Receita e Estoques/Custo das vendas realizadas. Ambas as provisões são constituídas como redutora das contas a receber de clientes tendo contrapartida as rubricas: (i) Contas a receber/Receita; e (ii) a Estoques/Custo das vendas realizadas, na demonstração do resultado. Eventual passivo financeiro devido pelo potencial de devolução de valores recebidos, está apresentado no balanço patrimonial.

3.5. Imóveis a comercializar

Os lotes a comercializar são demonstrados ao custo de formação e incluem os custos acumulados de infraestrutura, que não excedem o seu valor líquido realizável. No caso dos lotes em desenvolvimento, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido dos lotes ainda não comercializados.

O custo de formação compreende o custo de aquisição de terrenos (que inclui operações de permutas físicas e financeiras avaliadas ao valor justo), gastos necessários para aprovação do loteamento com as autoridades governamentais, gastos de construção relacionados com materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram capitalizados custos financeiros aos lotes a comercializar em virtude da Companhia e suas controladas não possuírem endividamentos diretamente atribuíveis à execução dos loteamentos.

3.6. Investimentos

Os investimentos em Companhias controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da controladora. A participação societária nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível à controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de construção ou aquisição, acrescido de quaisquer custos necessários para colocá-lo em funcionamento, líquido de depreciação acumulada qual é registrada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada do ativo e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de realização, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos - futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.8. Arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento conforme requerimentos da NBC TG 06 (R2), sendo aplicadas as isenções para contratos de curto prazo e contratos de arrendamento cujo ativo subjacente é de baixo valor (abaixo de R\$ 20) ou não há controle do ativo pela Companhia.

Passivo de arrendamento

O reconhecimento contábil do passivo de arrendamento é realizado no início do contrato ao valor presente do fluxo futuro de pagamentos (sem a projeção de correções futuras do contrato), considerando o prazo do contrato e período de renovação no mesmo, quando a Companhia está certa de sua renovação.

Para desconto do fluxo de pagamentos ao valor presente são utilizadas as taxas de juros incremental dos contratos, apurada com base nas transações históricas de empréstimos e financiamentos, com os devidos ajustes para aplicação no desconto de passivos de arrendamento de ativos - na ausência de histórico, utiliza-se de *benchmark* de transações históricas de entidades do grupo. O passivo de arrendamento é ajustado no aniversário dos contratos por certas remensurações em reflexo do valor presente dos ajustes nas parcelas futuras derivadas de correções pelos índices definidos nos contratos. Caso ocorram acordos não monetários ou carência de pagamentos, estes fatores são considerados e ajustados nos cálculos de valor presente do passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

As firmas os contratos a Companhia avalia se esses contratos são ou contém arrendamentos. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

Ativo de direito de uso de arrendamentos

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo equivalente do registro inicial do passivo de arrendamento e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

3.9. Provisão para demandas judiciais

A provisão para riscos legais é reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os riscos cuja probabilidade de perda seja avaliada como possível são apenas divulgados em nota explicativa. Os demais riscos referentes às demandas judiciais e administrativas, com probabilidade de perda remota não são provisionados nem divulgados.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo, sendo o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para realizá-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

3.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante e não circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia e suas controladas apuram o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) com base no lucro presumido. Nesta sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL é calculado aplicando-se sobre a receita imobiliária recebida, as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício.

3.14. Impostos e contribuições diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias da data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O imposto de renda, a contribuição social, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), com recolhimentos diferidos, são reconhecidos no passivo circulante e não circulante, conforme expectativa de recebimento das parcelas previstas nos contratos de compra e venda.

O saldo referente ao recolhimento diferido refere-se à diferença entre o reconhecimento do saldo a pagar pelo critério societário, descrito na Nota Explicativa nº 15, e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento.

3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicáveis, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía ativos e passivos com necessidade de ajuste ao valor presente.

3.16. Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefício pós-emprego, conforme definição da NBC TG 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

3.17. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2025:

• **Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 sempre estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de reversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2025.

• **OCPC 10 e Resolução CVM 223/24 — Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão e CBIOS:** em dezembro de 2024, foi divulgado o OCPC 10, que estabelece diretrizes para reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOS. A Resolução CVM 223/24 torna obrigatória a adoção da OCPC 10 para Companhias Abertas. As políticas contábeis devem explicitar o modelo de negócios, a classificação contábil (ativo/ou estoque), os critérios de mensuração inicial e subsequente e os impactos no resultado e no patrimônio líquido.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.17.1. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à Companhias em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
 - esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
 - adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
 - atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("OCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026.
- A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity"). Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem:

(i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use;
 (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e
 (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.
 As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.
 A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, porém não espera que resultem em impactos materiais.

• **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações contábeis primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
- A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.
- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

• **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações contábeis das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

• **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações contábeis Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

• **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária;
- estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para a moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

• **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Contábeis":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações contábeis. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas.

Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (a)	343.103	93.300	362.128	112.082
Bancos conta movimento	10.540	26.355	58.134	57.827
Caixa	2	5	6	16
Total	353.645	119.660	420.268	169.925

(a) Em virtude da operação do CRI realizada em setembro de 2025, a Companhia efetuou aplicações de valores expressivos com taxas que variaram entre 99% e 101,50% do CDI, distribuídas entre operações compromissadas diárias e CDBs, sendo a maioria com prazo de 60 dias e uma aplicação específica com prazo de 180 dias (82% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber

5.1. Composição

As vendas e contas a receber são registradas pelas prestações nominais e anualmente corrigidas pelo IGP-M, IPCA e juros e 6,90% a 8,9% ao ano.

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber - Incorporação de imóveis	7.587.066	6.502.258
Total contas a receber financeiro	7.587.066	6.502.258
(-) Vendas a apropriar	(1.192.344)	(1.007.344)
(-) Adiantamento de clientes	(18.437)	(24.900)
(=) Saldo de contas a receber	6.376.285	5.470.014
(-) Provisão para perdas esperadas em créditos (a)	(215.865)	(363.658)
(=) Total de contas a receber	6.160.420	5.106.356
Circulante	929.554	758.468
Não circulante	5.230.866	4.347.888

(a) A Companhia reconhece perdas esperadas de crédito (ECL), conforme CPC 48 (IFRS 9), utilizando abordagem simplificada, considerando a matriz de provisão (aging list) segmentada por produto.

5.2. Composição por vencimento

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos	8.303	8.594
Acima de 01 ano	32	88
Até 01 ano	8.271	8.506
A vencer	7.578.763	6.493.664
Até 01 ano	733.090	803.994
Acima de 01 ano	6.845.673	5.689.670
Total contas a receber financeiro	7.587.066	6.502.258

a) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperada (distratos)

b) Provisão para perdas de crédito esperadas

Para avaliação dos riscos de perdas financeiras relacionadas a carteira de contas a receber a Companhia analisou e ponderou os seguintes fatores:

- Os créditos perante a clientes possuem garantia real do próprio imóvel;
- O cenário macroeconômico vem demonstrando uma retomada da atividade econômica;
- A mensuração considera Probabilidade de Default (PD), Perda Dado o Default (LGD) e Exposição no Momento do Default (EAD), aplicadas por faixa de atraso (DPD). Os contratos são classificados em: Stage 1 (até 60 dias de atraso), Stage 2 (61 a 180 dias) e Stage 3 (acima de 180 dias ou em default). Os parâmetros são definidos com base em histórico de inadimplência, distratos e recuperações, sendo revisados periodicamente. Adicionalmente, é aplicado overlay macroeconômico prospectivo sobre as exposições em Stage 1 e Stage 2, considerando indicadores como IPCA e endividamento das famílias. Exposições em Stage 3 permanecem com PD de 100%.

6. Estoques

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lotes disponíveis para comercialização e em construção	-	-	860.618	694.156
Áreas não loteadas	-	-	144.196	84.940
Estorno de custo por estimativa para distrato de vendas	-	-	40.104	83.438
Subtotal - Imóveis a comercializar	-	-	1.044.918	862.534
Áreas em parceria imobiliária (a)	13.828	8.038	58.294	37.209
Subtotal - Áreas para empreendimentos futuros	13.828	8.038	58.294	37.209
Total dos estoques	13.828	8.038	1.103.212	899.743
Circulante	-	-	1.044.918	862.534
Não circulante	13.828	8.038	58.294	37.209

Os estoques da Companhia estão apresentados pelo seu valor de custo que não excede o valor realizável líquido.

(a) As áreas em parceria imobiliária referem-se a terrenos destinados ao desenvolvimento de futuros empreendimentos. Os saldos estão concentrados em sua maioria nas controladas Buri Holding Sul Participações Ltda., Buri Imóveis Ltda., Sisa Salvação Empreendimentos Ltda. e Residencial Jardim América Empreendimentos SPE Ltda., nos montantes de R\$ 14.443, R\$ 3.879, R\$ 17.335 e R\$ 5.668, respectivamente.

a) Movimentação da provisão para distratos

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.880	38.880
Provisão	80.057	80.057
Reversão	(35.499)	(35.499)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	83.438	83.438
Reversão	(43.335)	(43.335)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	40.103	40.103

7. Partes relacionadas

A Administração identifica como partes relacionadas seus cotistas, outras Companhias ligadas aos mesmos cotistas, seus administradores, os demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. As transações com partes relacionadas são realizadas conforme acordo entre as partes. Sendo assim, na condução normal dos negócios, a Companhia realiza transações financeiras com suas partes relacionadas para disponibilização de recursos que são exclusivamente aplicados na atividade imobiliária para a compra de terrenos, pagamento de despesas relacionadas aos loteamentos, publicidade e propagação e demais despesas comerciais, bem como para o pagamento dos custos de construção e despesas inerentes ao desenvolvimento dos loteamentos.

Os valores a receber e a pagar encontram-se registrados no ativo não circulante e passivo não circulante, respectivamente, sendo que as transações não possuem prazo de vencimento preestabelecido e não há expectativa do recebimento e liquidação em curto prazo.

7.1. Valores a receber de partes relacionadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante				
Adiantamento de lucros (a)	-	-	5	20
Contrato de conta corrente (b)	607	1.020	1.005	1.857
Contrato de mútuo (c)	-	-	22.596	16.498
Adiantamento parceria imobiliária (d)	-	-	59	2.000
Outras contas a receber	-	-	-	1
Total	607	1.020	23.665	20.376

(a) Se refere a antecipações de lucros, a priori para fins exclusivamente contábeis os respectivos valores foram reclassificados para partes relacionadas, para que a realização se proceda no momento em que a Companhia auferir resultado econômico suficiente.

(b) Na condução normal dos negócios, a Companhia realiza transações financeiras com suas controladas e outras Companhias do Grupo para disponibilização de recursos que são exclusivamente aplicados na atividade imobiliária para a compra de terrenos, pagamento de despesas, bem como custos de construção e despesas inerentes ao desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários.

(c) São valores disponibilizados para Companhias e/ou pessoas relacionadas ao Grupo, no qual espera-se devolução dos valores mencionados com as respectivas atualizações monetárias inerentes a cada transação.

(d) Trata-se de valores adiantados para parceiros (terreneiro) nos quais a Companhia firma contrato de parceria imobiliária para desenvolvimento de loteamentos urbanos.

7.2. Valores a pagar a partes relacionadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante				
Contrato de conta corrente (a)	-	240	122	123
Contrato de mútuo (b)	33.558	71.822	58.542	83.006
Total	33.558	72.062	58.664	83.129

(a) Valores transacionados entre a controladora e suas controladas as quais possuem participações em comum e que serviram para fomentar gastos pontuais na operacionalização dos negócios imobiliários, não obstante os fluxos se realizem, os valores são devolvidos de imediato; e

(b) São valores captados de Companhias e/ou pessoas relacionadas as quais possuem participações em comum, no qual espera-se devolução dos valores mencionados.

7.3. A seguir demonstramos a movimentação dos saldos dos mútuos financeiros

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício			16.498	252
Liberações e saldos incorporados	-	3	10.676	28.377
(-) Amortizações/encargos	-	(3)	(4.578)	(12.131)
Saldo mútuo a receber			22.596	16.498

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	71.822	16.802	83.006	24.402
Liberações e saldos incorporados	-	55.756	1.693	61.056
(-) Amortizações/encargos	(38.264)	(736)	(26.157)	(2.452)
Saldo mútuo a pagar	33.558	71.822	58.542	83.006

7.4. Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia realizou pagamentos ao pessoal chave da administração nos montantes apresentados abaixo:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração da Direção e Conselho	753	238
Total	753	238

7.5. Transações com partes relacionadas - Despesas administrativas

A Companhia e suas controladas não tiveram transações envolvidas que foram reconhecidas no resultado do exercício, com exceção dos montantes reconhecidos de equivalência patrimonial em dezembro de 2025 e 2024.

8. Adiantamentos com parceiros

8.1. Adiantamentos efetuados para investimentos em outros empreendimentos

Os valores correspondem a empréstimos e adiantamento para parceiros (terceiros não vinculados à Companhia, seus sócios ou a suas partes relacionadas). A realização será por recebimentos dos valores de acordo com a apuração de resultado dos respectivos investimentos.

8.1.1. Ativo circulante

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Parceria imobiliária (a)	-	-	11.014	4.416
Outros	-	-	-	3.558
Total Geral			11.014	7.974

(a) Parceria imobiliária em andamento na região Sudeste, para implantação de loteamentos abertos, na cidade de Duque de Caxias - RJ tendo previsão para realização nos anos de 2025 e 2026.

8.1.2. Ativo não circulante

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante				
Empréstimo (a)	-	-	2.572	3.930
Parceria imobiliária (b)	12.146	8.474	37.162	23.995
Outros	-	-	2.517	92
Total	12.146	8.474	42.251	28.017

(a) Empréstimos fornecidos a parceiros de negócios a fim de fomentar a operação.

(b) Parceria imobiliária em andamento na região Sudeste, para implantação de loteamentos abertos, na cidade de Duque de Caxias - RJ tendo previsão para realização nos anos de 2026/2027.

8.2. Adiantamentos recebidos de parceiros

Os respectivos valores referem a recursos captados com parceiros para investimentos em novos empreendimentos com finalidade específica de custear as operações estruturais dos loteamentos, serão convertidos em participações em novas entidades controladas em conjunto.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	7.500	47.500	8.939	48.939
Circulante	-	-	1.114	1.114
Não circulante	7.500	47.500	7.825	47.825

Os saldos apresentados referem-se a adiantamentos recebidos de parceiros, destinados ao suporte das operações dos empreendimentos em desenvolvimento, com foco em capital de giro e demais despesas operacionais. Os recursos têm como finalidade específica o custeio das estruturas dos loteamentos e, conforme acordado entre as partes, serão futuramente convertidos em participações societárias nas novas entidades controladas em conjunto.

No comparativo entre os exercícios, não houve variação nos saldos registrados no passivo circulante consolidado. No Passivo Não Circulante, observou-se uma redução decorrente da liquidação dos adiantamentos entre a Brasil Terrenos Holding S.A. e as Companhias Maria Luiza Agropecuária Ltda. e Serra Grande Assessoria Agropecuária Ltda., ambos no montante de R\$ 20.000 cada, totalizando R\$ 40.000.

9. Transações com compras e vendas de investidas

9.1. Créditos na venda de investimentos

Refere-se a alienação da participação societária da controladora em outras Companhias, que estavam registradas no grupo de investimentos. As ações foram transferidas, quando da assinatura dos atos societários.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante				
Créditos por venda de investimentos (a)	343.030	361.071	14.126	13.174
Total	343.030	361.071	14.126	13.174

(a) Em fevereiro de 2016, a Brasil Terrenos vendeu suas cotas de participações societárias nas investidas BER Empreendimentos Imobiliários Ltda., XR5 Empreendimentos Imobiliários Ltda., G5 Empreendimentos Imobiliários Ltda., GPI Empreendimentos Imobiliários Ltda. e P5 Empreendimentos Imobiliários Ltda., com saldo remanescente a pagar no montante de

Descrição	31/12/2024	Adições	Baixas	Distribuição de lucro	Resultado de equivalência desproporcional (a)	Resultado de equivalência	31/12/2025
(A) Total de participação em controladas	3.427.551	383.999	(61.236)	(309.437)	(2.469)	812.828	4.251.236
(B) Total de participação direta em coligadas	6.902	35	-	(1.153)	1.049	484	7.317
(C) Total de participação indireta	23.270	14.213	-	(12.407)	1.927	37.948	64.951
(D) Total de ágio/compra vantajosa e mais valia	15.778	7.254	(8.117)	-	-	-	14.915
Total controladora (A+B)	3.434.452	384.034	(61.236)	(310.590)	(1.420)	813.312	4.258.552
Total consolidado (B+C+D)	45.950	21.502	(8.117)	(13.560)	2.976	38.432	87.183

10.2. Movimentação dos investimentos das participações societárias nas controladas – 31 de dezembro de 2024

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Distribuição de lucro	Resultado de equivalência desproporcional (a)	Resultado de equivalência	31/12/2024
(A) Total de participação em controladas	2.553.765	1.224.401	(871.886)	(266.731)	(4.352)	792.354	3.427.551
(B) Total de participação direta em coligadas	11.409	600	(5.194)	(907)	803	191	6.901
(C) Total de participação indireta	12.816	2.641	(6.268)	(4.622)	855	26.059	31.481
(D) Total de ágio/compra vantajosa e mais valia	8.117	7.661	-	-	-	-	15.778
Total controladora (A+B)	2.565.174	1.225.001	(877.081)	(267.638)	(3.549)	792.545	3.434.452
Total consolidado (B+C+D)	32.341	10.902	(11.462)	(5.529)	1.658	26.250	54.160

10.3. Informações básicas das controladas – 31 de dezembro de 2025

Descrição	Controladora		Imobilizado em andamento	Total
	31/12/2025	31/12/2024		
Ativo total	6.636.125	6.000.815	14.872	161.267
Passivo total	1.430.072	1.434.163	7.033	48.283
Patrimônio líquido atribuído ao controlador	4.157.983	3.638.753	1.492	78.060
Patrimônio líquido atribuído ao não controlador	1.048.070	927.899	(2.235)	(124.566)
Patrimônio líquido total	5.206.053	4.566.652	-	(8.820)
Receita operacional líquida	703.423	1.135.621	-	-
Custos	(151.901)	(231.388)	-	-
Despesas administrativas e gerais	(112.609)	(110.642)	-	-
Resultado financeiro	(31.724)	1.931	-	-
Outras receitas/despesas	620.880	308.672	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(15.975)	(36.396)	-	-
Lucro líquido do exercício	1.012.094	1.067.798	-	-

10.4. Informações básicas das controladas – 31 de dezembro de 2024

Descrição	Controladora		Imobilizado em andamento	Total
	31/12/2024	31/12/2023		
Ativo total	6.000.815	4.334.128	14.872	161.267
Passivo total	1.434.163	1.065.481	7.033	48.283
Patrimônio líquido atribuído ao controlador	3.638.753	2.631.402	1.492	78.060
Patrimônio líquido atribuído ao não controlador	927.899	837.245	(2.235)	(124.566)
Patrimônio líquido total	4.566.652	3.468.647	-	(8.820)
Receita operacional líquida	1.135.621	614.515	-	-
Custos	(231.388)	(270.023)	-	-
Despesas administrativas e gerais	(110.642)	(74.350)	-	-
Resultado financeiro	1.931	3.023	-	-
Outras receitas/despesas	308.672	101.159	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(36.396)	(18.521)	-	-
Lucro líquido do exercício	1.067.798	355.803	-	-

11.1. Composição Controladora

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2025	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2024
Edificações e construções	20%	2.488	(25)	2.463	2.487	-	2.487
Máquinas e equipamentos	25%	78	(23)	55	78	(15)	63
Móveis e utensílios	10%	545	(108)	437	527	(58)	469
Equipamento de informática	20%	2.059	(865)	1.194	1.821	(626)	1.195
Instalações	10%	17	(3)	14	17	(2)	15
Total		5.187	(1.024)	4.163	4.930	(701)	4.229

Consolidado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2025	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2024
Terrenos	-	2.145	-	2.145	1.978	-	1.978
Edificações e construções	4%	9.245	(447)	8.798	8.666	(490)	8.176
Máquinas e equipamentos	25%	155.144	(69.816)	85.328	141.243	(62.218)	79.025
Veículos	20%	10.531	(5.243)	5.288	9.221	(4.960)	4.261
Caminhões	25%	63.541	(40.573)	22.968	61.986	(37.563)	24.423
Móveis e utensílios	10%	3.938	(1.915)	2.023	4.781	(2.568)	2.213
Equipamento de informática	20%	5.632	(3.042)	2.590	5.723	(3.237)	2.486
Benf. em imóveis de terceiros	4%	2.206	(442)	1.764	928	(364)	564
Instalações	10%	997	(159)	838	1.098	(199)	899
Stand de vendas	20%	5.929	(564)	5.365	3.715	(538)	3.177
Aviões	10%	18.039	(958)	17.081	6.678	(858)	5.820
Motocicletas	25%	49	(42)	7	116	(76)	40
Imobilizado em andamento	-	14.270	-	14.270	21.162	-	21.162
Total		291.666	(123.201)	168.465	267.295	(113.071)	154.224

11.2. Movimentação do imobilizado

11.2.1. Controladora

Descrição	Saldos em 31/12/2024	Custo	Baixas líquidas	Transferências	Depreciação do exercício	Saldos em 31/12/2025
Edificações e Construções	-	1	-	2.487	(25)	2.463
Máquinas e equipamentos	63	-	-	-	(8)	55
Móveis e utensílios	469	18	-	-	(49)	438
Equipamento de informática	1.195	238	-	-	(240)	1.193
Instalações	15	-	-	-	(1)	14
Imobilizado em andamento	2.487	-	-	(2.487)	-	-
Total	4.229	257	-	-	(323)	4.163

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Custo	Baixas líquidas	Depreciação acumulada	Saldos em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	55	16	-	(8)	63
Móveis e utensílios	150	363	(5)	(39)	469
Equipamento de informática	978	439	-	(222)	1.195
Instalações	17	-	-	(2)	15
Aviões	107.085	-	(107.085)	-	-
Imobilizado em andamento	2.462	25	-	-	2.487
Total	110.747	843	(107.090)	(271)	4.229

11.2.2. Consolidado

Descrição	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas líquidas	Transferências	Depreciação do exercício	Saldos em 31/12/2025
Terrenos	1.978	345	(178)	-	-	2.145
Edificações e construções	8.176	3.606	(3.027)	-	45	8.800
Máquinas e equipamentos	79.025	6.607	(2.303)	9.527	(7.528)	85.328
Veículos	4.261	2.090	(780)	-	(285)	5.288
Caminhões	24.423	1.756	(200)	-	(3.010)	22.968
Móveis e utensílios	2.213	460	(1.303)	-	652	2.022
Equipamento de informática	2.486	855	(940)	-	190	2.591
Benf. em imóveis de terceiros	564	2.556	(1.278)	-	(78)	1.764
Instalações	899	112	(213)	-	40	838
Stand de vendas	3.177	2.630	(280)	-	(163)	5.365
Aviões	5.820	13.830	(2.469)	-	(100)	17.081
Motocicletas	40	-	(70)	-	34	4
Imobilizado em andamento	21.162	2.638	-	(9.527)	-	14.273
Total	154.224	37.485	(13.041)	-	(10.203)	168.465

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Adições societária	Baixas líquidas	Depreciação do exercício	Saldos em 31/12/2024
Terrenos	10.728	35	4.239	(13.024)	1.978
Edificações e construções	2.671	22	5.494	(11)	8.176
Máquinas e equipamentos	8.081	35.382	41.480	(1.010)	79.025
Veículos	2.808	2.150	593	(1.065)	4.261
Caminhões	3.424	290	23.091	(2.382)	24.423
Móveis e utensílios	1.275	926	199	(137)	2.213
Equipamento de informática	1.893	770	238	(8)	2.486
Benf. em imóveis de terceiros	17	-	824	(277)	564
Instalações	393	511	32	(35)	899
Stand de vendas	1.777	1.164	348	(112)	3.177
Aviões	113.316	-	(107.085)	(411)	5.820
Motocicletas	12	-	30	(2)	40

Imobilizado em andamento	14.872	7.033	1.492	(2.235)	-	21.162
Total	161.267	48.283	78.060	(124.566)	(8.820)	154.224

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos imobilizados.

12. Arrendamentos

A Companhia é arrendatária de (tipos dos ativos), no qual utiliza em suas atividades operacionais, os contratos foram firmados há longa data e estão definidos por prazos determinados. Os pagamentos são pactuados e/ou renovados mediante avaliação da Companhia, correlacionado aos valores de mercado, para determinação do valor justo. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R3)/IFRS16. O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa média 5,00 % a.a. (5,00 % a.a.), respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico da Companhia para a aquisição de um ativo em condições semelhantes.

12.1. Os saldos e movimento dos arrendamentos foi conforme segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Direitos de uso	Arrendamentos a pagar	Direitos de uso	Arrendamentos a pagar
Saldo em 31/12/2023	558	558	1.268	1.292
Depreciação do direito de uso	(887)	-	(1.644)	-
Juros sobre passivo de arrendamentos	-	538	-	1.807
Remensuração dos contratos de arrendamentos	-	-	300	300
Adição	5.583	5.583	3.708	3.708
Incorporação	-	-	2.526	2.636
Pagamento das parcelas de arrendamento	-	(1.426)	-	(3.500)
Saldo em 31/12/2024	5.254	5.253	6.158	6.243
Circulante	-	1.205	-	1.799
Não Circulante	5.254	4.048	6.158	4.444

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Direitos de uso	Arrendamentos a pagar	Direitos de uso	Arrendamentos a pagar
Saldo em 31/12/2024	5.254	5.254	6.158	6.243
Depreciação do direito de uso	(1.281)	-	(1.912)	-
Juros sobre passivo de arrendamentos	-	304	-	620
Remensuração dos contratos de arrendamentos	250	250	90	90
Adição	811	811	1.800	1.800
Pagamento das parcelas de arrendamento	-	(1.585)	-	(2.510)
Saldo em 31/12/2025	5.034	5.033	6.136	6.243
Circulante	-	1.431	-	1.791
Não Circulante	5.034	3.602	6.136	4.452

12.1.1. O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento é conforme segue

Composição por Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	1.205	-	1.799
2026	1.431	4.049	1.791	4.444
Após 2027	3.603	-	4.345	-
Total	5.034	5.254	6.136	6.243

A Companhia não tem receita (ou ainda expectativa de geração de receitas) tributadas por PIS e Cofins no regime não cumulativo. Dessa forma, na avaliação da Administração não há potencial de créditos de PIS e Cofins decorrentes das contraprestações pagas dos contratos de arrendamentos. A Companhia analisou os impactos nos saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da depreciação e da despesa financeira, considerando a aplicação de inflação projetada nos fluxos de pagamento dos arrendamentos, concluindo que os efeitos são imateriais para divulgação nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025.

12.1.2. Arrendamentos e compromissos variáveis ou não qualificados

Descrição	Saldos em 31/12/2024	Captação	Pagamentos	Custo de Captação	Juros	Saldos em 31/12/2025
Empréstimos e financiamentos	588.127	974.571	(454.095)	1.974	157.794	1.268.371
Total	588.127	974.571	(454.095)	1.974	157.794	1.268.371

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Captação	Pagamentos	Transferência (a)	Juros	Saldos em 31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	289.961	457.155	(97.046)	(107.085)	45.142	588.127
Total	289.961	457.155	(97.046)	(107.085)	45.142	588.127

(*) Valor se refere basicamente a movimentação de transferência/cessão de dívida de bens para a Companhia Berilo Part e Adm Ltda.

13.3. Vencimento dos empréstimos e financiamentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vencimentos em 2025	-	186.905	-	237.189
Vencimentos em 2026	63.404	63.917	105.244	117.070
Vencimentos em 2027	71.008	57.444	101.129	91.878
Vencimentos em 2028	157.549	32.236	182.806	58.770
A partir de 2029	835.392	38.598	879.192	83.220
Total	1.127.353	379.100	1.268.371	588.127

14. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ corrente	-	-	4.434	3.766
CSLL corrente	505	15	3.201	2.227
PIS corrente	-	-	634	478
COFINS corrente	-	-	2.934	2.208
IPPU, ITU, ISTRU, IPVA, ITR e Taxas	-	-	4.805	6.059
ISS retido	1	1	467	420
IRRF	6	4	42	26
PIS, COFINS e CSLL retidos	18	13	89	68
Outros impostos	-	-	42	8
Total	530	33	16.648	15.260

15. Tributos diferidos

i. São registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base societária e a fiscal, que determina o momento do recolhimento, conforme o recebimento das vendas de imóveis (art. 168 da Instrução Normativa RFB nº 1700/2017 e suas alterações), e a efetiva apropriação da receita em conformidade com a NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente.

ii. O recolhimento efetivo desses tributos ocorre em prazo equivalente ao do recebimento das parcelas de vendas.

15.1. Ativos fiscais diferidos – Composição do saldo patrimonial – Ativo

Descrição	Consolidado	
	30/12/2025	31/12/2024
Provisão de IRPJ	295	414
Provisão CSLL	195	224
Provisão PIS	117	134
Provisão Cofins	541	620
Total	1.148	1.392

15.2. Tributos diferidos – Composição do saldo patrimonial – Passivo

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de IRPJ	122.189	101.559
Provisão CSLL	66.060	54.728
Provisão PIS	39.739	32.913
Provisão Cofins	183.417	152.219
Total	411.405	341.419

15.3. Movimentação dos impostos diferidos – 31 de dezembro de 2025

Consolidado	PIS	Cofins	Total PIS e Cofins	IRPJ	CSLL	Total IRPJ e CSLL	Total
Passivo	32.913	152.219	185.132	101.559	54.728	156.287	341.419
Ativo	(134)	(620)	(754)	(414)	(224)	(638)	(1.392)
Saldo patrimonial em 31 de dezembro de 2024 - Líquido	32.779	151.599	184.378	101.145	54.504	155.649	340.027

Base de cálculo

Vendas brutas - Lucro Presumido	2.062.207	2.062.207	2.062.207	2.062.207
Vendas brutas - RET	63.324	63.324	63.324	63.324
Recebimentos - Lucro Presumido	(797.826)	(797.826)	(797.826)	(797.826)
Recebimentos - RET	(26.674)	(26.674)	(26.674)	(26.674)
Adiantamento de clientes POC - Lucro Presumido	(1.992)	(1.992)	(1.992)	(1.992)
Adiantamento de clientes POC - RET	(463)	(463)	(463)	(463)
(-) Movimentação no distratos sobre distratos de vendas - Lucro Presumido	(496.440)	(496.440)	(496.440)	(496.440)
(-) Movimentação no distratos sobre distratos de vendas - RET	(10.056)	(10.056)	(10.056)	(10.056)
(-) Movimentação da provisão de distratos - Lucro Presumido	229.617	229.617	229.617	229.617
(-) Movimentação da provisão de distratos - RET	4.012	4.012	4.012	4.012
Total	1.025.709	1.025.709	1.025.709	1.025.709

Efeitos no resultado

Alíquota efetiva - Lucro Presumido 0,65%	0,65%	3,00%	2,00%	1,08%
Alíquota efetiva - RET 0,37%	0,37%	1,71%	1,26%	0,66%

Adições de impostos - Lucro Presumido	4.992	23.038	15.359	8.294
Adições de impostos - RET	98	455	335	176
Provisão distratos - Lucro Presumido	1.493	6.889	4.523	2.480
Provisão distratos - RET	15	69	51	26
Reconciliação de impostos diferidos sobre inadimplências	260	894	527	410
Total no resultado do exercício	6.858	31.345	38.203	20.795

Ativos fiscais diferidos - Lucro Presumido	(13)	(60)	(73)	(40)	(21)	(61)	(134)
Ativos fiscais diferidos - RET - transferências	(2)	(8)	(10)	(6)	(4)	(10)	(20)
Total	(15)	(68)	(83)	(46)	(25)	(71)	(154)

Saldo patrimonial em 31 de dezembro de 2025 - Líquido	39.622	182.876	222.498	121.894	65.865	187.759	410.257
--	---------------	----------------	----------------	----------------	---------------	----------------	----------------

15.4. Movimentação dos impostos diferidos – 31 de dezembro de 2024

Consolidado	PIS	Cofins	Total PIS e Cofins	IRPJ	CSLL	Total IRPJ e CSLL	Total
Saldo patrimonial em 31 de dezembro de 2023	22.932	105.834	128.766	70.296	38.131	108.427	237.193

Base de cálculo

Vendas brutas - Lucro Presumido	2.448.386	2.448.386	2.448.386	2.448.386
Vendas brutas - RET	20.378	20.378	20.378	20.378
Recebimentos - Lucro Presumido	(1.127.487)	(1.127.487)	(1.127.487)	(1.127.487)
Recebimentos - RET	(22.635)	(22.635)	(22.635)	(22.635)
Adiantamento de clientes POC - Lucro Presumido	(69.594)	(69.594)	(69.594)	(69.594)
Adiantamento de clientes POC - RET	(241)	(241)	(241)	(241)
(-) Movimentação no distratos sobre distratos de vendas	(102.617)	(102.617)	(102.617)	(102.617)
Total	1.146.190	1.146.190	1.146.190	1.146.190

Efeitos no resultado

Alíquota efetiva - Lucro Presumido	0,65%	3,00%	2,00%	1,08%
Alíquota efetiva - RET	0,37%	1,71%	1,26%	0,66%

Adições de impostos - Lucro Presumido	8.133	37.539	25.026	13.514
Adições de impostos - RET	(9)	(43)	(31)	(16)
Provisão distratos - Lucro Presumido	(667)	(3.079)	(2.052)	(1.108)
Reconciliação de Impostos diferidos s/ inadimplência	663	3.376	2.530	1.086

Total no resultado no exercício	8.120	37.793	45.913	25.473	13.476	38.949	84.862
Ativos fiscais diferidos - Lucro Presumido	(426)	(1.960)	(2.386)	(1.349)	(706)	(2.055)	(4.441)
Ativos fiscais diferidos - RET	-	(5)	(5)	(3)	(2)	(5)	(10)
Incorporação/transferências	2.287	10.557	12.844	7.142	3.829	10.972	23.815
Saldo patrimonial em 31 de dezembro de 2024	32.913	152.219	185.132	101.559	54.728	156.287	341.419

15.5. Imposto de renda e contribuição social – resultado do exercício (conciliação alíquota efetiva)

A Companhia constitui imposto diferido ativo em função da adoção do POC, sobretudo, em se tratando dos valores recebidos, há a evidência dos tributos correntes. Os impostos diferidos passivos referem-se essencialmente a efeitos tributários sobre o montante de vendas de lotes em contratos de longo prazo. A conciliação das despesas de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), nominais e efetivas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	657.232	718.625	1.004.747	1.308.626
Alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(223.459)	(244.333)	(341.614)	(444.933)
(+/-) Diferença de tributação com base no lucro presumido	219.167	(243.648)	387.096	(423.530)
despesa com imposto de renda - corrente	(4.292)	(685)	(13.300)	(21.403)
despesa com imposto de renda - diferido	-	-	(32.181)	(40.939)
(=) Total despesa com imposto de renda e contribuição social	(4.292)	(685)	(45.482)	(62.342)
Alíquota efetiva	-0,65%	-0,28%	-4,53%	-4,76%

16. Contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de distratos a pagar (a)	-	-	25.330	43.217
Contas a pagar por compra de terrenos (b)	-	-	13.325	17.986
Provisão para garantia de obras	-	-	15.408	2.357
Obras a realizar (d)	-	50.628	-	-
Dividendos a pagar (e)	100.000	100.000	100.042	100.042
Instrumento de dívida com terreno (e)	-	-	838.777	576.513
Diversas	424	3.608	52.085	40.500
Total	100.424	154.236	1.044.967	780.615

Circulante	424	3.607	247.280	204.797
Não circulante	100.000	150.629	797.687	575.818

(a) Refere-se à estimativa da Administração de reembolsos parciais dos valores já recebidos dos clientes por evento de distratos de operações de vendas de imóveis, contempla acordos de distratos já efetivados e projeção de reembolso parcial dos saldos recebidos dos clientes com atraso superior a 180 dias sobre as contas a receber.

(b) Obrigações referentes a aquisição de áreas de terceiros para fins de loteamento urbano na qual a quitação da referida obrigação se dará no término das obras de infraestrutura e o terceiro (credor) receberá como pagamento em moeda corrente o percentual sobre as contas a receber corrigidas pelo IGP-M.

(c) Trata-se do direito a reparar a terrenos, em função dos lotes vendidos que serão realizados de acordo com o pagamento das parcelas advindas do contrato de compra e venda das unidades imobiliárias.

(d) Refere a valores de orçamento de obras, contabilizados em contrapartida do custo dos imóveis a comercializar, e que serão liquidados conforme o pagamento das obras nos empreendimentos.

(e) Provisão referente ao disposto na NBC TG 48 que dispõe sobre o compromisso firmado no contrato de parceria, dado a razão emitida entre o VGV líquido e esperado na data presente, deduzido dos impostos e despesas de administração, correlacionado à proporção do percentual de participação do terreno na SPE, os quais somente se tornarão exigíveis quando da venda dos estoques e o efetivo recebimento financeiro das unidades imobiliárias.

16.1. Adiantamentos de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes (i)	107	23	24.068	24.900
Total	107	23	24.068	24.900

(i) Trata-se dos valores recebidos em função das vendas de unidades imobiliárias que em função dos critérios de reconhecimento de receita, não foram reconhecidas como receita de vendas no resultado até que haja a efetiva evolução das obras do empreendimento e respectiva satisfação das obrigações de performance.

17. Provisão para demandas judiciais

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgiram no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em processos de natureza cível, trabalhista e tributário avaliados pelos assessores jurídicos de perda provável resumida a seguir:

Composição em 31 de dezembro de 2025

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Cível	-	-	60.203	43.914
Trabalhista	-	-	1.945	1.557
Tributárias	-	-	1.287	546
Total geral	-	-	63.435	46.017

Composição em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Cível	-	-	40.377	41.330
Trabalhista	-	-	407	1.801
Tributárias	-	-	890	-
Total geral	-	-	41.674	43.131

17.1. Movimentação demandas judiciais

		Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		60.725	
Adições		18.995	
Incorporação por controladas (a)		2.319	
(-) Reversões		(36.931)	
(-) Pagamentos		(1.977)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		43.131	

em conformidade com o disposto entre as partes e legislação civil ordinária, redação dada pelo Art. 1.007 do Código Civil/2002. Essa particularidade no modelo de negócio, ocasiona eventualmente em movimentações de não controladores no patrimônio líquido, considerando a respectiva equivalência desproporcional, baseada no ganho e/ou na perda de tais movimentos de distribuição de lucros em regime de competência. Muito embora os lucros atribuíveis aos não controladores evidenciados nas demonstrações consolidadas afetem significativamente os números apresentados a Companhia controladora mantém o controle operacional sobre as operações consolidadas.

18.6. Reserva legal

A Companhia constituiu sua reserva legal com base em 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, não ultrapassando os limites estabelecidos pela Lei nº 6.404/76.

18.7. Destinação do resultado do exercício

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo anual mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi realizada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do exercício	672.389	717.298
Constituição da reserva legal - 5% limitado a 20% do capital social (i)	33.619	-
Base de cálculo sobre o lucro líquido ajustado	638.770	717.298
Dividendos mínimos obrigatórios (5%) (ii)	31.938	35.865
Dividendos adicionais	254.956	263.225
Total dividendos distribuídos	286.894	299.090

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia ainda não havia concluído a sua transformação em sociedade por ações, desta forma não havendo a obrigatoriedade de constituição de reserva legal.

(i) A Companhia estabeleceu em seu estatuto social os dividendos mínimos obrigatórios em 5% sobre a base do lucro líquido ajustado, ocorrendo deliberações de dividendos adicionais.

19. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Resultado		
Receita de venda	2.120.415	2.424.393
(-) Distratos	(526.522)	(403.108)
(-) Impostos incidentes sobre as receitas	(59.060)	(73.995)
Total	1.534.833	1.947.290

19.1. Receitas de vendas a apropriar e custos orçados de imóveis vendidos a apropriar

Em conformidade com o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 e com a NBC TG 47 – Receita de Contratos com Clientes (equivalente ao IFRS 15), a Companhia reconhece a receita de suas operações imobiliárias ao longo do tempo, à medida que ocorre a transferência contínua do controle das unidades imobiliárias aos clientes. O reconhecimento da receita e do respectivo resultado é efetuado com base no estágio de execução dos empreendimentos, mensurado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado de cada projeto, refletindo o progresso das obras. Esse critério é aplicado de forma consistente e visa assegurar que a receita reconhecida represente adequadamente o desempenho da Companhia na execução dos contratos firmados com seus clientes. Em decorrência desse método de reconhecimento, os saldos de contas a receber relativos às unidades vendidas e ainda não concluídas encontram-se parcialmente refletidos nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, uma vez que a receita é reconhecida de forma gradual, líquida das parcelas já recebidas dos clientes. As receitas ainda não reconhecidas, correspondentes às unidades vendidas de empreendimentos em fase de construção, bem como os respectivos custos a incorrer, não estão integralmente refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Esses valores serão reconhecidos contabilmente à medida que os custos forem incorridos e que a Companhia continue a transferir o controle das unidades aos clientes, de acordo com o avanço físico dos empreendimentos. Os saldos e informações relativos aos montantes de receitas a reconhecer e custos a incorrer dos empreendimentos em andamento estão demonstrados conforme quadro a seguir:

a) Resultados de vendas de imóveis a apropriar

Resultado de vendas de imóveis a apropriar	31/12/2025	31/12/2024
Vendas contratadas de imóveis dos empreendimentos	13.695.153	11.877.762
Receita bruta apropriada com venda de imóveis	(12.502.809)	(10.870.418)
Receita bruta a apropriar com venda de imóveis	1.192.344	1.007.344
Custos orçados dos imóveis vendidos	2.666.812	1.897.886
Custos incorridos apropriados	(2.325.070)	(1.669.351)
Compromissos com custos orçados a apropriar	341.742	228.535

Resultado de vendas de imóveis a apropriar

Resultado de vendas de imóveis a apropriar	850.602	778.809
A receita de imóveis vendidos a apropriar é mensurada com base no valor nominal dos contratos de venda firmados com os clientes, acrescido das atualizações monetárias previstas contratualmente e deduzido de eventuais rescisões contratuais e distratos, sendo apresentada líquida das parcelas de receita já reconhecidas até a data-base das demonstrações contábeis. Essa receita não contempla ajustes a valor presente, tampouco as deduções correspondentes aos tributos incidentes sobre a receita bruta, os quais são reconhecidos separadamente, de acordo com a natureza de cada operação. Os custos orçados correspondentes aos imóveis vendidos a apropriar são determinados com base nos orçamentos técnicos de construção aprovados pela administração, não incluindo encargos financeiros. Tais encargos são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos) de forma proporcional às unidades imobiliárias vendidas, à medida em que são incorridos. Adicionalmente, as provisões para garantias de obras não estão incluídas nos custos orçados a apropriar, sendo reconhecidas conforme o avanço físico e financeiro dos empreendimentos e de acordo com a estimativa das obrigações futuras relacionadas às unidades imobiliárias vendidas.		

b) Custos incorridos e a incorrer das unidades em estoques

Custo incorrido das unidades em estoque	31/12/2025	31/12/2024
Custo orçado total a incorrer das unidades em estoque	1.032.457	696.614
Custo incorrido e a incorrer das unidades em estoque	1.678.145	1.146.328

Os valores acima apresentados não incluem custos financeiros capitalizados e provisões para garantias ainda a incorrer, os quais são reconhecidos separadamente, conforme sua natureza e estágio de execução dos empreendimentos.

c) Patrimônio de afetação

A incorporação imobiliária do Residencial Burity Garden Prime situado no município de Presidente Prudente – SP, ainda em fase de construção está inserido no "Patrimônio de Afetação", em observância à Lei nº 10.931/04.

20. Custo dos imóveis comercializados

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos dos imóveis vendidos	(519.060)	(455.456)
(+) Distratos	112.694	44.161
Total	(406.366)	(411.295)

21. Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado				
Salários e encargos	(16.472)	(13.660)	(45.934)	(36.493)
Serviços de terceiros	(15.901)	(10.962)	(47.392)	(35.431)
Manutenção de estoque	(188)	(2.690)	(22.204)	(24.157)
Despesas legais	(2.688)	(2.134)	(7.904)	(5.781)
Taxas e emolumentos	(1.090)	(767)	(5.697)	(8.558)
Depreciação e amortização	(330)	(1.166)	(13.304)	(10.477)
Ocupação	(1.319)	(328)	(1.770)	(2.873)
Transporte	-	(491)	(1.699)	(2.959)
Outros	(4.340)	(3.098)	(36.087)	(20.088)
Total	(42.328)	(35.296)	(181.991)	(146.817)

22. Despesas comerciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado				
Comissões e bonificações	(184)	-	(46.685)	(37.859)
Serviços profissionais	-	-	(5.454)	(4.024)
Propaganda e publicidade	-	-	(3.919)	(2.352)
Stand de venda	-	-	(508)	(339)
Outros	(4)	(51)	(3.550)	(3.238)
Total	(188)	(51)	(60.116)	(47.812)

23. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recitas				
Juros, multa e correção atraso	-	-	22.026	19.197
Descontos obtidos	14.480	108	18.749	1.721
Rendimento de aplicação financeira	29.905	1.462	31.710	1.944
Variações monetárias ativas	10	105	1.063	107
Total - receitas	44.395	1.675	73.548	22.969
Despesas				
Juros e correções sobre empréstimos e financiamentos	(127.151)	(33.141)	(157.794)	(45.142)
Tarifas e comissões bancárias	(30)	(494)	(1.794)	(2.037)
Juros de mora e multas	(12)	(7)	(40)	(115)
Variações monetárias passivas	(1.457)	(3.158)	(3.238)	(5.967)
Juros sobre arrendamento	(304)	(538)	(620)	(1.807)
IOF	(16)	(6)	(343)	(217)
Outras	-	-	(35)	(14)
Total - despesas	(128.970)	(37.344)	(163.864)	(55.299)

Resultado financeiro líquido (84.575) (35.669) (90.316) (32.330)

24. Segmentos operacionais

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como incorporação imobiliária, com o foco em loteamentos urbanos. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- Não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda; e
- As operações trabalham para mais do que um empreendimento. As decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto ou canal, por exemplo.

25. Instrumentos financeiros

a) Gestão de risco de capital

A Companhia administra o capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota Explicativa nº 13 e partes relacionadas detalhadas na Nota Explicativa nº 7.2 (a)), deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa na Nota Explicativa nº 4 e pelo patrimônio líquido (que inclui capital, Afac e reservas de lucros).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	1.127.353	379.100	1.268.371	588.127
Partes relacionadas	33.558	72.062	58.664	83.129
Arrendamentos a pagar	5.033	5.253	6.243	6.243
Caixa e equivalente de caixa	(353.645)	(119.660)	(420.268)	(169.925)
Dívida líquida (A)	812.299	336.755	913.010	507.574
Total do patrimônio líquido (B)	3.299.918	2.874.253	4.631.389	4.000.609
(=) Relação dívida líquida s/ capital (i)	24,62%	11,72%	19,71%	12,69%

(i) Evidenciação da dívida líquida da controladora constante no Termo da 1a (primeira) emissão de notas comerciais escriturais conforme descrito na Nota Explicativa no 13 (i).

b) Categorias de instrumentos financeiros

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros a custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	353.645	119.660	420.268	169.925
Contas a receber	-	-	6.160.420	5.106.356
Adiantamentos efetuados para investimentos em outros empreendimentos	12.146	8.474	53.265	35.991
Mútuos a receber de partes relacionadas	607	1.020	23.665	20.376
Créditos por venda de investimentos	343.030	361.071	14.126	13.174
Passivos financeiros a custo amortizado				
Fornecedores	1.039	746	20.768	26.336
Empréstimos e financiamentos	1.127.353	379.100	1.268.371	588.127
Adiantamentos recebidos de parceiros	7.500	47.500	8.939	48.939
Mútuos a pagar a partes relacionadas	33.558	72.062	58.664	83.129
Obrigações na compra de investimentos	418.233	406.696	500.730	500.138

c) Objetivos da gestão do risco financeiro

A Companhia monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se risco de mercado (variação nas taxas de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros não derivativos e avaliando e controlando riscos de crédito e liquidez.

(i) Gestão de risco de mercado

A Companhia dedica-se principalmente à incorporação, construção e venda de lotes imobiliários. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, mudanças na oferta e procura de lotes em certas regiões, greves e regulamentos ambientais e de zoneamento, as atividades da Companhia são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

- A conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento dos juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores;
- Impedimento no futuro, em decorrência de nova regulamentação ou condições de mercado, de a Companhia não conseguir repassar a correção monetária e os juros contratuais pactuados com os promitentes compradores pelas condições de mercado, o que pode afetar os resultados e até tornar-se um projeto inviável financeiramente ou economicamente;
- O grau de interesse dos compradores em novo projeto lançado ou o preço de venda por unidade necessário para vender todas as unidades pode ficar abaixo do esperado, fazendo com que o projeto se torne menos lucrativo do que o esperado;
- Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande Companhia do setor imobiliário, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução da confiança dos clientes em outras Companhias que atuam no setor;
- Condições do mercado imobiliário local e regional, tais como excesso de oferta, escassez de terrenos em certas regiões ou aumento significativo do custo de aquisição de terrenos;
- Risco de compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade das propriedades da Companhia, bem como à sua localização;
- As margens de lucro da Companhia podem ser afetadas em virtude de aumento dos custos operacionais, incluindo investimentos, prêmio de seguro, tributos imobiliários e tarifas públicas;
- As oportunidades de loteamento podem diminuir;
- Inadimplimento de pagamento após a entrega das unidades adquiridas a prazo. A Companhia tem o direito de promover ação de cobrança, tendo por objetivo os valores devidos e/ou a retomada da unidade do comprador inadimplente, não podendo assegurar que serão capazes de reaver o valor total do saldo devedor ou, uma vez retomado o imóvel, a sua venda em condições satisfatórias;
- A queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em estoque, antes do lançamento do loteamento ao qual se destina, e a incapacidade de preservar as margens anteriormente projetadas para os respectivos loteamentos.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa, o que levaria ao prejuízo financeiro. As atividades operacionais da Companhia, principalmente em relação às contas a receber de clientes, e as atividades de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros, geram exposição da Companhia ao referido risco de crédito.

A Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas em face da existência de garantia real de recuperação de seus produtos nos casos de inadimplência durante o exercício de construção. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. No entanto, a Companhia realiza provisão para risco de crédito e distrato, vide Nota Explicativa nº 5.

(iii) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não está diretamente exposta aos riscos cambiais por não possuir transações em moeda estrangeira.

(iv) Exposição a riscos de taxas de juros (análise de sensibilidade)

Os resultados financeiros da Companhia estão influenciados por variações nas taxas de juros, uma vez que essas variações têm impacto:

- (i) sobre as vendas dos loteamentos e os repasses dos clientes aos bancos;
- (ii) sobre despesas de juros incorridas com instrumentos de dívida remuneradas a taxas de juros variáveis;
- (iii) sobre contratos compra e venda indexados a taxas de juros variáveis; e
- (iv) sobre as receitas de juros geradas dos saldos de caixa e investimento.

Controladora	Taxa	31/12/2025	Índice provável	Cenário provável
Varição				
Aplicação financeira	82% do CDI	343.103	CDI 14,89%	51.088

(v) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Pode ser definido pela possibilidade de não cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, salários a pagar, tributos e encargos sociais a recolher, empréstimos e financiamentos, e outros passivos.

Exceto pelo passivo com partes relacionadas, que não tem data definida de liquidação, os principais exigíveis da Companhia apresentam vencimento em curto prazo.

d) Concentração de risco

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de baixo risco e atreladas ao CDI. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 10% ou mais do total da receita operacional líquida, nem do saldo a receber.

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2025, aproximam-se do valor justo, uma vez que a natureza e a característica das condições contratadas se assemelham aquelas disponíveis no mercado nas datas das demonstrações contábeis.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, bem como as aplicações financeiras, é indexado ao CDI; portanto, os valores registrados aproximam-se do valor justo de desses instrumentos financeiros. O valor de mercado do saldo a receber de clientes e o passivo circulante são instrumentos financeiros coincidentes com o saldo contábil e serão mantidos até o vencimento, conforme intenção da administração. O saldo a receber de clientes é atualizado conforme índices contratuais praticados no mercado.

Durante o exercício findo em dezembro de 2025, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e/ou transações envolvendo derivativos embutidos.

26. Transações que não afetam caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentou transações de financiamentos que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas demonstrações do fluxo de caixa, conforme a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Incorporação de acervo líquido de controladas adquiridas no exercício	-	-	-	445.125
Transferência/cessão de ativos e dívida vinculados	-	(107.085)	-	(107.085)
Remensuração de contratos de arrendamentos (direito de uso e passivos de arrendamentos)	250	-	90	300
Adição de novos contratos (direito de uso e passivos de arrendamentos) por incorporação	811	5.583	1.800	3.708
Integralização de capital com uso de AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	1.574.576	-	-	-

Cobertura de seguros

A Companhia não adota o procedimento de contratar cobertura de seguros. A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo dos auditores independentes.

28. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2026, foi formalizada a 2ª Alteração Contratual da sociedade Burity Holding Centro Oeste II Ltda., por meio da qual a Companhia adquiriu 80% das quotas do capital social. Como resultado dessa operação, foram incorporadas à estrutura do grupo as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPEs): Residencial Sevilha Incorporações Ltda. e SCP, SPE Infaurb 01 Ltda. e SCP, Residencial Viena Incorporações SPE 01 Ltda. e SCP, e SPE Jardim América Ltda. A referida transação não gerou impactos imediatos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Para CNC, bets agravam endividamento

Gilberto Costa
Agência Brasil

De janeiro de 2023 a março de 2026 a inadimplência do consumidor causada pelas bets retirou R\$

CULTURA

Rio: esquema de segurança do show da Shakira terá quase 8 mil agentes

Douglas Corrêa
Agência Brasil

Quase 8 mil homens das forças de segurança do estado e município do Rio de Janeiro vão participar da operação especial para o show da cantora Shakira, no próximo sábado (2), na Praia de Copacabana. A ação vai mobilizar 7.927 agentes, sendo 5.692 estaduais e 2.235 municipais.

O reforço no policiamento terá monitoramento em tempo real, uso de reconhecimento facial, drones e câmeras, além de bloqueios, revistas e ações de ordenamento urbano. Também haverá um esquema especial de atendimento médico e salvamento marítimo. A operação segue o modelo integrado usado em grandes eventos no Rio.

De acordo com o secretário de Segurança Pública, Victor dos Santos, o planejamento reforça a capacidade do Rio de Janeiro de organizar eventos de grande porte com segurança e integração entre diferentes forças.

“A segurança tem papel fundamental em um evento dessa dimensão. São quase 8 mil agentes envolvidos em uma grande operação, com planejamento detalhado, tecnologia de ponta e integração entre estado e município. O objetivo é garantir que as pessoas cheguem, aproveitem o show e voltem para casa com tranquilidade. A segurança pública também ajuda a preservar a imagem do Rio como cidade capaz de realizar grandes eventos”, avaliou.

Polícia Militar

Serão mobilizados para o evento 3.756 policiais militares, 452 a mais do que no show da Lady Gaga, em maio do ano passado. O número representa aumento de quase 14% no efetivo. Serão 145 viaturas na área do evento, sendo 70 com câmeras embarcadas e reconhecimento facial, além de 60 motocicletas, 78 torres de observação, cinco tendas de apoio na areia, quatro quadriciclos e oito cabines de reforço.

A Polícia Militar (PM)

também terá um helicóptero equipado com um holofote, para melhorar a identificação de pessoas em movimento durante a operação. O patrulhamento marítimo será reforçado com uma lancha da PM, que dará apoio às equipes na orla.

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) Móvel ficará na Praça do Lido e vai apoiar o monitoramento das equipes nas ruas com seis drones e dezenas de câmeras extras com reconhecimento facial nos pontos de bloqueio e revista. Em comparação ao último megashow, o número de equipes do Comando de Policiamento em Multidões passou de duas para quatro. Também atuarão duas equipes do Grupamento de Controle de Multidão.

Bloqueios e pontos de revista

Ao todo, serão 18 pontos de revista com detectores de metal e reconhecimento facial e 18 pontos de bloqueio com reconhecimento facial. As estações de metrô Cardeal Arcoverde, Siqueira Campos e Cantagalo, na zona sul, terão revista com detectores de metal. O Túnel Coelho Cintra, conhecido como Túnel Novo, terá ponto de interdição.

A PM também fará reduções com cães farejadores. Não será permitida a entrada de objetos cortantes, inflamáveis ou que outros itens possam colocar o público em risco.

Do Leme a Copacabana, será montado um cinturão de segurança, com drones, motos, patrulhamento marítimo e apoio aéreo. O policiamento também será reforçado no Aterro do Flamengo, Terminal Gentileza, Terreirão e Central do Brasil, além das vias de acesso e saída do show.

Polícia Civil

A Polícia Civil vai mobilizar 1,5 mil agentes, com reforço em todas as delegacias da zona sul, nos aeroportos e na Delegacia Especial de Apoio ao Turismo. Também haverá atuação da Delegacia do Aeroporto Inter-

nacional, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância.

A instituição terá três centrais de flagrante na zona sul, sendo uma delas exclusivamente voltada ao atendimento de casos envolvendo adolescentes infratores. As estruturas funcionarão na 12ª Delegacia Policial (DP), em Copacabana, na 13ª DP (Ipanema) e na Delegacia Especial de Atendimento à Pessoa da Terceira Idade.

O Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos também vai funcionar com apoio de policiais e peritos criminais na região do show. A Polícia Civil terá ainda equipes da Delegacia de Atendimento à Mulher, da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) e do Esquadrão Antibomba. A área de inteligência vai monitorar redes sociais para identificar possíveis crimes organizados antes do evento.

Segurança Presente e Lei Seca

Os agentes da PM do Programa Segurança Presente atuarão com 150 homens em Copacabana, com apoio de 43 viaturas. A atuação começará às 22h de sexta-feira (1º) e seguirá até as 4h de domingo (3). As equipes ficarão nas principais vias de circulação, nos acessos à praia e nas entradas de hotéis.

O programa terá uma base fixa em frente ao Copacabana Palace, ponto estratégico de circulação na orla.

Já a Operação Lei Seca vai mobilizar 110 agentes. As blitzes serão reforçadas durante o evento e em outros pontos da região metropolitana do Rio. Também haverá ações educativas sobre os riscos de misturar álcool e direção nas praias e no entorno do show.

Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros vai atuar com 176 militares em Copacabana. O efetivo será distribuído em seis grupos de intervenção

rápida, sendo quatro terrestres e dois marítimos.

A operação terá também 20 postos de guardavidas, com 54 militares ao longo da orla. Equipes de combate a incêndios, salvamento, socorro marítimo e atendimento pré-hospitalar ficarão nas áreas de maior concentração de público.

A estrutura contará com sete viaturas de salvamento, drones, embarcações e motocicletas para agilizar o deslocamento das equipes. Médicos em motos aquáticas vão reforçar a resposta a emergências no mar e na faixa de areia, reduzindo o tempo de atendimento em áreas de difícil acesso.

A Operação Shakira também

terá apoio da Secretaria Municipal de Ordem Pública e da Guarda Municipal do Rio. A estrutura municipal contará com 2.235 agentes, 101 viaturas, dez reboques e dois drones, com foco em fiscalização de ambulantes, combate ao estacionamento irregular e atuação em quiosques e barracas de praia.

EDITAL DE LEILÕES - IMÓVEL

JORGE VINÍCIUS DE MOURA CORRÊA, brasileiro, casado, Leiloeiro oficial do Estado do Rio Grande do Sul, matriculado na JUCISRS sob o número 375/2018, em consonância com a Lei 21.981/32, com as modificações introduzidas pelo Decreto 22.427/33, dá ampla publicidade e ciência através do presente Edital, que devidamente contratado e autorizado por COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO UNICRED PROSPERAR LTDA - UNICREDI PROSPERAR, inscrita no CNPJ sob o nº 01.705.236/0001-96, nos termos da cédula de crédito bancária nº 2024050298, formalizada em 19/03/2024, por RODRIGO AZEVEDO PEREIRA, bem como sua cónyuge ALYNE SILVA COSTA, promoverá Leilão Público para venda do imóvel abaixo descrito, de forma on-line, através da plataforma www.renovarleiloes.com.br, nos dias, horários e valores abaixo descritos, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 9.514/97 - Alienação Fiduciária de Imóveis. 1º LEILÃO: 18/05/2026 - 11h. Lance inicial (à vista): R\$ 1.830.400,00 + 5% de comissão do Leiloeiro Oficial. 2º LEILÃO: 25/05/2026 - 11h. Lance inicial (à vista): R\$ + 5% de comissão do Leiloeiro Oficial (caso não haja venda em 1º Leilão). IMÓVEL À VENDA (URBANO): UM TERRENO, COM ÁREA TOTAL DE 704,00m², SITUADO NA RUA CN 16, NO LOTEAMENTO DENOMINADO PARQUE CIDADE - RESIDENCIAL PLATEAU D'OR PRIVILEGE, LOCALIZADO NO CONDOMÍNIO FECHADO DE ALTO PADRÃO, NO MUNICÍPIO E CRI DE GOIÂNIA - GO, MATRÍCULA DE Nº 110.218. Demais informações pelo telefone (55) 3312-4549 (WhatsApp) e pelo e-mail contato@renovarleiloes.com.br.

AGRO GALAXY

AGRO GALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.

Em Recuperação Judicial

Companhia Aberta de Capital Autorizada

CNPJ/MF nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 52.300.048.907

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2026

1. Data, hora e local: Realizada em 20 de abril de 2026, às 10:00 horas, de modo exclusivamente à distância e digital, considerada como realizada na sede social do AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), localizada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua T-37, esquina com a T-12, nº 35, salas nº 2301 a 2311, 23º andar, Condomínio Comercial Connect Park Business, Anexo B, Setor Bueno, CEP 74.230-025, nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"). 2. Convocação: O Edital de Convocação desta assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia") foi publicado na forma dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), no jornal "Diário da Manhã", nas edições digital e impressa de 20, 23 e 24 de março de 2025, nas páginas 17, 18 e 17, respectivamente. 3. Publicações: O Edital de Convocação foi devidamente publicado, conforme informado no item 2 acima, e todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previstos na Resolução CVM 81, foram disponibilizados aos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia (ri.agrogalaxy.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). 4. Presença: Nos termos da Resolução CVM 81, esta Assembleia foi realizada exclusivamente na forma à distância e digital por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia. Nesse sentido, compareceram, de forma remota, em primeira convocação, acionistas da Companhia representando 66,75% (sessenta e seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) do capital social total da Companhia, conforme (a) lista de acionistas que participaram da Assembleia digitalmente, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81; e (b) mapa de votação sintético consolidado disponibilizado pela Companhia em 18 de abril de 2026, preparado nos termos do artigo 46-C, inciso II, da Resolução CVM 81 ("Mapa Sintético Consolidado"). Em atenção ao disposto no artigo 134, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, estiveram presentes também, de forma remota, o Sr. Luiz Gabriel Piovezani Silva, Diretor Presidente. 5. Mesa: Presidente: Sr. Luiz Gabriel Piovezani Silva; e Secretário: Sr. Leonardo Assis França. 6. Leitura de documentos e lavratura da ata: (i) dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, uma vez que são do inteiro conhecimento dos acionistas e, ainda, uma vez que já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; e (ii) autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. 7. Ordem do dia: Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (ii) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) transformar o Comitê de Auditoria Estatutário em Comitê de Auditoria não Estatutário, com a consequente reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia. 8. Deliberações: Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e abstenções, sem ressalvas, a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027, a saber: (a) Sr. Ruy Flaks Schneider, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (b) Sr. Luiz Arthur Cury e Silva, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração; (c) Sr. Jean-Marc Benaron, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração. Os acionistas aprovaram a designação do Sr. Luiz Arthur Cury e Silva e do Sr. Jean-Marc Benaron como membros independentes do Conselho de Administração, tendo em vista que, após a análise das declarações fornecidas, de seus currículos e históricos profissionais, restou verificado o enquadramento dos critérios de independência estabelecidos nos termos do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 e artigo 6º, Anexo K, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 80"). Os membros do Conselho de Administração acima eleitos serão empossados em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio, declarando, sob as penas da lei, não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no artigo 147, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 80. Não houve eleição de membros para o Conselho de Administração por meio de processo de voto múltiplo, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações. (ii) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e abstenções, sem ressalvas, a eleição dos seguintes membros ao Conselho Fiscal da Companhia, com mandato unificado de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, a saber: (a) Sr. Luiz Guilherme Dias, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente o Sr. Renato Mansur; (b) Sr. Eric Franco dos Santos, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente o Sr. Paulo Henrique Gomes da Silva; e (c) Sra. Cleusa da Silva, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente o Sr. Marcelo Actis de Freitas. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados na forma da lei e declararam, para os fins do disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94 e no artigo 147, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e na Resolução CVM 80, não estarem incursos em qualquer dos crimes previstos em lei ou nas demais restrições legais que os impeçam de exercer administração de sociedade mercantil. (iii) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e abstenções, sem ressalvas, a fixação do montante global da remuneração dos administradores da Companhia (isto é, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia) para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, no montante de até R\$1.704.608,00 (um milhão, setecentos e quatro mil e seiscentos e oito reais), e a remuneração do Conselho Fiscal da Companhia no montante de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais), observado o disposto no artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Em Assembleia Geral Extraordinária: (iv) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e abstenções, sem ressalvas, a transformação do Comitê de Auditoria Estatutário em Comitê de Auditoria não Estatutário, com a consequente reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que segue como Anexo I à presente ata. 9. Mapa de votação: A Companhia informa que, em cumprimento ao artigo 22, parágrafo 5º, da Resolução CVM 80, bem como ao artigo 48, parágrafo 6º, inciso I, da Resolução CVM 81, os números de votos a favor, contra e abstenções para cada uma das matérias objeto da ordem do dia acima deliberadas constam do Mapa de Votação anexo à presente ata, como seu Anexo II. 10. Encerramento e lavratura da ata: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente concedeu a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente e pela Sr. Secretária, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81, os acionistas cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia. Mesa presente via participação digital, nos termos do artigo 28, parágrafo 5º, da Resolução CVM 81: Luiz Gabriel Piovezani Silva (Presidente); e Leonardo Assis França (Secretário). Confira com a original lavrada em livro próprio. Goiânia, 20 de abril de 2026. Luiz Gabriel Piovezani Silva - Presidente, Leonardo Assis França - Secretário.